



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANDRÉA DO PRADO SOUZA

**O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NA ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO:
O PROCESSO DE TRANSCODIFICAÇÃO NA
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Londrina
2015

ANDRÉA DO PRADO SOUZA

**O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NA ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO:
O PROCESSO DE TRANSCODIFICAÇÃO NA
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Cristina Albuquerque.

Londrina
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Souza, Andréa do Prado.

O DOCUMENTOS FOTOGRÁFICO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: : O PROCESSO DE TRANSCODIFICAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA / Andréa do Prado Souza. - Londrina, 2015.
128 f. : il.

Orientador: Ana Cristina Albuquerque.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2015.

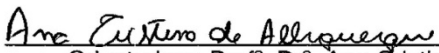
Inclui bibliografia.

1. Documento Fotográfico, Classificação Arquivística, Transcodificação, - Teses. 2. Organização Do Conhecimento, Sistemas de Organização do Conhecimento. - Teses. I. Albuquerque, Ana Cristina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

ANDRÉA DO PRADO SOUZA

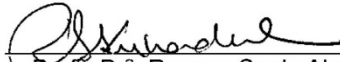
**O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NA ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA TRANSCODIFICAÇÃO NA
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

BANCA EXAMINADORA

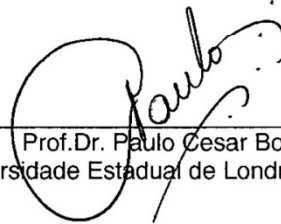


Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina
Albuquerque

Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof^ª. Dr^ª. Rosane Suely Alvares Lunardell
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof.Dr. Paulo Cesar Boni
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 24 de novembro de 2015.

Dedico este trabalho a Deus, pela fé que me mantém viva para realizar meus sonhos, trabalhos e estudos.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial a minha família que se dispôs a estar comigo mesmo na minha ausência, ouvindo de mim as dificuldades e alegrias do mestrado;

Agradeço de forma especial a minha orientadora, não só por ter assumido o papel de me orientar neste trabalho, mas sobretudo pela parceria e companherismo;

Ao professor Boni pela atenção que me deu em todas as conversas, sempre cheio de ideias e expectativas para o desenvolvimento do trabalho, assim como como pela prontidão em aceitar a participação na banca de defesa.

À professora Rosana, que prontamente aceitou a participar da banca e colaborar ativamente pelo desenvolvimento deste trabalho.

Um agradecimento especial aos professores do Programa de Mestrado em Ciência da Informação, que ao longo do curso dedicaram o seu tempo a nos transmitir conhecimentos e saberes;

Aos colegas mestrado os quais aprendi a gostar e construir um ambiente de parcerias e cumplicidade na vida acadêmica;

À Denise Pavan e ao Douglas Chanan pela paciência, e principalmente pelo olhar crítico e esclarecedor;

Aos parceiros de trabalho pela paciência nos agendamentos e respeito pela minha dedicação aos estudos, sabendo que todos ganharemos.

Se uma imagem vale mais do que mil palavras,
então diga isto com uma imagem.

Millôr Fernandes

SOUZA, Andréa do Prado. **O documento fotográfico na organização do conhecimento**: O processo de transcodificação na classificação arquivística. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina - UEL, Londrina, 2015.

RESUMO

O papel da fotografia tem sido constantemente ampliado para além do álbum de família, permeando também a comprovação de fatos, eventos cotidianos e históricos. O volume crescente também implica em guarda, recuperação e uso enquanto documento imagético. Ferramentas tem sido desenvolvidas e utilizadas, muitas vezes guiadas por protocolos propostos para a guarda de documentos escrito. Analisar a transcodificação destes materiais é instigante, principalmente por ser um recurso informacional construído de múltiplas possibilidades de leitura. Este trabalho buscou questionar como se dá o processo da transcodificação do documento fotográfico na organização do conhecimento, em especial na classificação arquivística. Ressalta-se que é de extrema importância o olhar do profissional da informação durante o processo classificatório dos documentos fotográficos para entendê-lo na sua amplitude com a maior exatidão possível e assim prover a conversão das imagens para a linguagem dos sistemas de organização do conhecimento, dando ao usuário final subsídios para uma busca efetiva e eficiente. Como objetivo principal este trabalho buscou estudar o processo da transcodificação para a classificação do documento fotográfico, assim como verificar o processo, elencar os elementos para a classificação arquivística e categorizar os elementos a luz da análise de conteúdo, metodologia adotada como metodologia de investigação. O estudo proporcionou uma visão sistêmica do processo de classificação da imagem enquanto documento e a importância da proveniência e da diplomática para obter uma recuperação adequada dos documentos fotográficos. Observa-se também que o usuário final da imagem não tem suas preocupações voltadas para a origem quando o contexto da imagem não faz parte do seu cotidiano ou interesse. Este estudo, por fim, pretende contribuir com as inserções sobre o documento fotográfico e sua classificação no âmbito de instituições informacionais no rito de classificação dos documentos imagéticos.

Palavras-chave: Documento fotográfico. Classificação arquivística. Transcodificação. Organização do conhecimento. Sistema de organização do conhecimento.

SOUZA, Andréa do Prado. **The photographic document in the organization of knowledge:** The transcoding process in archival rating. 2015. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina - UEL, Londrina, 2015.

ABSTRACT

The role of photography has been constantly expanded beyond the family album, also permeating the proof of facts, everyday and historical events. The growing volume also implies to save, to recovery and to use as imagery document. Tools have been developed and used, often guided by proposed protocols for the care of written documents. Analyze the transcoding of these materials is exciting, especially to be an information resource built from multiple playback possibilities. This study aimed to question how is the process of photographic document transcoding in the organization of knowledge, especially in archival rating. Points out that it is extremely important to eye professional information during the classification process of photographic documents to understand it in its breadth as accurately as possible and thus provide the conversion of images into the language of the organization systems of knowledge, giving the end-user subsidies for effective and efficient search. The main objective of this paper was studied the transcoding process for the classification of the photographic document and verify the process, list the elements for archival sorting and categorizing the elements through of the content analysis methodology as a research methodology. The study provided a systemic view of the image classification process as document and the importance of provenance and diplomatic for a proper recovery of photographic documents. It was also noticed that the end user image has its concerns facing the source image when the context is not part of their daily lives or interest. This study ultimately aims to contribute to the inserts on the photographic document and its classification under informational institutions in the classification rite of imagistic documents.

Keywords: Photographic Document. Archival classification. Transcoding. Knowledge organization. Knowledge organization system.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Níveis de classificação e o princípio de classificação adotado	72
Quadro 2 -	Campo de aplicação entre Diplomática e Tipologia Documental	74
Quadro 3 -	Elementos da Classificação Arquivística.....	79
Quadro 4 -	Construção do Termo	87
Quadro 5 -	Construção do Conceito.....	89
Quadro 6 -	Processo de Transcodificação de Documento Fotográfico da Classificação Arquivística	90
Quadro 7 -	Relações	92
Quadro 8 -	Plano de classificação	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Elementos de Análise Diplomática.....	80
Figura 2 -	Capa do Grupo eduK Fotografia	116
Figura 3 -	Imagem e pergunta instigadora	117
Figura 4 -	Respostas – 01	118
Figura 5 -	Resposta – 02.....	119
Figura 6 -	Resposta – 03.....	120
Figura 7 -	Resposta – 04.....	121
Figura 8 -	Resposta – 05.....	122
Figura 9 -	Resposta – 06.....	123
Figura 10 -	Resposta – 07.....	124
Figura 11 -	Resposta – 08.....	125
Figura 12 -	Resposta – 09.....	126
Figura 13 -	Resposta – 10.....	127
Figura 14 -	Resposta – 11.....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3G	Terceira geração de transmissão de dados da telefonia móvel
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivo
LED	<i>Light Emitting Diode</i> ou Diodo Emissor de Luz
OC	Organização do Conhecimento
OI	Organização da Informação
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMA	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	18
1.3	OBJETIVOS	22
1.3.1	Objetivo Geral.....	22
1.3.2	Objetivos Específicos.....	22
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2	OS PROCESSOS FOTOGRÁFICOS	28
2.1	EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS	28
2.2	O PROCESSO MECÂNICO.....	32
2.3	A FOTOGRAFIA COMO OBJETO SOCIAL E CULTURAL.....	36
2.4	DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS.....	39
3	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	42
3.1	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	43
3.2	SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	55
4	CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	58
4.1	O DOCUMENTO DE ARQUIVO COMO OBJETO A CLASSIFICAR	62
4.2	OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO .	64
4.3	INSTRUMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO: O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO	67
4.4	A CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO	75
5	ELEMENTOS DE TRANSCODIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA	77
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO	83

7	CONTRIBUIÇÕES DA ARQUIVÍSTICA PARA A CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS	94
7.1	PLANO DE CLASSIFICAÇÃO.....	97
8	CONSIDERAÇÕES	100
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE	111
	APÊNDICE A – Análise de Respostas a Questão Aberta	112
	ANEXOS	115
	ANEXO A - Capa do Grupo Eduk Fotografia	116
	ANEXO B - Imagem e Pergunta Instigadora.....	117

1 INTRODUÇÃO

A fotografia é um canal de transmissão de informação e é também um elemento de representação que assegura que recortes da vida cotidiana sejam mantidos para a posteridade, transmitindo mensagens codificadas no formato visual.

Tomando como referência a tríade "emissor-canal-receptor" já estabelecida pela Comunicação, a fotografia é um elemento cada vez mais presente na vida moderna e seus encantos e mistérios são sempre um convite ao leitor para uma reflexão de tudo que se pode ver ou imaginar na composição da imagem. É capaz, ainda, de revelar diferentes significados e agregar conhecimentos distintos a partir de percepções sociais e culturais de cada indivíduo.

O jornal, que antes era apenas impresso com códigos escritos, com o desenvolvimento da fotografia passou a ser produzido com imagens que agregam mais informações aos fatos, possibilitando a ampliação do significado da notícia e ganhando maior destaque quando faz uso de fotografias, mostrando o produto em seu uso real, dando parâmetros visuais e referenciais de tamanho, cor e proporção, assumindo um papel mais próximo do leitor, com alto poder de convencimento.

O advento e evolução das tecnologias fizeram com que a fotografia analógica ou fotografia tradicional tivesse seu suporte expandido às mídias digitais, ampliando exponencialmente sua utilização. A aplicação das fotos em suporte digital passou a fazer parte do rol de várias profissões, seja do dentista, do cartógrafo, do geógrafo, do agricultor, do biólogo, do professor ou simplesmente como um suporte de fácil manejo para os eventos familiares. Em tempos de mídias digitais, a fotografia também se estabelece com força total, impondo sua presença em todos os meios de transmissão de informação, sejam eles oficiais ou não oficiais, amadores ou profissionais, entre outras definições possíveis para caracterizar grupos distintos que fazem uso da imagem fotográfica.

Boni (2000) explica o papel da fotografia no processo de comunicação, chamando a atenção para um fator a ser considerado no momento da leitura da mensagem fotográfica: a intenção do fotógrafo. Na perspectiva do autor:

A cadeia do processo comunicacional da fotografia, respeitando todas suas etapas, não fere o tripé da teoria da comunicação: o emissor (fotógrafo), o canal (a fotografia) e o receptor (o leitor). Assim, através de uma fotografia (produto), o fotógrafo (produtor) manifesta sua intencionalidade de comunicação que pode - ou não - ser decodificada como ele intenciona pelo leitor (receptor) (BONI, 2000, p. 41).

A intenção está no ato de fotografar, no momento escolhido pelo autor da imagem, porém a intenção do autor não se traduz necessariamente em mensagem clara ao leitor (o receptor ou leitor).

Lunardelli (2007) faz uma reflexão sobre a intencionalidade da comunicação e assegura que o emissor expressa um desejo de influenciar ou conseguir a adesão do receptor sobre o que se quer afirmar e, que as formas de ação e interação variam de acordo com o evento comunicativo.

Sob esse enfoque evidencia-se que cada usuário da imagem fará a sua leitura, assim como a construção social do fotógrafo irá se refletir na imagem. Custódio (1997 apud BONI, 2000), apresenta o conceito de tradução, que o fotógrafo tem no momento em que escolhe uma cena para registro.

O autor defende a palavra traduções para definir os trabalhos fotográficos e relata que ao cumprir uma pauta jornalística, ou procurar cenas, pessoas e objetos que representem a ideia que tencionava registrar, procura elementos que possam traduzir a ideia em imagem fotográfica.

Relata ainda que a falta de domínio profundo da linguagem pode influenciar na tradução correta de seus sentimentos e percepções em imagens (CUSTÓDIO apud BONI, 2000, p. 39).

Esta tradução do momento, do espaço e do tempo não é definida apenas pelo autor da imagem. O fotógrafo o faz criando um canal específico de comunicação, que é a imagem, dando ao leitor plena liberdade de fazer sua própria leitura.

Vale acrescentar que os estudos de linguagem indicam que fatores como a percepção de mundo e, sobretudo a interação social, podem influenciar nos elementos de tradução de uma ideia ou imagem fotográfica.

A leitura feita por leigos, por estudiosos, por amadores ou mesmo por especialistas nem sempre está alinhada ao proposto inicialmente pelo fotógrafo.

É uma tradução o que os leitores leigos ou catedráticos fazem com as fotografias quando as 'lêem'. E é uma tradução o que o fotógrafo faz quando fotografa. Não é um registro, nem uma documentação. [...] A fotografia, pronta, é uma tradução do olhar, tanto do fotógrafo quanto do leitor. Este 'lê' uma tradução da imagem retratada. Da mesma forma o fotógrafo, ao fazer a fotografia, está traduzindo o que vê (CUSTÓDIO apud BONI, 2000, p. 44).

Em defesa das diversas possibilidades de leitura, Boni (2000) apresenta a fotografia como um código aberto e contínuo, defendendo essa premissa porque permite várias leituras e várias análises, sem levar em consideração grau de instrução ou outro limitante, e contínuo porque um mesmo leitor pode ler a mensagem e encontrar novo significado a cada nova leitura.

Mas, por se tratar de uma forma peculiar de linguagem, composta de códigos abertos e contínuos, admite que "serão tantas as leituras quanto forem os leitores." (BONI, 2000, p. 44).

Sendo a fotografia um canal visual, livre de símbolos pré-estabelecidos e de manuais de decodificação, qualquer indivíduo poderá fazer a leitura desta imagem e, a partir de suas vivências, atribuir significado próprio a ela. Boni diz que "a fotografia sempre permite uma leitura. Qualquer pessoa, de qualquer parte do mundo, falante de qualquer idioma, alfabetizada ou não, desde que dotada do sentido sensorial da visão, extrai dela alguma mensagem." (BONI, 2000, p.13).

Mas o que fazer com todas estas possibilidades de leitura de uma única imagem? Como encontrar a fotografia ideal para ilustrar o que se quer representar e torná-la útil como documento fotográfico proporcionando uma recuperação adequada?

Em relação à organização do conhecimento, a fixação de uma imagem em um suporte é uma ação primordial para manter as interações sociais e perpetuar as ações humanas com certa nitidez.

Pode-se afirmar que no processo de organização desse material, a primeira coisa que vem à mente de profissionais da informação é a identificação dos termos que possibilitarão materialização da cena, antes mesmo de qualquer tentativa de desenvolver significados ou potencialidades implícitas na imagem.

Esta prática se consolida em torno da disciplina Arquivística que ao longo dos anos lida com os desafios de identificar as fontes de informação (produto), estabelecer relações concretas de vínculo com a origem (produtor) e informar o

usuário (receptor) conferindo-lhe valor comprobatório ou documental do ponto de vista institucional ou pessoal.

No âmbito da Arquivística, os elementos de transcodificação¹ na classificação do documento fotográfico poderão evidenciar as relações inerentes ao processo de criação da imagem, que subsidiarão, por sua vez, a ordenação dos documentos e a construção de significados, comparando a imagem à sua própria verdade, tanto na dimensão subjetiva quanto na objetiva, tornando acessível o conhecimento registrado.

A impossibilidade humana de acumulação e processamento de todo conhecimento disponível reforça a dependência cada vez maior de sistemas de organização do conhecimento. Nessa perspectiva a Ciência da Informação tem dado sua contribuição, provendo conceitos e métodos para organizar o conhecimento de diferentes formas, mostrando-se um universo criativo, capaz de preservar a autenticidade documental e explorar a riqueza de linguagens retratadas na imagem fotográfica enquanto canal de informação.

Em outras palavras, é possível propiciar a organização de materiais fotográficos de modo que se possa recuperar o produto original e preservar seu teor significativo. Nesta perspectiva, este trabalho propõe uma investigação teórica sobre a classificação da fotografia no universo dos arquivos e, conseqüentemente, a identificação de seus elementos de transcodificação para fins de recuperação dessas informações por parte de seus usuários e futuras gerações.

1.1 PROBLEMA

O homem é capaz de produzir, transmitir e guardar as informações, não apenas as herdadas, mas também as adquiridas. O homem cria, manipula e transforma informação em comunicação, e seu processamento consiste em duas fases: na produção seguida da distribuição. (FLUSSER, 1985, p. 27).

A Informação tem exercido um papel de influência crescente ao longo do tempo nos diferentes aspectos da vida social. Através dela altera-se a forma de visualizar o mundo. Além de permitir caminhar para novas descobertas, o consumo informacional pressupõe uma aprendizagem e um valor adquirido.

¹ O termo transcodificação, objeto do estudo, será tratado no decorrer deste trabalho com a apresentação do conceito e seu significado para a organização do conhecimento.

Culturalmente a informação tem sido transmitida entre outros modos, pela fala, fato relatado por Burke como "uma junção de conhecimentos práticos e populares" onde se transmitiam os acontecimentos vistos e vivenciados (BURKE, 2003).

Segundo Burke (2003), o advento da escrita, e principalmente da impressão criada por Gutenberg, dá início à formação histórica dos "letrados", representados pelos intelectuais que detinham o conhecimento dos códigos que, quando escritos e estampados, poderiam ser lidos e compreendidos em tempos futuros.

Para atender ao aumento do número de intelectuais estabeleceu-se o ofício de ensinar, ou ofício do saber. Essa demanda trouxe o conceito dos primeiros espaços destinados a ensinar, como conhecemos hoje. Nesse primeiro momento, porém, a função desse ofício era apenas de reproduzir o conhecimento acumulado.

Amaral (2009) explica que nestes espaços de transmissão do conhecimento acumulado, armazenados na forma de novos livros, que surgiram também as bibliotecas, destinadas a responder pela busca de informação baseada predominantemente em fontes documentais escritas e descreve também que, a partir de 1920 as fotografias tornaram-se objeto comum como fontes de informação visual, consideradas como um documento de valor inestimável para a pesquisa historiográfica, entrando assim na rotina de trabalhos de arquivos (AMARAL, 2009, p. 24).

Desde então grandes centros se estabeleceram e mantêm espaços próprios para a guarda de imagens, que algumas vezes estão associadas ao som e ao vídeo, como por exemplo, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo, Museu do Som e da Imagem do Rio de Janeiro e Museu da Fotografia em Curitiba.

O reconhecimento da fotografia como fonte de informação para a história trouxe um amadurecimento das práticas de organização desses documentos que passaram a ser uma das fases do trabalho do profissional da informação em bibliotecas, arquivos e demais instituições informacionais. A organização de materiais fotográficos é um processo consideravelmente difícil, porém de suma importância social. Cabe ao profissional da Ciência da Informação transformar a linguagem visual em outra linguagem ou código para que assim possa facilitar a recuperação das informações entre os usuários.

O ato de organizar o documento fotográfico com a finalidade de acessibilidade e uso da informação certamente demanda um conhecimento

especializado para transcodificá-lo, dada a abrangência de possibilidades e grau de abstração de uma imagem. É importante ressaltar que a Organização do Conhecimento alia-se a outras fontes de conhecimento para fortalecer o conceito de transcodificação, abrangendo áreas como a Matemática, Lógica, Filosofia, Psicologia, Tecnologia da Informação, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia e Administração, por exemplo, para as quais já se demonstrou a necessidade de transpor um conhecimento de uma linguagem para outra, para fins de interação social, o que torna explicável o problema norteador dessa pesquisa, que é **compreender como se dá o processo de transcodificação na organização do conhecimento, especialmente na classificação dos documentos fotográficos para fins de recuperação de informações.**

1.2 JUSTIFICATIVA

Observa-se um aumento exponencial da produção e consumo da cultura imagética em nosso dia-a-dia.

Ahonen (2013) publicou no blog *Communities Dominate Brands*, que trata o tema tecnologia, que o planeta tem aproximadamente 7,1 bilhões de habitantes e 6,7 bilhões de celulares habilitados (em 2012). 4,3 bilhões (ou 60,1 %) da população tem celular (muitos com mais de um número), enquanto que 600 milhões não tem acesso a energia elétrica e 800 milhões de adultos são analfabetos (AHONEN, 2013).

Quando se trata de telefonia móvel, ou celulares, os dados apontam que todos os aparelhos estão habilitados para o envio de mensagens, 83% deles tem câmera fotográfica e 45% estão habilitados para uma conexão de internet com tecnologia 3G (AHONEN, 2013).

Outro dado interessante apresentado por Ahonen (2013) são as formas de uso destes equipamentos tecnológicos. Ao olhar 150 vezes para o celular em um dia, este ato se divide em algumas tarefas habituais, como mensagens recebidas (23 vezes ao dia), chamadas de voz (22 vezes ao dia), relógio (18 vezes ao dia), mídias sociais (9 vezes ao dia), alarme (8 vezes ao dia), câmera fotográfica (8 vezes ao dia), calendário (5 vezes ao dia).

Com estes dados, é perfeitamente aceitável a colocação de Tagg (2005) quando descreve que, nos dias de hoje, a maioria de nós não passa um dia sem ver

fotografia. Temos máquinas fotográficas digitais com preços acessíveis, baterias recarregáveis, com boa qualidade, resolução, *zoom*, efeitos e também imensos cartões de memória para armazenamento. O avanço tecnológico possibilita e tornam acessíveis ações como a melhora da iluminação, redução do mecanismo de *flash* utilizando o LED e compartilhamento automático na internet (TAGG, 2005).

Em relação à internet é imprescindível citar as redes sociais, que prezam pelos compartilhamentos de imagens diversas, que vão desde um final de semana na praia, um aniversário infantil, o campeonato escolar até as fotos mais pessoais feitas em lugares antes inusitados, como a sala de aula ou o próprio quarto de dormir.

As redes sociais respondem pelo maior repositório de imagens disponíveis hoje, com volume crescente diariamente. Em 2011 o *Facebook* dispunha de 140 bilhões de imagens armazenadas. A cultura do autorretrato criou recentemente o verbete *selfie* no respeitado dicionário Oxford, definido como "uma fotografia que a pessoa tira dela mesma, tipicamente com um *smartphone* ou *webcam*, carregada em um site de mídia social" (SELFIE, 2014).

O volume de fotografias produzido encontra suporte em dispositivos de armazenamento (*HD* externo e *pendrive*) de alta capacidade. Há também as opções de armazenamento em nuvens, conhecido como *cloud computing*, o que torna mais viável e de fácil utilização, seja por *smartphone*, *tablets* ou computadores, de qualquer ponto do planeta através de conexão de internet (ex: *Dropbox*, *Google Drive*, *iCloud* etc.), porém para os mais tradicionalistas ainda é possível contar com o álbum de fotos impressas, e é importante lembrar que os custos e personalizações também favorecem o aumento da produção e uso das imagens fotográficas (ex: *Nicephoto*, *Phooto*, *Snapfish*, *photoBox* etc.).

A fotografia tornou-se um signo cuja finalidade é tanto a descrição do indivíduo como sua identidade social. Ter e mostrar suas fotos, em qualquer suporte, fortalece a imagem do indivíduo frente à sociedade em que vive e reforça sua identidade única como uma espécie de portador de um comprovante de participante ativo no processo social e dentro dessa finalidade cada usuário define o próprio espaço para armazenamento, por exemplo, seja físico, local, *web* ou mesmo nas redes sociais do momento, estabelecendo, de forma pessoal, regras para atender às necessidades de recuperação de informação (TAGG, 2005).

Quando falamos de arquivos instituídos oficialmente, o processo de recuperação de fotografia deve obedecer a princípios básicos da Arquivística e da Ciência da Informação, proporcionando conceitos e métodos próprios, capazes de atender às necessidades específicas dos usuários. De acordo com Fernanda Ribeiro (2011),

Arquivística é uma disciplina aplicada do campo da Ciência da Informação, que estuda os arquivos, quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente (RIBEIRO, 2011, p. 59).

Considerando a recuperação das informações, é necessário defender a ideia que essa prática extrai também significados linguísticos devendo, portanto, além de otimizar o volume de material, deixar claros e objetivos os padrões de recuperação, o que, por sua vez, é uma tarefa relativamente complexa do ponto de vista arquivístico.

No trato com as imagens, os processos a ela relacionados passam pela transcodificação, respaldados pelos princípios da classificação, objetivando atender plenamente o usuário destas imagens, facilitando sua recuperação e utilização.

Segundo Smit (1987), o público consumidor da imagem espera agilidade e precisão na recuperação. A autora indica um universo de 30 imagens para observação do usuário e sua posterior escolha, alertando que mais de 30 imagens confundem o usuário e abaixo deste número a escolha se torna ineficiente pela falta de diversidade de imagens (SMIT, 1987, p. 100).

Representar um conjunto de imagens eficientemente requer que o processo de transcodificação seja feito por pessoa capacitada, com conhecimentos apropriados para traduzir uma imagem em outra linguagem ou outros recursos de representação na esfera da organização do conhecimento. Este entendimento exige apropriações de conhecimentos das áreas em que a imagem está inserida (contexto) e das teorias advindas da Ciência da Informação.

A transcodificação é um fator intrínseco do processo de classificação do documento fotográfico, afinal, ao expressar-se o profissional da Ciência da Informação inevitavelmente é imbuído de representar a imagem com a finalidade de disponibilizar a informação.

Mas há carência de trabalhos na área, pois são poucos os trabalhos que tratam da organização do documento fotográfico dentro do aspecto da classificação com fundamentação arquivística, em que prevalece, entre outros, o princípio da proveniência e elementos diplomáticos, que tem como enfoque assegurar o caráter comprobatório deste registro informacional imagético.

A organização do conhecimento é sugerida como caminho a ser trilhado para identificar as contribuições no processo de transcodificação dos documentos fotográficos com o propósito de ampliar as possibilidades de recuperação. Desta forma, o trabalho se propõe a argumentar e contribuir com a evolução de mecanismos e instrumentos de armazenamento, busca e recuperação de documentos, para que a informação contida no documento fotográfico não se perca, mantendo o caráter, original, histórico e evolutivo da sociedade, como um objeto de comunicação entre os seres humanos no fortalecimento das experiências e culturas dos povos.

Espera-se contribuir para que o processo de transcodificação de documentos fotográficos tenha o necessário embasamento na sua construção, corroborando para o fortalecimento dos modelos de classificação arquivística, atendendo de forma plena o usuário que necessita da informação contida nas fotografias.

Como motivador pessoal deste estudo, ressalta-se a constante presença de fotógrafos (pai, irmãos e amigos) na trajetória pessoal da autora, fazendo com que sentisse, desde muito cedo, a necessidade de organizar os documentos imagéticos para que outros pudessem usufruir destes materiais únicos na passagem do tempo. A preservação deste trabalho intelectual é uma ação chave no desenvolvimento da sociedade, pois assim é possível transmitir conhecimento. Considerando o volume crescente de imagens e as tecnologias presentes no dia a dia justifica-se a necessidade premente de desenvolver ferramentas e métodos para assegurar a autenticidade e a durabilidade destas informações.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Estudar o processo de transcodificação na organização do conhecimento e sua contribuição para a classificação do documento fotográfico.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar o processo de transcodificação de documentos fotográficos na classificação arquivística;
- Elencar os elementos de transcodificação para a classificação de documentos fotográficos.
- Analisar e categorizar os elementos da transcodificação à luz da Análise de Conteúdo.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A perspectiva de compreender e referenciar a construção do processo de transcodificação tem como pressuposto uma Pesquisa Bibliográfica de cunho Exploratório, com abordagem qualitativa, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo para organizar, analisar e interpretar os dados de forma sistemática.

De acordo com Lima e Mioto (2007), a Pesquisa Bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, nos casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Esse tipo de pesquisa possibilita um amplo alcance de informações, além de agregar os dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (LIMA; MIOTO, 2007).

O objetivo da Pesquisa Bibliográfica é fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos (LIMA; MIOTO, 2007).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *web site*. Um trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto, porém existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Gil (2007) relata que a Pesquisa Bibliográfica de cunho Exploratório "tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema".

A Pesquisa Bibliográfica de cunho Exploratório pode também ser definida com "um estudo preliminar projetado para desenvolver ou refinar hipóteses, ou para testar e definir os métodos de coleta de dados". Ela é responsável por procurar padrões, ideias ou hipóteses até então não levantadas ou observadas. Ela avaliará quais conceitos serão aplicados a um determinado problema ou se deverão ser buscadas novas teorias ou conceitos para a ação pesquisada. (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

A Pesquisa Bibliográfica de cunho exploratório foi feita no Portal de Periódicos da CAPES, no Sistema de Biblioteca da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá, além de periódicos e bases de dados especializadas em conteúdos da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento.

A busca foi feita por intermédio das palavras-chave diretamente ligadas ao problema apresentado, como "transcodificação", "transcodificação de fotografia", "representação imagética", "organização de fotografia", "classificação de fotografia", "transcrição", "conversão", "codificação", "tradução", "transformação" e outras que surgirem no decorrer da pesquisa. A pesquisa será limitada às línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Com a Pesquisa Bibliográfica de cunho exploratório, os termos e conceitos levantados serão analisados sob a ótica da análise de conteúdo proposta por Bardin (1997).

A análise de conteúdo esteve presente desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os antigos escritos, como as tentativas de interpretar os livros sagrados, por exemplo. Entretanto, somente na década de 1920 foi sistematizada como método, devido aos estudos de Leavell sobre a propaganda

empregada na primeira guerra mundial, adquirindo dessa forma, o caráter de método de investigação (TRIVIÑOS, 1987).

De acordo com Bardin (1997), a definição de análise de conteúdo surge no final dos anos 1940-1950, com Berelson, auxiliado por Lazarsfeld afirmando que a análise de conteúdo é "uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação". (BARDIN, 1997, p. 18).

Posteriormente houve outras tentativas de aprimoramento dessa definição, aprofundando o significado, regras e princípios do método. Em 1977, foi publicada uma obra notável sobre análise de conteúdo, na qual o método foi configurado em detalhes e que serve de orientação até os dias atuais.

A mesma autora relata como podemos compreender que método consiste em um conjunto de técnicas de análise da comunicação, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativo às condições de produção e recepção dessas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

De acordo com Triviños (1987), é necessário tentar aprofundar a análise e desvendar o conteúdo, revelando ideologias e tendências das características dos fenômenos sociais que se analisam. Bardin (1997) e Triviños (1987) apresentam como forma de produção desta análise, três fases que se organizam em polos cronológicos:

Fase 1 – Pré-análise;

Fase 2 – Exploração do material ou descrição analítica; e

Fase 3 – Tratamento dos resultados obtidos ou interpretação referencial.

Bardin (1997) apresenta a primeira fase como "a fase da organização", que é o momento de colocar em ordem todo o material recolhido e sistematizar as ideias iniciais para facilitar o desenvolvimento das outras fases que virão. Triviños (1987) apresenta esta fase como o momento de formular os objetivos gerais da pesquisa, estabelecer as hipóteses amplas e determinar o *corpus* da investigação. É a fase de organização propriamente dita e corresponde a um período de instituições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise (BARDIN, 1997; TRIVIÑOS, 1987).

A segunda fase, chamada por Bardin de "exploração do material" e por Triviños de "descrição analítica", é uma fase longa e exaustiva, de analisar o material coletado e dar a ele a devida codificação, em razão das definições estabelecidas na fase anterior. Bardin descreve os procedimentos desta fase de "codificação, classificação e categorização" do material selecionado (BARDIN, 1997, p. 101; TRIVIÑOS, 1987, p. 161).

A partir das leituras, os dados serão classificados e agrupados conforme suas proximidades nas áreas de conhecimento e em uma linha cronológica crescente, de forma a entender a lógica de desenvolvimento do conceito e suas inter-relações com utilização atual na organização do conhecimento para a classificação de documento fotográfico.

A criação de categorias relacionadas ao objeto de pesquisa será estabelecida preparando o conjunto de dados para a análise a seguir. As categorias elencadas para a pesquisa serão divididas em: Conceito de Transcodificação; Processo de Transcodificação e Elementos; Relações.

Na terceira fase, chamada por Triviños (1987) de "interpretação referencial" e por Bardin (1997) de "tratamento dos resultados obtidos" é o fechamento da análise, quando os resultados se tornam significativos e válidos. Triviños explica que nesta fase "deve-se aprofundar a análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem". (BARDIN, 1997, p. 101; TRIVIÑOS, 1987, p. 162).

Nesta fase serão produzidas sínteses coerentes e embasadas no enunciado, que expressem o conjunto de significados presentes nas diversas categorias analisadas, com suas inferências e interpretações acerca dos resultados obtidos.

Com isso, pretendemos construir solidamente uma discussão a respeito do tema proposto e chegar a um resultado que contribua no aspecto teórico dos assuntos discutidos.

O trabalho está dividido em sete seções. A primeira introduz a temática deste trabalho, com os elementos da justificativa, objetivos e procedimentos metodológicos.

A segunda seção apresenta o processo fotográfico, desde o momento de transição entre a arte manual (artista retratista) e o equipamento, com sua evolução e adequação junto à sociedade. Observou-se os fatores sociais da fotografia até o momento em que imagem fotográfica passa a ser reconhecida como documento. A Ciência da Informação agrega valores ao auxiliar o processo de organização deste

documento, com as formas de tratamentos para armazenamento e resgate das informações contidas nos registros imagéticos.

A seção três trata do avanço tecnológico vivido pela nossa sociedade até quando surgem os sistemas de organização do conhecimento, estruturas para organização e promoção do conhecimento. Estes sistemas são estabelecidos para atender as necessidades informacionais nos âmbitos sociais, culturais, empresariais, governamentais entre outras, e são fundamentados pelos métodos e características da Ciência da Informação. Considerando que o homem sempre buscou meios e formas de se organizar e comunicar, a padronização e sistematização do conhecimento proposta pela Ciência da Informação, tendem a facilitar e permitir o acesso seguro às informações, promovendo a disponibilização do conhecimento de forma organizada e estruturada.

Já a quarta seção será dedicada a classificação arquivística como sistema de organização e a sua relação com o documento fotográfico. Entende-se a classificação como um sistema hierárquico que estabelece e divide o conhecimento em categorias, classes e subclasses, com o objetivo de manter em ordem as informações. Se tratando especificamente do documento fotográfico, a classificação arquivística enquanto Sistemas de Organização do Conhecimento detém princípios e métodos facilitadores, uma vez que o documento fotográfico necessita de cuidados especiais, principalmente no quesito delimitação das questões específicas que uma imagem pode representar. Neste sentido, a capacidade profissional do arquivista junto aos princípios arquivísticos vem subsidiar as diversas etapas da classificação do documento fotográfico para que a informação não se perca e tenha tratamento adequado, tornando o documento passível de recuperação por usuário potencial.

Na quinta seção será abordado os elementos da transcodificação na classificação arquivística. Para elencar os elementos que possibilitam a classificação de documento fotográfico é preciso entender o ato de transcodificar, de converter uma imagem em outra linguagem que seja legível em um instrumento de classificação e que subsidie a busca do usuário por informações nestas imagens. A partir dos elementos da classificação arquivística, a literatura mostra a relevância de aprofundamento diplomático para a gestão do processo classificatório, desde o estabelecimento do plano de classificação até a manutenção dos registros formais da sociedade, utilizados muitas vezes, como prova. A junção dos princípios da

classificação arquivística com o aporte da diplomática possibilita a autenticidade das informações, bem como a gestão da vida útil destes registros.

A análise e as discussões subsequentes terão espaço na seção seis. O estudo possibilitou a exploração sobre o processo fotográfico, a imagem fotográfica e suas influências na sociedade enquanto registro documental. O estudo também contou com uma aplicação simulada para validar a hipótese do estudo, onde se identificou a não preocupação do usuário com a origem e identificação da imagem, seja ela para arquivo ou recuperação posterior. Ficou demonstrado que a Ciência da Informação ainda não passou dos portões da academia e chegou com métodos e técnicas para auxiliar o usuário de fotografia no seu cotidiano. A importância da origem foi levantada apenas por aqueles que conheciam a situação geradora da imagem. O estudo também levanta a importância do arquivista, conhecedor dos princípios e fundamentos da arquivística, associada aos métodos diplomáticos na transcodificação desta imagem para fins de busca e recuperação, de modo que garanta a autenticidade destes documentos. Observou-se que o usuário tem a preocupação de fazer a leitura da imagem, mas é despreocupado com o caráter original da informação ali disposta. Cabe ao arquivista se firmar nas bases de proveniência da imagem, disponibilizando mecanismos de busca para validação desta imagem enquanto informação fidedigna e documento comprobatório.

Como forma de trazer os resultados da pesquisa para o cotidiano do profissional da arquivística, a sétima seção irá apresentar as contribuições possíveis para este campo, finalizando com as considerações resultantes deste estudo. Buscou-se estruturar um exemplo de plano arquivístico a partir da imagem utilizada no estudo exploratório para demonstrar a importância do vínculo da imagem, a qual relação ela pertence. A partir deste exemplo, buscou-se também estabelecer relações com alguns dos principais elementos diplomáticos que sustentam a continuidade deste registro e a sua marcação no tempo, seja para a sociedade, para uma instituição ou para apenas um indivíduo.

2 OS PROCESSOS FOTOGRÁFICOS

A fixação de uma imagem em um suporte faz parte da história do homem e de seu desejo de manter vivo um momento, um lugar, uma pessoa, um acontecimento. As comprovações destes desejos podem ser observadas nas pinturas pré-históricas, da antiguidade, da idade média, do renascimento, do período barroco e também nas modernas e contemporâneas.

Os formatos, técnicas, personagens e suportes são diferentes em cada um dos períodos citados anteriormente, pois cada imagem carrega consigo a carga de conhecimentos disponíveis naquele momento, o desenvolvimento social presente na vida do autor, as transmissões orais de acontecimentos recentes ou longínquos e principalmente o olhar do fotógrafo.

Neste pequeno espaço de tempo em que se captura e immortaliza a imagem, ela passa de uma minimalista visão do autor/fotógrafo a um conceito documental, regida pela necessidade social, histórica ou mesmo comprobatória perante as autoridades legais.

A seguir será apresentada a máquina fotográfica, o equipamento responsável pela captura de cenas e seu caminhar por entre as artes e a informação. Na máquina o fotógrafo deposita suas vontades e desejos, contando com as qualidades físicas e tecnológicas do equipamento ao mesmo tempo em que traz para si a responsabilidade de capturar e transparecer a sensibilidade e a percepção para a obtenção da imagem desejada.

2.1 EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS

Desde os primórdios a fotografia tem caminhado lado a lado com as artes plásticas. Inicialmente os fotógrafos foram pintores ou desenhistas. No decorrer da história, a fotografia passa a substituir as pinturas e desenhos, obrigando a transição para uma nova tarefa profissional, a de fotógrafo.

Até a era do renascimento, o desenho era a forma de representação do real com o uso das imagens e os que tinham o dom e a formação adequada de desenhar eram favorecidos.

Outra técnica utilizada antes do surgimento da fotografia é o *fisionotrafo*, utilizada para gravar a fisionomia das pessoas em uma placa de cobre, sendo ela

mais rápida que o desenho feito a mão. Esta técnica é considerada a precursora ideológica da fotografia (SOUGEZ, 2001).

A história dos processos óticos que contribuíram para o surgimento da fotografia inicia-se no Século V a.C, com a observação feita pelo filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) sobre a produção de imagens por meio da passagem da luz solar através de um pequeno orifício em um ambiente escuro. A câmera escura foi utilizada por vários séculos, por inúmeras personalidades e com diversas finalidades (PUPIM, 2010).

O aperfeiçoamento da câmera escura e do princípio observado por Aristóteles teve também a participação de Leonardo Da Vinci, por volta de 1515. Nesta época surge a lente (de cristal) para melhorar a visão do pintor e o uso dos jogos de espelho para melhorar a nitidez destas reproduções. Além de observar fenômenos solares, como os eclipses, a câmera escura tinha a função de facilitar também os desenhos (SOUGEZ, 2001).

A câmara clara, também chamada câmera lúcida, foi criada por Willian Hyde Wollaston. No aparato, o pintor ajustava seu olho em um visor, enquadrava o objeto e corria a mão pelo papel, traçando simultaneamente o que seu olho via. Era um artifício para tirar do pintor o desnecessário da cena e manter em foco apenas o que era necessário observar para que o quadro fosse pintado com perfeição. (PUPIM, 2010).

Com o aprendizado das técnicas e equipamentos da câmara clara e da escura e após inúmeros estudos empíricos e da junção de dois processos tecnológicos, pertencentes à física e à química, é que surge a fotografia (PUPIM, 2010; SOUGEZ, 2001).

Nicéphore Niepce tinha uma vida abastada. Tinha também uma grande inquietação, aplacada com experiências mecânicas e químicas juntamente com seu irmão. Desenvolveram assim a litografia, que é uma técnica de imprimir um desenho em uma folha quimicamente tratada e replicá-la no papel várias vezes.

O segundo avanço de Nicéphore na área das imagens foi com a heliografia, que consiste em uma câmera escura com um papel quimicamente tratado ao fundo em que as imagens do exterior fixam-se no papel pelo processo físico (passagem da luz por uma pequena abertura) e químico (papel tratado com cloreto de prata). Desta forma, as imagens fixavam-se no papel, no formato ainda negativo.

Louis-Jacques Mande Daguerre, pintor francês com domínio de técnicas como perspectivas e jogo de luz é um nome importante da época do surgimento e evolução da fotografia. Ao tomar conhecimento dos avanços dos irmãos Niepce, Daguerre solicitou provas dos seus avanços, o que não foi bem recebido, nem tão pouco atendido pelos irmãos. Apenas durante as dificuldades financeiras é que Nicéphore se associou a Daguerre para o daguerreotipo, precursor no desenvolvimento da fotografia, (SOUGEZ, 2001).

Com a criação e popularização do daguerreótipo, um aparelho capaz de fixar uma imagem em um papel de forma rudimentar, o alcance da primitiva fotografia, que antes era da burguesia, passa também a classe operária, se alastrando a todos os níveis e camadas sociais, conforme previsão de 1839 de "*La Revue Française*" (SOUGEZ, 2001, p. 59-60).

Como o processo desenvolvido por Daguerre era de domínio público, por força governamental francesa, logo surgiram versões menores (o daguerreótipo pesava cerca de 50 kg), mais leves e com configurações de lentes melhores que as originais, estas numeradas e assinadas pelo próprio Daguerre.

As cópias do daguerreótipo e suas melhorias receberam atenção, não apenas para o fator tamanho, peso ou conjunto de objetivas, mas também para o processo químico. Em 1839 eram necessários até 40 minutos de exposição para a fixação de uma imagem. Com o desenvolvimento e pesquisas de outros inventores, o tempo passa a ser de até 3 minutos em 1841 e de até 40 segundos em 1842 (SOUGEZ, 2001).

As lentes das câmeras também sofreram rápidas melhorias e desenvolvimentos no início dos anos de 1840. Franceses, alemães e ingleses desenvolveram lentes e jogos de lentes (convergentes e divergentes) para ampliar as imagens captadas, ampliar os ângulos de visão e principalmente melhorarem a nitidez das imagens.

Inicialmente a fotografia tinha papel importante quase que exclusivamente em retratos pessoais e familiares e, com o passar tempo e a evolução do processo, passa a atender outras demandas como a arqueologia, a paisagem das cidades e as ciências. Por volta de 1850 surge o fotógrafo de rua, oferecendo seus serviços a todas as camadas da sociedade (SOUGEZ, 2001).

Quando o processo de criação e desenvolvimento passa por normatizações e definições de modelos, como padronização no tamanho das imagens obtidas,

processos químicos de revelação entre outros, a indústria da fotografia toma realmente forma e se profissionaliza. Em 1888 surge a empresa Kodak, com um produto revolucionário: uma pequena máquina que substituiu as chapas de vidro pelo papel e em um rolo obtinha-se 100 "paisagens" circulares. Após 100 exposições, a máquina era enviada a fábrica, que processava o rolo e devolvia a máquina com um novo rolo, as "paisagens" em negativo revelado e as cópias positivas. Nesta mesma época surgem também outras grandes multinacionais, como a AGFA (alemã) e a Lumière (francesa).

Em relação ao processo fotográfico no Brasil, pode-se mencionar que, oficialmente a fotografia chega em 1840, em um momento de discussão da Academia Imperial sobre os valores nacionais das artes. Como na França este é também um assunto recorrente e a fotografia entra no debate retomando uma posição já estabelecida pela litografia, não alterando o estatuto de arte erudita no Brasil (CHIARELLI, 2005).

A aceitação da fotografia no meio artístico não se fez de forma passiva. Houve uma resistência inicial da qualidade das imagens produzidas de forma "estranha" em contraponto daquelas feitas por pintores e artistas renomados.

Além de obscurecer os métodos tradicionais de produção/reprodução de retratos, como o desenho, a gravação e a pintura a óleo, será entre os profissionais desses gêneros de arte, que a fotografia recrutará os primeiros a se envolverem na nova profissão. Muitos dos que inicialmente atacavam a fotografia, como se esta fosse um ofício 'sem alma', aos poucos se renderam à nova técnica, transpondo para a fotografia não apenas suas qualidades de artistas mas também suas qualidades de artesãos (FELZ, 2007, p. 24).

Em meados da década de 1880 a técnica da fotografia estava desenvolvida a ponto de não serem mais necessários conhecimentos especiais a seus profissionais. A fotografia que, ao nascer se aproximava da experiência científica, se aproxima dos processos industriais. Passa então a processos de disseminação em massa (FELZ, 2007).

Como prova da aceitação da fotografia no campo das artes e principalmente como opção de desenvolvimento profissional, Felz (2007) apresenta um quadro transformador no qual a fotografia manteve o seu papel de facilitadora.

Resultado do desenvolvimento de processos, métodos e técnicas em diferentes campos do conhecimento, a fotografia surge, no início do século XIX, provocando uma crise entre algumas das técnicas artísticas mais comuns no período. Resultado dos esforços de artistas, físicos e químicos, a fotografia a princípio vai substituir todos os métodos empregados para a reprodução de retratos, como processo técnico e meio de expressão (FELZ, 2007, p. 24).

A seguir será apresentado o papel da fotografia como fenômeno mecânico, passível de olhares e interpretações fundamentadas na experiência pessoal de cada um, do produtor da imagem ou do observador.

2.2 O PROCESSO MECÂNICO

Criada a máquina que facilita a captura de imagens, o dom nato do artista retratista é substituído por aquele que tem o poder aquisitivo de comprar um equipamento fotográfico. Enquanto o retratista, desenhista ou pintor tem seu tempo de trabalho para observar, escolher a tela e as cores em sua paleta, o fotógrafo tem o tempo ao seu favor.

Flusser (1985) traduz o tempo do fotógrafo também em inúmeras possibilidades, uma vez que tudo o que é fotografável pode ser fotografado. A imaginação do aparelho é praticamente infinita. A imaginação do fotógrafo, por maior que seja, está inscrita nessa enorme imaginação do aparelho (FLUSSER, 1985, p. 20).

Tendo um mundo à disposição e com várias possibilidades de captura de imagem, surgem as formas de exposição. As fotografias se tornam onipresentes, passando a aparecer coladas em álbuns, reproduzidas em jornais, expostas em vitrines, paredes de escritórios, afixadas contra muros sob a forma de cartazes, impressas em livros, latas de conservas e camisetas (FLUSSER, 1985, p. 23).

Percebe-se também uma expansão de testes e imposições de estilos, técnicas e leituras destas imagens. Para cada objetivo passa-se a buscar uma forma de obter a fotografia, uma incidência de luz que valorize ou esconda algo, um desfoque, uma cor que transmita uma sensação, uma novidade que venda mais do produto ou serviço.

Para que estas imagens sejam produzidas há a necessidade de junção da pessoa (fotógrafo) com o equipamento.

Fotografias são imagens técnicas que transcodificam conceitos em superfícies. Decifrá-las é descobrir o que os conceitos significam. Isto é complicado, porque na fotografia se amalgamam duas intenções codificadoras: a do fotógrafo e a do aparelho. O fotógrafo visa eternizar-se nos outros por intermédio da fotografia. O aparelho visa programar a sociedade através das fotografias para um comportamento que lhe permita aperfeiçoar-se. A fotografia é, pois, mensagem que articula ambas as intenções codificadoras. Enquanto não existir crítica fotográfica que revele essa ambiguidade do código fotográfico, a intenção do aparelho prevalecerá sobre a intenção humana (FLUSSER, 1985, p. 26).

Flusser (1985) apresenta ainda sua leitura desta junção, em que a intenção do fotógrafo alia-se à intenção proporcionada pela máquina. Esta junção pode ser exemplificada pela altíssima qualidade técnica que pode ser alcançada pelo fotógrafo de posse de uma máquina sem recursos adequados, ou pelo contrário, uma excelente máquina acompanhada de todos os acessórios pertinentes sem o manuseio correto do fotógrafo.

Pode-se fazer analogia a esse processo a comparação de um *chef* de cozinha que consegue pratos saborosos e esteticamente apetitosos juntando sua capacidade de unir os ingredientes e um conjunto de equipamentos (fogão, forno, panelas etc.) de qualidade a outro *chef* sem os equipamentos que ainda assim produz pratos de qualidade.

Democratizar o acesso ao aparelho fotográfico é o primeiro passo importante para se obter qualidade de imagens. A ampliação do número de imagens criadas faz com que a leitura passe a ser também democratizada. E democratizar é educar para esta ação, para se fotografar e para ler a imagem.

Este processo de democratização pode começar pela compreensão do ato de fotografar e suas nuances envolvidas, como o aparelho fotográfico.

A construção de uma fotografia depende de um aparelho fotográfico, que pode também ser descrito como um curioso brinquedo. Por mais que sua construção retenha conhecimentos técnicos, teóricos e tecnológicos, é relativamente fácil manipulá-lo, afinal o aparelho propõe jogo estruturalmente complexo, mas funcionalmente simples, não havendo necessidade de conhecimentos de sua engenharia interna para “tirar” uma fotografia. Comparativamente, o aparelho fotográfico é o oposto do xadrez, que é estruturalmente simples, mas funcionalmente complexo é fácil aprender suas regras, mas difícil jogá-lo bem. (FLUSSER, 1985).

Há que se entender, porém, que criar uma foto não é um processo automático, de apenas um clique. Pode-se observar o material fotográfico como uma imagem, um trabalho fotográfico ou como um registro documental.

No processo de criação da imagem um fotógrafo precisa, antes de tudo, conceber sua intenção estética, política, etc., porque necessita saber o que esta fazendo ao manipular o lado *output* do aparelho. Desta forma o aparelho obriga o fotógrafo a transcodificar sua intenção em conceitos, antes de poder transcodificá-la em imagens (DOBAL, 2010; FLUSSER, 1985).

Para Flusser (1985), em fotografia não há ingenuidade, nem do turista tampouco da criança que fotografa. Toda intenção de criação da imagem passa pela estética, pela política ou pelo crivo da conceituação antes de resultar em imagem. Para o autor, fotografar é transformar a imagem em conceito, e transcodificá-lo em cenas.

Para a decodificação da fotografia é necessário atentar-se para as intenções do fotógrafo, em codificar em forma de imagem os conceitos que tem na memória. Para isso ele usa do equipamento e de suas possibilidades físicas. Ao estabelecer esta imagem tem como pressuposto que ela servirá de modelo para outros que queiram vivenciar mesmo que distante, o conceito que ele imaginou, fixados de maneira permanente, eternizando um conceito para a posteridade (FLUSSER, 1985).

O fotógrafo colabora nessa transcodificação da fotografia pelos aparelhos de distribuição, e o faz de maneira *sui generis*. Ao fotografar, visa determinado canal para distribuir sua fotografia. Fotografa em função de determinada publicação científica, determinado jornal, determinada exposição, ou simplesmente em função de seu álbum. Do ponto de vista do fotógrafo, duas razões o movem: primeira, o canal lhe permitirá alcançar grande número de receptores, pois seu engajamento é precisamente eternizar-se num máximo de pessoas; segunda, o canal vai sustentá-lo economicamente, pois a fotografia, enquanto objeto desprezível, não tem valor de troca. Em suma: o canal é para o fotógrafo um método para torná-lo imortal e não morrer de fome (FLUSSER, 1985, p. 30).

Há então, uma intencionalidade perceptível nos fotógrafos profissionais, que se especializam em determinados tipos de fotografia e se preparam para elas, seja na intenção (leituras, vídeos, visitas *in loco*, etc.) ou nos equipamentos (lentes, máquinas, temporizador etc.). Neste universo encontram-se os fotógrafos de jornal,

de revista de natureza, de viagem, de arquitetura, de moda, de animais dentre outros. As fotos produzidas para a revista *National Geographic*² são diferentes das produzidas para o jornal *Folha de São Paulo*³, por exemplo.

Outro fator interessante é a perpetuação da fotografia enquanto passível de multiplicação. Distribuí-la é multiplicá-la. Para Flusser o termo “original” perdeu sentido, “por mais que certos fotógrafos se esforcem para transportá-la da situação artesanal à situação pós-industrial, onde as fotografias funcionam” (FLUSSER, 1985, p. 28).

Barthes (1984) também entende a multiplicação da imagem fotográfica, dando uma forma de permanência duradoura a um momento único, instantâneo, mencionado que a fotografia repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir existencialmente.

Atualmente temos acesso à fotografia digital, ou eletrônica, que é a produzida com câmera digital ou pela maioria dos modelos de telefone celular, os equipamentos de processamento digital e os computadores com recursos de modelagem de imagem sem o auxílio direto da câmera, resultando em arquivos que podem ser impressos, armazenados, editados e compartilhados, dispensando completamente o processo de revelação da imagem, proporcionando também a visualização da imagem no ato, através dos recursos que esses aparelhos contêm (MACHADO, 1993).

Esse processo digital, por sua vez, contribuiu não apenas com a propagação do ato de fotografar, mas também para incluir neste universo o compartilhamento *online*, através de computadores e celulares, máquinas amadoras conectadas à *web* e às redes sociais.

Surge também a desconfiança na manipulação da imagem, uma vez eletronicamente pode-se modificar qualquer imagem, com dificuldades reais de identificação do ajuste feito. Machado (1993) diz que esta possibilidade de manipulação não é nova. Ela já foi usada por personagens históricos para adicionar ou suprimir aquilo que não lhe traria benefícios (MACHADO, 1993).

Sobre o fator social da fotografia, será apresentado na sequência o olhar de Rouillé (2009) e Tagg (2005) sobre este tema.

² <http://viajeaqui.abril.com.br/national-geographic>

³ <http://www.folha.uol.com.br>

2.3 A FOTOGRAFIA COMO OBJETO SOCIAL E CULTURAL

Rouillé, estudando a construção da imagem fotográfica, apresenta a necessidade da sociedade industrial em funcionar segundo seus próprios paradigmas, com as máquinas e seus processos físicos e químicos.

Cada sociedade em um momento da sua história precisa de uma imagem que seja coerente com seu funcionamento (DOBAL, 2010).

Esta mesma necessidade é encontrada na sociedade atualmente, que se utiliza da internet para obter informações. Comparativamente, a importância da internet hoje é a mesma que a fotografia teve durante o processo de industrialização que a sociedade passou, pois durante a Revolução Industrial se estabeleceu a quebra de paradigma da produção de bens de consumo e a produção passou de manual e segmentada para a realizada em larga escala e de forma dinâmica.

Na produção artesanal a matéria prima é tratada desde a sua chegada até a saída do produto final por uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas que são especialistas no ofício. Na industrialização a matéria prima é tratada por uma pessoa, a produção é tratada por outro conjunto de pessoas, a venda é terceirizada para outra pessoa. A cadeia de envolvidos e pessoas envolvidas aumentou, diminuindo o preço dos bens, assim como cria produtores altamente especializados em determinada ação dentro da cadeia produtiva (BERNARDI, 2007).

A comparação deste período (Revolução Industrial) com as experiências vividas hoje através do acesso à internet reflete principalmente na criação, tratamento e distribuição da informação, assim o desenvolvimento social contribui para este desenvolvimento, dividindo os indivíduos em grandes consumidores de informação.

No último quarto do século XX, novas tecnologias tendem a modificar a maneira pela qual a informação e o conhecimento passam a ser entendidos e apropriados pelos diferentes atores sociais (BERNARDI, 2007, p. 41).

De acordo com Bernardi (2007) as tecnologias em constante desenvolvimento pautam a criação e a distribuição desta informação. A mudança mais presente é a passagem de uma sociedade consumidora de informações de massa para uma sociedade consumidora de informações direcionadas, quase “um

para um”, com conteúdo, formato de produção e distribuição individualizada, focada em nichos de mercados muitas vezes exclusivos.

Aflora para estes consumidores ávidos por novidades, o "empoderamento" da máquina fotográfica, passando ela a fazer parte do cotidiano das pessoas, sejam elas de quais classes sociais forem.

Rouillé sentencia o fim da era da fotografia analógica, que foi necessária para a sociedade industrial, mas nos tempos atuais é ligada ao computador, à rede e a um regime de verdade totalmente diferente (DOBAL, 2010).

A fotografia tem valor na informação que transmite, no conceito implícito e na informação que carrega. Historicamente é o primeiro objeto pós-industrial cujo valor se transferiu do objeto para a informação (FLUSSER, 1985, p.28).

Boni (2000) apresenta a fotografia como um ato intencional e manifestação da linguagem e, por isso, a foto também pode ser compreendida como uma tradução. Nesse sentido, ao captar uma cena, o fotógrafo traduz seu significado e mostra sua visão da realidade por meio da imagem (BONI, 2000, p.42).

Cada um que "lê" a foto a traduz de acordo com seu repertório, pois esta leitura é individual e a linguagem intencional do fotógrafo é colocada a disposição do sujeito que a lê. Levando esses fatores em consideração percebe-se claramente que o resultado desta interpretação nem sempre será idêntico ao do fotógrafo que a produziu.

A fotografia, é sempre alguma coisa que é representada, ao contrário do texto que, pela ação repentina de uma única palavra, pode fazer uma frase passar da descrição à reflexão, ela fornece de imediato esses detalhes que constituem o próprio saber do etnológico (BARTHES, 1984, p. 43).

O documento fotográfico, um recurso informacional ícone da representação da informação, de uma forma ampla e completa, vai além das palavras.

Ao inventar a escrita, o homem se afastou ainda mais do mundo concreto quando, efetivamente, pretendia dele se aproximar. A escrita surge de um passo para alguém das imagens e não de um passo em direção ao mundo (FLUSSER, 1985, p. 8).

Observando-se o descrito acima é possível perceber que o ato de decifrar textos é descobrir as imagens e decifrá-las, afinal as imagens são códigos com a função de traduzir eventos e tem o propósito de traduzir o mundo.

A complexidade exposta pela imagem é ampla e para desvendá-la o homem utiliza a escrita como ferramenta que parcialmente revela a construção e significado da imagem exposta.

O ato de “transcodificar” o documento fotográfico com a finalidade de dar acesso às informações demanda uma série de conhecimentos implícitos e advindos da Organização do Conhecimento, assim como de outras áreas, se tornando tarefa interdisciplinar e extremamente importante realizada pelos profissionais da informação.

Na conversão do documento fotográfico de imagem para palavras há o que Smit (1987) chama de transcodificação, que é a passagem de uma linguagem para outra. De acordo com o Dicionário Online Priberan, transcodificação é a “tradução em código diferente”. Assim, pode-se apropriar também da definição de “converter”, que é definida como a mudança de forma ou qualidade, sem a mudança de substância, da essência.

De acordo com o Dicionário de Filosofia, de Nicola Abbagnano (2007), em Aristóteles e nos tratados posteriores de Lógica clássica (aristotélica), “conversão é a operação com a qual de um enunciado se extrai outro, mediante a troca das respectivas posições dos termos” (ABBAGNANO, 2007, p.2).

Para Smit (1987), “a descrição de uma imagem nunca é completa”, pois quem trabalha com fotografias sempre irá se deparar com a conotação, sua interpretação e herança cultural, que influenciam, em muito, na descrição de um documento. No entanto, o profissional envolvido na tarefa de tratar o documento fotográfico tem de ser o mais objetivo possível, pois assim possibilitará que as informações contidas neste documento não sejam de alguma forma perdidas (SMIT, 1987, p. 102).

A dificuldade em analisar documentos, em especial o documento fotográfico, somada à falta de estruturação das informações faz com que em sua recuperação as informações se tornem por vezes insuficiente ao usuário.

Neste contexto há a classificação arquivística, atividade que junto da avaliação e descrição dão acesso às informações contidas em um documento e

principalmente, espelha o modo que aquele documento foi produzido, sua função, estrutura e organização dentro de um fundo.

O próximo tópico se propõe a introduzir a imagem como documento, como este conceito foi definido e como a imagem se encaixa nos arquivos.

2.4 DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS

Partindo do contexto de leitura da imagem e a possibilidade de convertê-la em outra linguagem, o documento fotográfico faz parte dos arquivos e o trato com essas imagens objetivando atender plenamente os usuários passa pela transcodificação destas imagens, facilitando sua recuperação e utilização.

Lacerda (2008) relaciona a definição de uma imagem como documento quando atendidos alguns requisitos próprios do documento tradicional, relacionados a sua produção e guarda no ambiente público e privado.

Arquivo e informação são inseparáveis, uma vez que os arquivos são formados por documentos e estes são carregados de informações. Desta forma, a relação direta entre arquivos, documentos e informações é fundamento para a existência do Arquivista.

Com o advento da crítica à noção de documento, que teve início com as bases oferecidas pela *École des Annales*, na primeira metade do século XX, na França, o “[...] caráter multiforme da documentação histórica [...]” (MIGUEL, 1993), deu margem ao estudo amplo não só de grandes acontecimentos como também aos fatos cotidianos. Com a concepção de documento modificada, considera-se que qualquer registro que prove um determinado ato é um documento, desde que as perguntas corretas sejam feitas a estes registros (MIGUEL, 1993, p. 122).

Heredia Herrera (1991) descreve a definição de documento como o registro de informação, independente do suporte. Esta definição abrange todas as formas de transmitir a informação, como livros, revistas, filmes, mapas, discos, medalhas, entre outras. Ela reconhece a abrangência desta definição, apresentando outra leitura, mais simplista, de que o documento é o testemunho das atividades do homem em um suporte durável e que contenha informação (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 121).

Na definição proposta por Heredia Herrera (1991), a fotografia atende aos requisitos para ser entendida e tratada como um documento, uma vez que traz a informação estampada, em um formato visual.

Historicamente, a fotografia como parte de um ambiente de guarda e conservação surge em 1882, quando foi criado o primeiro laboratório de fotografia científica dentro de um museu, em Berlim (SOUGEZ, 2001).

Em um museu, se emprega a fotografia associada a luzes (com cores e intensidade), emissão de infravermelho, negativo, contrastes e microfotografia para identificar em obras de arte, resquícios de restauros anteriores, assinaturas e até mesmo a veracidade de obras por exemplo.

Como fator de segurança, as obras expostas nos museus e galerias são cópias, um trabalho para a manutenção dos originais em lugar seguro, a salvo de roubos, incêndios e umidade, entre outras possibilidades.

Nos arquivos também se faz uso da técnica fotográfica, seja como fotocópia, microfilme ou mesmo ampliação de *slides* para estudos de peças e manuscritos raros, em que a manipulação poderia levar a um prejuízo ou a perda do documento original.

É interessante observar que a fotografia segue seu rumo, mesmo com o amplo desenvolvimento do vídeo e mais atualmente da internet, fazendo-se presente no uso intensivo das circunstâncias cotidianas, seja como foto jornalismo, publicidade, moda ou fatos visuais, entre outros.

O reconhecimento de natureza arquivística da fotografia é muitas vezes incompreendido. Diante das múltiplas linguagens e conceitos que a imagem possibilita, a produção e a distribuição acelerada decorrente do desenvolvimento tecnológico fortalecem o conceito de canal de comunicação na relação produtor e observador, livre de vínculo de cunho documental, ainda que seja possível uma relação de proveniência e organicidade na passagem dos cliques, tornando a cena um caráter de registro documental de um momento da história do universo público ou privado.

Seu valor documental foi sendo alcançado por interessados em captar e reter cenas dos movimentos de transformações culturais, históricos, políticos, artísticos, pessoais, institucionais, entre outros. A fotografia manifesta diversas possibilidades de descobertas, transmite informação e conhecimento na forma visual. Enquanto que sua ascensão à condição de documento de arquivo recai na

perceptiva da proveniência e do testemunho aos fatos comunicados. Michael Buckland (1991) menciona que:

[...] tornar os usuários bem informados (informação como processo) e que haja uma comunicação de conhecimento (informação como conhecimento). Mas fornecidos os meios, o que é tratado e operado, que é acumulado e recuperado, é informação física (informação como coisa) (BUCKLAND, 1991, p. 352).

Sendo a fotografia reconhecida como fonte de informação, capaz de ser apresentada legalmente como prova documental, necessita de armazenamento adequado e também ser classificada para fins de recuperação dos usuários interessados.

3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A necessidade de organizar sempre esteve presente na vida humana, dada a necessidade de entender o mundo que a rodeia e para se adequar aos princípios básicos de socialização e uso coletivo de conhecimento.

Pinho (2009) relata que o ser humano inicia as tentativas de organizar e representar o conhecimento desde os primórdios da sua própria existência, transformando as formas de sociabilidade e as relações. (PINHO, 2009, p. 22).

Taylor e Joudrey (2004) afirmam que “nós organizamos porque precisamos recuperar”. Souza (1998) ressalta as premissas de organizar como "estabelecer as bases de", "arrumar de determinado modo" e "colocar em certa ordem". A organização pode ser entendida uma ferramenta de sobrevivência e economia de tempo. Organizamo-nos no espaço em que vivemos no rito de obter o alimento para o consumo, na vida em razão do inverno ou do verão e, entre outros pontos fundamentais, para a subsistência e desenvolvimento da humanidade (SOUZA, 1998, p. 65; TAYLOR; JOUDREY, 2004, p. 1).

De acordo com o Dicionário Houaiss, “organizar” significa “dar determinada ordem a”; “dispor de forma ordenada”; “dar forma regular às partes de”; “arrumar, ordenar”. O ser humano organiza naturalmente os muitos tipos de coisas em sua vida: os livros em estantes, as roupas em armários, utensílios de cozinha em gavetas, documentos específicos em pastas etc. (ORGANIZAÇÃO, 2001).

Dentro deste contexto cabe ressaltar que processo de organização, mesmo que inconsciente, visa facilitar uma recuperação futura, afinal os objetos, quando organizados, são mais facilmente localizáveis, se necessário, facilitando a busca e até mesmo à guarda novamente, uma vez que o seu espaço já foi definido.

Do ponto de vista documental, Pinho (2009) descreve o ato de representar como um fator importante afirmando que apenas organizar não se traduz em impacto positivo.

[...]organizar e representar não são uma necessidade atual, mas, sim, uma preocupação que surge com a própria evolução da sociedade, que anseia pelo compartilhamento, decifração e uso do conhecimento registrado (PINHO, 2009, p. 22).

Ao estabelecer formas de organizar o acesso a informação pode-se obter um melhor entendimento do mundo e de suas singularidades. Sendo assim buscamos com frequência por mecanismos que possibilitem deixar para a posteridade as ações da atividade humana. Quando a informação não é organizada, fica difícil, se não impossível, encontrar.

Segundo Souza (1998) a organização cria uma limitação com o restante dos objetos. O que está dentro da organização tem uma garantia de pertencimento, enquanto que aquele que ficou de fora não faz parte do conjunto. Até que ele seja destinado a outro conjunto, ele não é parte de nada. A cada nova observação, criação ou descoberta, o indivíduo associa essa informação a um conhecimento já existente e passa a organizar novamente seguindo uma dinâmica própria e distinta de outros indivíduos a sua volta.

Algumas questões em relação a estabelecermos limites da organização são: a) Para quem organizar? b) Por que organizar? c) O que organizar? d) Como organizar? e) Quando organizar? f) Onde organizar? e g) Quem vai organizar? Respondendo estas perguntas, a organização acontecerá de forma alinhada com a necessidade do usuário (SOUZA, 1998, p. 57).

Atualmente, organizar a informação é um grande desafio, assim como estabelecer mecanismos de representá-la prevendo meios para extraí-la na tentativa de favorecer o conhecimento e distribuição dos saberes, de forma que é necessário esforços teóricos e instrumentos especializados para este fim.

Ao organizar e representar o saber, o homem reduz as incertezas e passa a compartilhar este conhecimento, tornando o saber sociável e acessível. Contudo, há uma exigência generalizada para que profissionais da informação dediquem esforços cada vez maiores na organização de conteúdos informacionais, de modo a tornar a informação mais acessível e adequada ao uso corrente e futuro, fatores que serão discutidos na sequência desta sessão.

3.1 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

É importante diferenciar os conceitos de Organização da Informação (OI) e Organização do Conhecimento (OC), principalmente para essa pesquisa, que se propõe a tratar da OC.

Bräscher e Café (2008) ressaltam a existência de uma divergência entre estes conceitos que, por vezes, são utilizados de forma equivocada.

Para Bräscher e Café (2008), a OC compreende a organização de um conjunto de objetos informacionais de forma sistemática com a finalidade de recuperação em bibliotecas, museus e arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos.

Alvarenga (2003) entendeu que os processos de organização do conhecimento destinam-se a atingir um determinado propósito, prioritariamente à recuperação eficaz de informações por parte dos usuários.

Para Lima e Álvares (2012a) a informação organizada é uma tentativa de se apropriar dos elementos que compõem o conhecimento individual, para que o saber possa ser socializado.

A informação faz parte do cotidiano de qualquer pessoa e a sua importância vai depender da necessidade de cada um. Assim, a informação se torna indispensável para o indivíduo que para obter um bom resultado da sua utilização demanda a sistematização ordenada. Os profissionais da informação, dentro dos seus limites de atuação, buscam responder por meio de estruturas classificatórias, que vem através dos tempos se adequando a diversas teorias de representação.

Rendón Rojas (1996) considera que a informação é objetiva porque tem, como matéria-prima, elementos identificados pelo homem. Segundo o autor, os homens transformam e são transformados pelo mundo informacional em um processo de evolução constante. Para a Ciência da Informação (CI), a informação é produto de uma síntese de elementos objetivos e subjetivos, decorrentes da ação humana no tempo e no espaço nos quais foram criados.

A partir do século XX, graças aos avanços técnicos e à possibilidade de reprodução massiva, a informação começou a ser aceita como recurso e não mais apenas como testemunho da verdade ou como prova documental. Para alguns autores, como Hjørland (2003), os pesquisadores de CI “não são *experts* na interpretação de informações das estrelas, mas são, na sua maior parte, especialistas na informação documentada por astrônomos”.

O autor apresenta esse exemplo, no qual a informação é entendida em um sentido mais amplo do que normalmente está implícito na CI (HJØRLAND, 2003, p. 93).

No entanto, tendo em vista que a OC interfere diretamente na recuperação das informações, é de extrema importância entendê-la com um processo primário e necessário para se estabelecer a estruturação adequada nos sistemas de informação para que o seu conteúdo se torne mais significativo e possível de ser encontrado posteriormente.

Neste sentido, a taxonomia, o tesouro, a ontologia entre outros sistemas voltados à OC auxiliam na recuperação da informação, como afirma Vital (2012). Estes sistemas são caracterizados pela sua estrutura hierárquica, que é capaz de organizar termos em categorias da mais genérica até a mais específica estabelecendo relações entre conceitos de representação da informação. Esses sistemas congregam conjuntos de termos, conceitos e definições padronizadas, evidenciando as relações entre si, além de facilitar a recuperação e uso das informações, dando orientações e indicando por onde os usuários podem caminhar para localização de informações de seu interesse.

Dodebei (2002) afirma que a representação é compreendida por objetos e propriedades. Os objetos são as “coisas que queremos representar”, enquanto as propriedades são “as características dessas coisas” (DODEBEI, 2002, p. 28).

Detalhar a "coisa" a transforma em uma propriedade. Se ela ficar apenas no campo descritivo, simplista, temos apenas o objeto. Uma bola é apenas um objeto esférico. Quando colocamos propriedade nela, o fazemos com o uso de características que a diferenciam das demais, como tamanho, cor, material utilizado, peso, uso possível entre outros.

Para Furgeri (2006) a representação da informação é “um processo redutor da informação”. Cabe como exemplo os símbolos químicos, que na sua essência são representações visuais de minúsculas junções de matéria sob aspectos distintos. As placas de trânsito são representações de leis e regulamentações, que escritas tomariam espaços e impossibilitariam a leitura do condutor, daí a utilização de símbolos representativos.

Leão (2006) menciona questionamentos a respeito do “por que representar”, uma vez que considera que o ato de representar implica em reduzir, condensar e resumir. Diz ainda que as representações são uma espécie de cópia, de substituição, de limitação. Sugere também que ao optar pela redução, há perda de detalhes (LEÃO, 2006, p. 8).

O processo de representação da informação, muitas vezes, é visto como aquele no qual o usuário tem algo em mente, a necessidade de informação, por exemplo, que é traduzida em uma consulta de pesquisa. No entanto, a forma como se pensa a necessidade de informação é condicionada pela linguagem de recuperação disponível. Na medida em que essa linguagem é limitada será o pensamento sobre o que se quer, sobre a necessidade de informação (BLAIR, 2003).

A representação da informação é uma das premissas da Ciência da Informação, pois é a partir dela que os pesquisadores e profissionais da área representam o conteúdo informacional, proporcionando aos usuários uma prévia análise do teor do objeto concreto a partir dos seus atributos e características principais, provendo sua identificação e recuperação fisicamente, quando necessário.

A representação é considerada uma atividade determinante para a recuperação de informações contidas nos mais variados tipos documentais. A representação da informação, em sua essência, apresenta previamente aos usuários os contextos e os conteúdos abordados nos documentos. Os mais diversos tipos de instituições informacionais fazem uso da representação da informação para proporcionar organização, armazenamento, recuperação e uso da informação.

McGarry (1999) enfatiza que “a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” (MCGARRY, 1999, p. 11).

Os processos relacionados à informação são investigados pela Ciência da Informação, desde o processo de produção até a disponibilização informacional. Esta investigação tem o intuito de disponibilizar meios otimizados de acesso e uso para atender as necessidades dos usuários.

O volume desenfiado de informação atrelado à evolução dos suportes tem despertado cada vez mais interesse por parte dos pesquisadores e profissionais da área, sejam eles bibliotecários, arquivistas ou museólogos. Os princípios e conceitos que permeiam o campo subsidiam as técnicas que direcionam a elaboração de maneira mais eficiente de representar a informação.

A representação da informação se configura como essencial para organização e recuperação da informação. Alvarenga (2003) cita que o processo de representação:

[...] possui as etapas de percepção, identificação, interpretação, reflexão e codificação, etapas que são envolvidas no ato de se conhecer um novo ser ou uma coisa, ou aprofundar-se no conhecimento de um ser ou uma coisa já conhecida, utilizando-se dos sentidos, da emoção, da razão e da linguagem (ALVARENGA, 2003, p. 21).

A representação tem etapas organizadas para ser caracterizada como apta a representar a informação, com características próprias do indivíduo que as manipula para ampliar as possibilidades de recuperação por parte do usuário. Os sentidos, sentimentos, conhecimentos prévios e experiências também são fundamentais para o processo, visto que essa extração possibilita eles para posterior recuperação.

Independentemente do conteúdo representado, Furgeri (2006) descreve que os sinais estabelecem relações com as ações a serem desenvolvidas pelo receptor. Já os signos indicam a presença física de algo ou algum evento relacionado a eles. E por fim, os símbolos tendem a possuir significados mais duradouros e constituem-se em representações culturalmente construídas e reconhecidas por uma comunidade específica (FURGERI, 2006, p. 27).

McGarry (1999) cita quatro características da linguagem: a primeira é que a linguagem reflete a personalidade do indivíduo e os valores culturais da sociedade em que ele vive. Desta forma, ela define tanto a personalidade quanto a cultura da sociedade. A segunda característica é a possibilidade de criação, desenvolvimento e transmissão da cultura humana dando continuidade às sociedades e aos grupos sociais. Como terceira característica, McGarry fala da influência na percepção humana e nas formas como encaramos a realidade. Como quarta e última característica, ele fala do funcionamento da linguagem como um sistema de ordenação no armazenar da memória coletiva, seja do seu próprio grupo linguístico ou de outros grupos (MCGARRY, 1999, p. 17).

Para Novellino (1996), as ações de comunicação humana têm a linguagem como instrumento e podem se realizar mediante falante e ouvinte, ou entre a imagem e aquele que assiste, ou ainda entre texto e leitor.

No olhar da Ciência da Informação esta ação comunicativa pode ser um artifício para destacar o que é fundamental no documento fazendo uso de símbolos, signos e sinais que possibilitam a recuperação do conteúdo abordado nos documentos. Ainda de acordo com Novellino (1996), o processo de representação

da informação envolve dois itens a ser destacados: a análise de um documento e a colocação do resultado desta análise numa expressão linguística e a atribuição de conceitos ao documento analisado (NOVELINNO, 1996, p. 38).

A análise viabiliza, seja por modelos conceituais ou técnicas, a efetiva representação da informação. Os profissionais da informação fazem uso de instrumentos que os auxiliam neste processo de representação do conteúdo informacional de maneira eficiente. Trata-se de linguagens documentárias, que são ferramentas que possuem conjuntos de termos, símbolos e signos previamente escolhidos e são utilizados para representar informações contidas nos documentos.

O objetivo das linguagens documentárias é apresentar o vocabulário utilizado para representar informações como forma de padronizar entradas de termos, conceitos e descritores. As linguagens documentárias são ferramentas úteis para a representação e recuperação da informação. Faz-se necessária a adoção de padronização, “a qual visa garantir que indexadores de um mesmo sistema ou sistemas afins usem os mesmos conceitos para representar documentos semelhantes” (NOVELLINO, 1996, p. 38).

Sendo assim, a representação da informação requer uma importante prática: a análise da informação, que se preocupa com o conteúdo do documento. Para a Ciência da Informação a representação sempre fez parte do processo de possibilitar o acesso às informações dos diversos centros documentais seja nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e que, estão disponíveis em mídia impressa, eletrônica ou outro suporte do contexto digital que as organizações possuem e precisam manusear no dia-a-dia das suas atividades.

Permitir o acesso significa disponibilizar os dados extraídos dos diversos tipos de documentos e possibilitar ao usuário identificar os seus elementos físicos e de conteúdo, para que as pessoas sejam conduzidas até o material desejado para satisfazer a sua consulta. Para Miranda (1999) a representação, no âmbito da Ciência da Informação, tem o objetivo de promover o acesso ao conteúdo dos documentos, primeiro para uso e depois para a geração de novos conhecimentos.

Do ponto de vista pragmático, a redução e síntese da informação por meio de representações justificam-se pelo crescimento cada vez maior de objetos informacionais que circulam em todas as instâncias da sociedade.

Em relação à organização de representação do conhecimento, é importante ratificar que a representação é um mecanismo indispensável para operacionalizar e

garantir a eficiência funcional da recuperação através de sistemas e instrumentos de representação da informação.

Para Svenonius (2000), organização da informação envolve a descrição física e de conteúdo do objeto informacional, entendendo que uma descrição é um enunciado de propriedades de um "objeto" ou das relações desse objeto com outros que o identificam, enquanto que a organização do conhecimento visa a construção de modelos de mundo que consiste em abstrações da realidade.

Para Dahlberg (2006) a organização do conhecimento é a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos (DAHLBERG, 2006, p.12).

Este entendimento de que a organização do conhecimento é uma ciência remete ao estudo aprofundado de estruturar e organizar o conhecimento. Para estruturar o conhecimento, levam-se em conta suas características de origem e também de aplicação fim, organizadas estruturalmente conforme os objetos que lhe são pertinentes.

Barité (2001) sintetiza a organização do conhecimento como:

O objeto de estudo da organização do conhecimento é o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais (BARITÉ, 2001, p. 41).

Pensando na perspectiva de socializar o conhecimento, não há dúvida de que o processo de organização do conhecimento é um excelente mediador, por tornar a informação e conhecimento gerado no contexto social algo possível de ser representado e conjugado, uma necessidade permanente da sociedade. Todo conhecimento preso a um só indivíduo não traz resultados significativos, e corre o risco de se perder.

É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação que abre maiores perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e Documentação (BARITÉ, 2001, p. 41).

Elaborar instrumentos e mecanismos de organização, estabelecer metodologias e métodos visando sua recuperação, fazer uso da linguagem natural do meio onde esta informação e conhecimento surgiram é uma forma de socializar e distribuir o conhecimento, contribuindo para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento.

Tennis (2008) relata que na organização do conhecimento existem três tradições que orientam o desenvolvimento e evolução da área. A primeira é a **Tradição Epistemológica** que trata da forma como se delimita o universo de conhecimento que deve ser representado e organizado; como estabelecer meios de definir e distinguir o conhecimento, informação e documento; a necessidade de conciliar a tradição positivista (a do conhecimento estruturado naturalmente) com a tradição pragmática (a do conhecimento estruturado de acordo com necessidades e interesses); a organização do conhecimento a partir das discussões de filósofos e outros cientistas da ciência da informação.

A segunda é a **Tradição Teórica**, aquela que busca novos caminhos teóricos para seguir e delimitar a área coberta pela organização do conhecimento. É responsável pela construção de teorias da organização do conhecimento, com influência sobre o desenvolvimento da interdisciplinaridade na área, de seus aspectos terminológicos, modelos e estruturas de organização do conhecimento.

A terceira é a **Tradição Metodológica**, que trata dos métodos que devem ser considerados e priorizados, seus aspectos culturais e éticos na organização do conhecimento, além da garantia de qualidade das ferramentas e produtos da área (TENNIS, 2008).

A organização do conhecimento enquanto disciplina científica tem um caráter inter e transdisciplinar, uma vez que a sua finalidade é qualificar a gestão e a difusão da informação nos domínios dos arquivos, bibliotecas, centros de informação/documentação e museus.

Barité (2001) aponta as premissas básicas que justificam o *status* científico e intelectual da organização do conhecimento. A primeira premissa é de que o conhecimento é um produto, uma necessidade e um dínamo social. É justo afirmar que o conhecimento surge com o *Homo sapiens*, no seu desenvolvimento em sociedade, quando da necessidade de sobrevivência que o meio estabelece.

O autor entende também que o conhecimento se realiza a partir da informação e ao socializar se transforma em informação. É um ciclo contínuo em que

a informação se transforma em conhecimento e o novo conhecimento traz mais informação. Este ciclo é ativo e cada vez mais rápido, dinâmico e abrangente, quando uma nova área de conhecimento traz subsídios para outras áreas. Um conhecimento ou informação que tem validade apenas para um indivíduo ou sociedade já não é mais possível no mundo moderno em que vivemos, pois a sociedade está totalmente integrada. (BARITÉ, 2001).

Pensar a estrutura e a comunicação do conhecimento formando um sistema aberto é parte do desenvolvimento científico, também aceitável e recomendado, dentro da sociedade atual. O fator integração das sociedades no mundo todo vem ao encontro a sistemas abertos e compartilhados.

Tendo o conhecimento disponível e aberto, quanto mais organizado melhor será o seu aproveitamento, seja individualmente ou socialmente. A esta organização cabe métodos e suportes em constante evolução e desenvolvimento, cada vez com mais argumentos e facilidades para o usuário.

Os estudos e propostas da Ciência da Informação expõem uma variedade de formas e meios de organizar o conhecimento disponível. Estes estudos levam a premissa de que toda organização do conhecimento é artificial, temporária, possível de ser ampliada e melhorada. Como parte de uma sociedade em constante evolução, é inviável que meios e métodos de organizar o conhecimento sejam fixos e definitivos.

As premissas expressas por Barité (2001) apontam que, para ter um cunho científico, o conhecimento deve ser registrado em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis e admitir seu uso indiscriminado, assim como ser expresso em conceitos e se organizar mediante sistemas de conceitos. Estes sistemas de conceitos devem se organizar para fins específicos, funcionais ou de documentação, pois as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar (BARITÉ, 2001).

Para Lima e Álvares (2012b) a organização do conhecimento tenta responder a perguntas sobre como se representa o conhecimento, quais áreas do conhecimento são representadas da mesma maneira, o que pode ser representado e até mesmo se tudo pode ser representado (LIMA; ALVARES, 2012b, p. 27).

Ao identificar o conhecimento e a sua forma de organização, Lima e Álvares (2012b) apresentam a representação do conhecimento como uma tentativa de se

apropriar dos elementos informacionais existentes nas estruturas e processos mentais que compõem o conhecimento individual, para que o saber possa ser socializado (LIMA; ÁLVARES, 2012b, p. 33).

Dentro desta perspectiva, a necessidade da representação do conhecimento pode ser entendida com a necessidade de transpor o conhecimento individual para um modelo representado de forma acessível à sociedade, com suas inúmeras possibilidades de disseminação.

Vickery (1986) destaca que a representação do conhecimento é objeto de pesquisa na Ciência da Informação, como por exemplo, nas estruturas de registros, nos arquivos em bases de dados, nas estruturas de dados em *softwares*, na estrutura sintática e semântica da linguagem natural, na inteligência artificial ou nos modelos de memória humana entre outros. Em todos esses campos é necessário decidir como o conhecimento pode ser representado, de forma que estas representações possam ser manipuladas (VICKERY, 1986, p. 145).

Dahlberg (1978a) relata que desde a infância somos habituados a pensar por conceitos e enfatiza que isso é conseguido ao se associar o conteúdo dos conceitos a determinados sons ou sinais, e que é natural transportar essas associações para os conceitos científicos, e que assim “confirmamos caráter absoluto a um conhecimento que de nenhum modo o possui” (DAHLBERG, 1978a, p. 10).

É importante destacar que esta percepção consiste em uma “representação icônica (por meio de imagens, sons ou sinais) do mundo óptico que nos circunda”. Ou seja, a representação do mundo passa primeiramente pelo ícone, o figurado, depois pelos índices e posteriormente pelas palavras e signos convencionados.

Também podemos afirmar que a representação icônica é caracterizada por ser concreta e plástica e distribuída em unidades e, nesse sentido, os símbolos (palavras) têm por base os dados da percepção. Desses dados são abstraídos os aspectos possíveis pela nossa perspectiva de análise, que são os predicados dos objetos da percepção. Destaca ainda que o que armazenamos como átomos da estrutura de nosso conhecimento são os predicados, de modo que as unidades elaboradas em nossa memória, de forma abstrata, são configurações desses predicados, segundo Dahlberg (1978a).

Para sabermos algo sobre determinado contexto, no entanto, não precisamos de todos os predicados a ele relacionados, mas somente os predicados

necessários. Assim, a formação dos conceitos situa-se na síntese dos predicados necessários e verdadeiros a respeito de determinado contexto.

Para formar o conceito de algum objeto devemos, necessariamente, determinar seus predicados essenciais, os quais, para serem compreendidos e partilhados, devem ser comunicados por meio de entidades linguísticas ou signos, portanto a tarefa fundamental em qualquer processo de representação do conhecimento constitui-se em organizar o objeto a partir de seus elementos formadores, que por sua vez resultam nos predicados essenciais do conceito desse objeto (DAHLBERG, 1978a, p. 12).

Em 2006 Dahlberg menciona a representação do conhecimento como uma estrutura lógica da representação conceitual e, também, como resultado da identificação de conceitos por termos determinados em função da terminologia utilizada (DAHLBERG, 2006).

Pode-se inferir que a representação do conhecimento possui dois aspectos distintos: o primeiro é a representação da estrutura lógica do conhecimento, como resultado da atividade de organização do conhecimento e o segundo é o resultado da representação de conteúdo pela identificação de conceitos.

Lara (2013), referindo-se à área de organização do conhecimento no século XXI, observa que as estruturas e categorias tradicionais não dão mais conta da complexidade contemporânea, levando a uma gama de conceitos que tentam dar nome e enquadramento ao que escapa à categorização já existente e tentando explicar as complexidades deste novo cenário. Muitos recorrem a conceitos como interdisciplinaridade, transdisciplinaridade entre outros, no entanto, acabam por reiterar as formas tradicionais de estabelecer as relações entre os fenômenos (LARA, 2013, p. 241).

A mesma autora elenca também a dificuldade de delimitar os campos do conhecimento, uma vez que seus limites estão indemonstráveis, como um determinismo ontológico generalizado, que se entrelaça e que têm inúmeras interconexões, o que fortalece a ideia que carecemos de ferramentas para enfrentar tais configurações.

As implicações do rápido desenvolvimento da sociedade têm fortalecido as tentativas de organização a partir da desordem generalizada. Quando estas tentativas falham, seja por velocidade de surgimento de nova informação, seja pela quantidade exagerada, tentam-se outras formas de refazer de modo convencional, o

que é habitual. Mas a necessidade do momento é a de aprofundar estudos e buscas por soluções adequadas de longo prazo para o repasse e a perpetuação dos conhecimentos entre as gerações.

Santos (1988) afirma que a fragmentação pós-moderna não é disciplinar, mas temática. Os modelos passam a ser mais flexíveis e de interação e são constituídos a partir de contextos e base de influências: social, político e cultural, ou seja, as experiências adquiridas com o mundo e a interação com outros.

Desta forma, o desafio dos profissionais da informação consiste em organizar e representar o conhecimento, sem esquecer a importância do papel social do conhecimento, o que recai sobre os aspectos cognitivos, as relações semânticas entre outros sentidos os quais estão imersos na mente humana.

De fato, o universo informacional atual é abrangente, além disso, possibilita mecanismo de inferência, o que demonstra uma evolução em relação aos métodos convencionais de há alguns anos. Nessa perspectiva, o domínio de conhecimento de um grupo se faz necessário para subsidiar as estruturas classificatórias de organização e representação do conhecimento (SOUZA; ALMEIDA, 2010).

A organização de um conhecimento mantém o foco no conceito de grupo ou comunidade de interesse e estabelece limites na partilha de uma história, distinguindo os que se envolvem dos que não se envolvem.

Nos últimos anos, a impossibilidade humana de acumulação e processamento de todo o conhecimento disponível reforça a dependência cada vez maior da eficaz organização e representação do conhecimento. A relação participativa na organização do conhecimento é uma tendência. O que se busca, são melhores resultados nos processos de recuperação da informação.

Compreendendo a organização e representação de tais domínios de conhecimento, torna-se fundamental aprofundar, no âmbito dos sistemas de organização do conhecimento, que tem como uma das bases do processo o usuário, na busca por soluções aos problemas de recuperação da informação. Dada a relevância desses sistemas, serão foco de discussão do próximo tópico.

3.2 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A denominação sistemas de organização do conhecimento foi trazida pela evolução tecnológica e é considerada nova no campo da CI, mas segundo Vickery

(1986) o conceito classificatório existe desde Aristóteles. São estruturas utilizadas para organizar e promover o conhecimento através de linguagens especializadas, usadas para o tratamento e consulta da informação. Sua abrangência contempla do simples ao complexo, tanto no ambiente tradicional como no ambiente web, incluindo a *web* semântica (VICKERY, 1986).

Os sistemas de organização do conhecimento (SOC) são objetos de interesse particular da CI, uma vez que cumprem o importante papel de padronizar termos e conceitos para promover a organização e recuperação das informações de um domínio do conhecimento. Ao delimitar os significados dos termos de um domínio do conhecimento os sistemas de organização do conhecimento estabelecem as relações entre os conceitos e termos que lhe são úteis.

Dahlberg (1993) esclarece que o aspecto mais importante na organização do conhecimento é o fato de que qualquer organização deve ser baseada em conceitos. O autor afirma que a organização do conhecimento é basicamente a organização de conceitos e estes, por sua vez, são unidades de conhecimento, identificadas por meio de enunciados verdadeiros acerca de determinado objeto e representadas por uma forma verbal (DAHLBERG, 1993, p. 211).

Na visão de Sowa (1984) os conceitos são utilizados na construção de modelos de mundo. Como salienta Bräscher e Carlan (2010) conceito é um elemento fundamental, constituído por unidades do pensamento, ideias, significados, categorias de objetos e eventos e a base de vários sistemas de organização (BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 155).

Para Soergel (1999), os sistemas de organização do conhecimento de modo geral apoiam as atividades de busca, além de direcionar sua expansão por meio de cadeia hierárquica, que orientam a ordenação dos resultados e têm servido de interface de comunicação entre produtores e utilizadores da informação. São sistemas com a finalidade de organizar o conhecimento e, conseqüentemente, facilitar a recuperação e transferência de informação.

Hodge (2000) trata os sistemas de organização do conhecimento como esquemas de classificação que organizam materiais de um modo geral, como livros em estantes, cabeçalhos de assunto que provêm acesso mais detalhados, listas de autoridade que controlam versões variantes de chaves de acesso à informação como nomes geográficos e nomes de pessoas. Incluem ainda, esquemas menos tradicionais, como redes semânticas e ontologias. Segundo Hodge, os sistemas

são "coração de toda biblioteca, museu e arquivo", uma vez que são "mecanismos de organização da informação" (HODGE, 2000)

Schiessl e Shintaku (2012, p. 49) apontam que:

Sistemas de organização do conhecimento são representações do conhecimento, que por sua vez são modelos de abstrações do mundo real, construídos para determinada finalidade. São sistemas de classificação, dicionários, ontologias, taxonomias, tesouros, redes semânticas entre outros.

De modo geral, o sistema de organização do conhecimento requer esforços na transferência de significado, de forma clara e explícita, bem como um conjunto de regras que sustente a combinação de signos e linguagens advindas de uma área de domínio com o intuito de elevar o nível de conhecimento adquirido sobre determinado assunto.

Sendo assim, pode-se afirmar que um único sistema de organização do conhecimento não atende a todas as demandas, pois diversos aspectos comunicacionais podem limitá-lo. O que é significativo para um determinado grupo pode não ser necessariamente para outro grupo, dada as suas diferenças sociais, culturais, linguísticas etc. A ênfase nos sistemas de organização do conhecimento recai sobre uma visão particular de mundo sobre um determinado domínio sem desconsiderar o fato de que vivemos em um mundo de múltiplas visões. Estudos atuais recomendam ainda que, ao se pensar em sistema de organização do conhecimento, deve-se também pensarem sistemas que evoluem, tornando-se mais complexos, capazes de assumir funções mais amplas.

Durante muitos anos pareceu haver uma unidade básica do conceito de organização. Os seres humanos seguiam métodos básicos quase que naturais para se organizarem, no entanto, com os avanços tecnológicos, organizar e aperfeiçoar o processo continuamente tornou-se uma exigência na história da humanidade, seja para manter as relações ou simplesmente para expandir o conhecimento. Para Souza (1998, p. 47), "organizar um tal mundo do conhecimento e assim limitá-lo, possibilita movimentar-se dentro dele".

A informação desorganizada, sem nenhuma classificação, pode ser comparada a uma biblioteca onde os livros estão jogados ao chão, dificultando ou impossibilitando que se encontre algo em meio ao caos. Nesta perspectiva, ao longo de sua história, a Ciência da Informação tenciona consolidar uma base teórica para

a construção de tais sistemas. Não distante desta realidade, a Arquivística se insere neste contexto, e se destaca, como parte constituinte da Ciência da Informação juntamente com outras áreas do conhecimento como a Administração, para desenvolver práticas relativas a problemas voltados à organização e representação da informação.

Para Borko (1968, p. 5) a Ciência da Informação:

É uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam os fluxos e os usos da informação, e as técnicas, tanto manual quanto mecânica, de processamento da informação, visando sua armazenagem, recuperação, e disseminação ideal

Entre os objetivos da CI, certamente está o de organizar o conhecimento com a menor perda informacional possível. Para tanto, é necessário buscar meios cada vez mais eficazes que garantam o armazenamento e a recuperação da informação a futuras gerações.

Em resumo, esta sessão tratou da organização e representação da informação e do conhecimento e também do sistema de organização do conhecimento e sua abrangência enquanto instrumento para organização e representação do conhecimento.

Na sequência, daremos destaque à classificação, por sua importância no sistema de organização do conhecimento e principalmente, pelo interesse particular em construir uma discussão acerca da classificação arquivística de documento fotográfico.

4 CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Certamente a Organização do Conhecimento se beneficia eficientemente da classificação para representar, hierarquicamente, a ordenação dos elementos que se propõe a organizar.

A classificação é o cerne de todo trabalho arquivístico, para permitir transparência e compartilhamento de informações. É o ato de determinar o lugar do objeto ou coisa.

A existência humana desde o seu início classifica intuitivamente as coisas. Pode-se afirmar que a partir do primeiro momento de vida o homem sofre a imersão em um sistema que hierarquiza e denomina tudo ao seu redor, determinando códigos sociais que expõem sua cultura em uma sociedade, e classificam de diversas formas, ao longo da sua existência, tudo o que vier a existir ao seu redor, tornando-se então, responsável pela união de coisas/objetos/arquivos semelhantes.

O ato de classificar acontece de forma natural, sendo possível vê-lo até mesmo através da teoria de Jean Piaget, que explica que a criança reconhece as relações por semelhança e tenta identificar a realidade através de objetos que têm uma continuidade e que se apresentam de forma contínua, não sabendo ainda identificar o todo, devido a sua imaginação sensível.

Nesta teoria, o desenvolvimento das relações passa por um reconhecimento de mundo, percebendo-se um universo de imagens e objetos, construído a partir destas os agrupamentos “coleções figurais”. Com o tempo as relações deixam de ser relacionadas apenas por figuras e o indivíduo passa a distinguir entre "um" e "todos", criando uma noção de classe, que futuramente será a base para a sua noção de hierarquia ou organização de significações.

Mesmo sem conhecer de ciências, matemática ou lógica, a criança estabelece uma classificação primária das coisas ao seu redor, criando relações e estabelecendo formas de agrupá-las até construir a sua própria categorização (ALBUQUERQUE, 2012).

Podemos visualizar as classificações em todos os lugares, envolvendo todas as ações realizadas. Partindo de uma análise das sociedades atuais, Costa (1997, p. 65) escreve que “[...] as classificações são parte intrinsecamente constitutivas [...]” destas sociedades.

O autor ressalta que as classificações vão além dos relacionamentos sociais estabelecidos na vida social, no dia a dia, nos relacionamentos informais, a organização em classes, herança aristotélica, serve de base para classificar qualquer coisa, incluindo os sistemas classificatórios elaborados formalmente. Costa (1997) afirma que:

Verifica-se, assim, que estas classificações são informais, que são usadas em permanência na integração social, que estão inscritas nos padrões culturais vigentes em cada contexto social. Classificamos muitas vezes sem nos darmos conta de que classificamos. Mas, muitas outras vezes, damos-nos bem conta de que o fazemos. As classificações são socialmente eficazes. São mesmo uma das maneiras mais eficazes de 'fazer coisas com palavras' [...] (COSTA, 1997, p. 67).

O conceito de classificação está ligado à divisão e junção de um conjunto de coisas em classes, coordenadas ou mesmo subordinadas, usando critérios previamente escolhidos. Dentro do processo de classificação há uma amplitude de termos para descrever estas divisões e junções, como por exemplo, divisão, distinção, ordenação, coordenação, hierarquização, categorização etc. É desta forma que o conhecimento social passa pelo processo de classificação, sendo agrupado pelas suas semelhanças e dividido pelas suas diferenças.

A classificação possibilita dispor conjuntos de elementos de forma que possa fundamentar os agrupamentos de organização, disponibilização, recuperação ou também para entender e conhecer melhor um determinado objeto ou pessoa.

O processo classificatório é primordialmente um ato mental, é natural do ser humano viver a classificar coisas e ideias com a finalidade de conhecê-los e compreendê-los. Tudo passa pelo filtro separador ou agregador, sejam as coisas, os objetos, as pessoas ou os fatos. Assim, cada um recebe um nome, uma forma ou uma característica que o classifica junto com outros parecidos ou o separa daqueles que lhe são diferentes. Forma-se um quebra-cabeça de significados, com vários níveis, divisões e ordens que estão presentes nas nossas ações cotidianas.

"[Classificar] é um processo mental habitual ao homem, pois vivemos automaticamente classificando coisas e ideias, a fim de as compreender e conhecer."(GUARIDO; MORAES, 2009, p. 121).

Para Piedade (1983, p.16), "classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. Significa dispor os conceitos, segundo suas

semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”. Essa definição traz as principais características do ato de classificar, ou seja, uma ação organizadora que agrupa um conjunto de seres ou objetos por suas semelhanças.

Os princípios da classificação vêm de Aristóteles (384-322 a.C.). O termo original é a palavra *categoria* que pode ser usada para classificar alguma coisa. Aristóteles classificou as ações de pensar, agir e produzir, dividindo as Ciências em Teóricas (as que constata a verdade: Matemática, Física e Teologia), Práticas (as que determinam regras que devem seguir nossos atos: Moral ou a Ética, a Economia e a Política) e Poéticas (indicam meios a usar na produção de obras exteriores: Retórica, Poética e a Dialética). A palavra “classificar” vem do latim *classis*, grupos nos quais se dividiam o povo romano. Segundo Piedade (1977) classificar foi descrita pela primeira vez no *Universal Lexicon*, no ano de 1733 (PIEADADE, 1977, p.8-10).

Aristóteles também estabeleceu a classificação com os gêneros, que segundo ele são: Substância (homem, cachorro, pedra, casa etc.); Qualidade (azul, virtuoso etc.); Quantidade (grande, comprido, dois quilos etc.); Relação (mais pesado, escravo, duplo, mais barulhento etc.); Duração (ontem, 1970, de manhã etc.); Lugar (aqui, Brasil, no pátio etc.); Ação (correndo, cortando, falando etc.); Paixão ou Sofrimento (derrotado, cortado etc.); Maneira de ser (saudável, febril etc.); Posição (horizontal, sentado etc.) (PIEADADE, 1977, p. 10).

“Classificar, na concepção mais simples do termo, é reunir coisas ou ideias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças.” (VICKERY, 1986, p. 23).

Sousa (2007) entende que a classificação é uma atividade matricial, que precede todas as outras funções.

A classificação pode reunir a síntese e a análise, e a partir disso discriminar os elementos de um conjunto e depois agrupá-los em subconjuntos. Há neste contexto uma relação de possibilidades praticamente infinita dependendo da intenção, uma vez que a classificação tem o objetivo de unir e sistematizar os fatos e dados, com crescimento a partir do conhecimento existente, nível a nível, segundo a sua hierarquia (ALBUQUERQUE, 2012).

Em seu sentido historiográfico, não é possível organizar e classificar sem que se estabeleça uma relação de sentido entre as partes, a sociedade classifica o

que lhe é importante, de forma simples, como por exemplo, elementos ou objetos do uso cotidiano. Nos primórdios, as relações tinham um sentido direto com a agricultura, a caça, a pesca, a guerra, tendo como pano de fundo as questões de sobrevivência, segurança da comunidade e a preservação deste conhecimento para as gerações futuras. Com o desenvolvimento da sociedade, relações de sentido foram se adaptando ao contexto econômico, social, político e cultural; surge a necessidade de aprimorar a classificação, incluindo também as ideias comuns.

Neste contexto, deve-se entender não apenas um conjunto de propriedades na concepção do indivíduo, mas também as estruturas cognitivas de senso comum, as relações que articulam e formam redes conceituais que podem existir interna e externamente.

De forma simples, é necessário compreender a classificação como um meio de definir categorias para as coisas que existem em um domínio comum a várias pessoas. Mesmo sem um consenso, observa-se que esse assunto foi discutido com atenção nos últimos anos, e em diversas áreas, com a finalidade de organizar a informação e pela necessidade constante de viabilizar caminhos para a manifestação da linguagem e representação de conceitos implícitos em redes de relacionamentos de um domínio de conhecimento.

Com isso, o desenvolvimento tecnológico acelerado e o grande número de dispositivos associados ao uso de linguagens e recursos informacionais revela a classificação como alternativa viável para classificar ou diferenciar um conjunto de objetos, conceitos e outros elementos de interação de um domínio, na perspectiva de obter ganhos significativos para a consulta de informação através de sistemas de organização do conhecimento, cuja finalidade é torná-la acessível para várias finalidades.

As reflexões sobre a classificação na literatura remetem a aspectos comuns advindos da Filosofia, Teoria da Classificação e ainda pela Teoria do Conceito, no entanto, algumas concepções destas áreas aparecem de forma muito tímida na teoria da classificação do documento de arquivo (SOUSA, 2006).

Corroborando Dahlberg (1978a) entende-se que um sistema de classificação é concebido com o objetivo de manter determinada ordem, que pode ser tanto de elementos materiais, como documentos como também de conceitos (DAHLBERG, 1978a, p.10).

No tópico seguinte, ainda tratando do assunto sistema de organização do conhecimento, será abordada a classificação nos documentos de arquivo, sejam eles físicos ou digitais.

4.1 O DOCUMENTO DE ARQUIVO COMO OBJETO A CLASSIFICAR

A classificação em arquivos permeia a civilização desde a antiguidade, passando por diferentes formas de registro. O conceito de classificação documental aparece na literatura arquivística a partir do século XVII, na obra *De re diplomática libri sex* (1681), de Jean Mabillon. As classificações anteriores a este período, segundo Sousa (2006), eram “metódicas” e prevalecia a classificação cronológica. (SOUSA, 2006, p. 123).

Após a Revolução Francesa (1789), emergiu a existência do arquivo central e a concentração dos arquivos trazendo novas discussões sobre a organização dos documentos. Sousa (2006) explica que a classificação nesta época, foi reflexo das classificações temática advindas de outras áreas do conhecimento, como a zoologia, a botânica e a química, nas quais os conjuntos documentais serviam como fonte de pesquisa para a História, sobretudo, pelo seu valor intrínseco informacional do documento (SOUSA, 2006, p. 124).

Dahlberg (1978b) e Sousa (2006) elucidam que há muitos entendimentos sobre a definição do conceito de classificação arquivística. Enquanto para alguns se trata da explanação (palavra), para outros se trata da simples descrição de um objeto. (DAHLBERG, 1978b, p.106; SOUSA, 2006, p.132).

No Dicionário de Terminologia Arquivística, classificar é a sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuição dos documentos de um arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

A Lógica aparece como termo relevante para a arquivística. Sousa (2006) exemplifica a Lógica como o que define a distribuição em categorias distintas, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores. Nestes termos, a lógica aparece na literatura arquivística em dois conceitos: classificação e arranjo (SOUSA, 2006, p. 133).

No Brasil, a distinção entre classificação e arranjo no meio arquivístico foi “consagrada”. No entanto, como revela Sousa (2006), o procedimento das duas

operações é o mesmo, tanto em arquivos correntes⁴ quanto nos arquivos permanentes⁵, cuja definição de classe corresponde às funções e atividades do organismo (SOUSA, 2006, p. 134).

Heredia Herrera, em seu livro *Arquivística geral – teoria e prática*⁶, traz uma leitura da compreensão espanhola, italiana e francesa sobre o termo classificação em arquivos. Para os espanhóis, a classificação é uma série de diferentes tarefas, como a limpeza, seleção, reorganização, arranjo ou ordenação de acordo com metodologias específicas (numérica, cronológica, geográfica, alfabética entre outras). Todas estas tarefas refletem o sentido de classificação (HEREDIA HERRERA, 1991).

Heredia Herrera (1991) apresenta a visão de que todo o processo é chamado de organização, obedecendo fortemente o princípio da proveniência⁷ dos documentos.

Os franceses, diferentemente dos espanhóis e dos italianos, agrupam em apenas um termo todo o contexto de classificação, um termo que reflita todo o processo, conforme escreve Heredia Herrera:

Los franceses también hablan de una sola tarea denominada 'classement' y la identifican con la aplicación de un 'orden metódico' o de un 'orden cronológico' o de un 'orden geográfico'. Con ese único término designan a la vez el proceso y el resultado de una operación que consiste en organizar los archivos de acuerdo al principio de procedencia, estableciendo diferentes niveles: de depósito, de fondo, de sección, de expediente. En esa tarea incluyen también el acondicionamiento material o instalación. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 258)

Heredia Herrera defende que a discussão acerca da classificação de documento de arquivo mais ampla é a composição de classificação e ordenação. Ambas são diferentes e ao mesmo tempo complementares para a conservação dos documentos e indispensável no desenvolvimento arquivístico.

Clasificar y ordenar son dos operaciones dentro de una más amplia que podemos llamar Organización, perfectamente diferenciadas y esenciales, en aras a la conservación de los documentos, de una parte, e indispensables para inventariar y catalogar, de otra (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 261).

⁴ Fase dos arquivos referentes à produção de documentos e uso frequente.

⁵ Fase dos arquivos referentes à dimensão histórica e memória coletiva.

⁶ Tradução livre. Título original: *Archivística General – Teoría y Práctica*.

⁷ Princípio fundamental da teoria arquivística e a base de todo trabalho de classificação em arquivos.

Heredia Herrera (1991) apresenta as diferenças entre a classificação e a ordenação. A classificação é definida no estabelecimento de classes, grupos e subgrupos, de modo estrutural ou hierárquico dentro de um conjunto, sempre em razão da proveniência. A ordenação é definida pelo alinhamento de cada subconjunto, observando a cronologia ou a ordem alfabética, numérica, geográfica dentre outras.

Uma vez enunciado o estabelecimento da classificação arquivística, cabe enfatizar e relacionar os princípios envolvidos no processo classificatório dos documentos, bem como suas implicações na organização do conhecimento.

4.2 OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

Os vários momentos de desenvolvimento do conceito e do pensamento arquivístico na literatura acerca da classificação refletem o ponto de contato entre a origem, a ordem e a materialização do documento para servir de prova. Carregam consigo uma relação íntima que deriva do latim *archivum* (arquivo), e também do grego *taarkheia* (registros públicos), *de arkheion* (prefeitura, governo municipal), *de arkhé* (começo, origem) (TANUS; ARAÚJO, 2012).

Na fundamentação da teoria arquivística, encontram-se os princípios arquivísticos, os quais a diferencia de outras áreas documentárias. São princípios arquivísticos: a proveniência, a unicidade, a organicidade, a indivisibilidade. Não se pretende esgotar o assunto nem falar de todos os princípios do arquivamento nessa pesquisa, mas *émister* alguns comentários elucidativos:

a) **Princípio da proveniência:** Considerado extremamente importante na história da arquivística, a formulação do Princípio de proveniência é atribuída ao francês Natalis de Wailly, em 1841, que pioneiramente comprovou a importância dos arquivos como subsídios para os objetivos de uma gestão administrativa eficiente e interligou a proveniência dos fundos de arquivo com tais preocupações.

Mas Martín-Pozuelo Campillos (1996) relata que foi na França que o princípio descrito por Guizot em 1839 ganhou forma, com a determinação real para a separação dos arquivos por seus reinos de origem. Em 1841 o Princípio de Proveniência foi formalizado pelo Ministério do Interior da França, consolidado pela necessidade de uniformizar a forma de classificação dos estoques documentais. A classificação uniforme se tornou um mecanismo seguro e rápido de pesquisas

documentais em caso de necessidade recuperação (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 28).

Dessa maneira, o Princípio de Proveniência se propõe a reunir os documentos por fundo de arquivo, ou seja, por agrupamento de documentos que provêm de uma mesma origem, indivíduo, unidade, corporação, empresa, mantendo-os em sua originalidade, sem que haja mistura com outros documentos que advêm de diferentes estabelecimentos, indivíduos, corporações ou famílias ou seja, o documento deve manter sua identidade.

Para Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998), o Princípio da Proveniência atribui uma obrigatoriedade em:

[...] agregar os documentos por fundos, ou seja, reunir todos os títulos (documentos) provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 80).

Duchein (1986) defende que a razão de ser de um arquivo é a manutenção dos documentos de forma orgânica, pois qualquer imposição a uma organização não pautada na proveniência descaracteriza a função principal deste arquivo, criando dificuldades aos usuários que buscam informações (DUCHEIN, 1986, p. 16).

Então, o princípio da proveniência está ligado à origem do documento, ou seja, mesmo com a mesma tipologia, tratando de um mesmo assunto, há que se respeitar a origem do documento, sendo então um princípio intimamente ligado ao organograma da instituição.

Corroborando com Bellotto (2002) observam-se algumas importantes definições:

b) **Princípio da unicidade:** Pelo qual os documentos devem conservar seu caráter único em função de seu contexto. O documento é único em relação ao contexto de sua origem, sendo assim resumimos o conceito da unicidade ratificando que, mesmo que isso pareça um paradoxo, pois tem validade pertencente a um conjunto de outros documentos da mesma instituição, há que se respeitar o documento como unicidade;

c) **Princípio da organicidade:** A qualidade com a qual os conjuntos documentais refletem as funções e atividades produtoras dos documentos, em suas

relações internas e externas. Todo documento tem uma relação orgânica com a instituição que o criou, em função de seu propósito;

d) **Princípio da indivisibilidade:** Deve ser preservado sem dispersão. Forado seu contexto o documento de arquivo perde o significado. Nesse caso o documento mantém sua integridade original, de forma a manter seu real significado. É o respeito aos conjuntos documentais que guardam relações orgânicas entre si, proporcionando à arquivologia seu perfil único e inconfundível dentre as ciências da informação.

Os princípios da proveniência e da organicidade encontram-se no coração da classificação arquivística. O princípio da proveniência dedica-se aos interesses externos do documento, demanda em que os profissionais se atentam ao organismo produtor, englobando suas funções e atividades determinantes na produção e seu valor enquanto registro documental. O princípio de ordem original incide no fato de preservar a identidade do documento e o vínculo verdadeiro as funções e atividades que lhe originaram. Esses princípios têm assegurado o caráter orgânico e de ordem dos arquivos.

O Princípio da ordem original também fluente na organização arquivística é apresentado por alguns autores como um desenvolvimento do princípio de *respect des fonds* ou do Princípio da Proveniência. Outros o veem como um segundo componente que permite “isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo” (*respect des fonds*) e tem como objetivo “o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo” (princípio da ordem original) (ROUSSEU; COUTURE, 1998, p. 83).

Estes princípios influenciam e direcionam a classificação nos arquivos. De acordo com Ducrot (1998):

[...] uma boa classificação resulta da observância de três fatores: inicialmente, ela é preparada, por meio de operações que evitarão muitas dificuldades posteriores; em seguida, ela é realizada segundo o princípio fundamental da arquivística, que é o do *respect des fonds*, ou princípio da proveniência, [...]; por fim, ela se apóia em regras específicas de cada categoria de arquivos, sem prescindir da intuição e do pragmatismo para corresponder à natureza própria de cada fundo (DUCROT, 1998, p. 151-152).

O que se discute em torno da classificação arquivística é a análise e o conhecimento do fundo e das funções próprias do organismo, ou seja, recaem sobre

o princípio de proveniência e da ordem original, como práticas imprescindíveis do processo classificatório em arquivos (SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2008, p. 117).

É interessante perceber que nos arquivos: “Classificar consiste em agrupar hierarquicamente os documentos de um fundo em associações ou classes, do maior ao mais específico, de acordo com o princípio de proveniência e de ordem.” (CRUZ MUNDET, 1994, p. 238).

Assim, é possível afirmar, amparados pelas bases teóricas e metodológicas da teoria da Arquivística, que os sistemas classificatórios privilegiam a essência orgânica e de ordenação dos documentos para transpor o conhecimento de uma linguagem para a outra em classes ou níveis de classificação e que, como a Matemática, a Lógica, a Teoria do Conceito, a Filosofia e a Teoria da Classificação entre outras, constitui uma representação ideológica em detrimento da organização do conhecimento, a partir da ação intelectual e material (documento) do sujeito acumulador.

A classificação é demonstrada em esquema hierárquico entre as classes e subclasses do ambiente produtor/acumulador. Esse esquema é chamado plano de classificação.

A seguir serão apresentados os aspectos teóricos e metodológicos para a construção do plano de classificação, fortalecendo o papel da arquivística para o desenvolvimento da área.

4.3 INSTRUMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO: O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

De acordo com os fundamentos teóricos da classificação arquivística os conceitos incidem sobre a identificação da instituição, seu contexto histórico, sua trajetória, as funções e atividades acumuladoras de documentos. Esse levantamento parte da estrutura, da forma como o poder administrativo é organizado, bem como os níveis de autoridade e a linha de comando no sentido vertical.

Ideia defendida por Rios e Cordeiro (2010):

[...] levantamento da evolução institucional da organização, a partir de sua dimensão histórica, levantamento da organização em sua individualidade, ou seja, sua missão, estrutura, funções, atividades e procedimentos formais e informais, e levantamento dos documentos acumulados (produzidos/recebidos) (RIOS; CORDEIROS, 2010, p. 132).

Na defesa de Sousa (2007) é necessária uma pesquisa orgânica a fim de conhecer o sujeito do arquivo, essa pesquisa deverá se fundamentar em três elementos: a) a organização em toda sua dimensão histórica: criação, extinção, relacionamento com outras organizações e vinculações hierárquicas; b) a organização na sua individualidade: a missão, a estrutura, as funções, atividades e os procedimentos formais e informais; c) os documentos acumulados (produzidos e/ou recebidos): contextualização quanto às condições de sua produção e acumulação. (SOUSA, 2007, p. 193-194)

De acordo com os pressupostos da área e na visão de Sousa (2008):

A classificação é uma representação da realidade e, como tal, uma aproximação. É necessário, entretanto, definir níveis de tolerância quanto a indeterminação. Há limites para essa operação [...]. A classificação persegue um fim, um objetivo, uma finalidade. No caso dos arquivos, é a organização dos documentos (SOUSA, 2008, p. 115).

A mesma autora, ao defender a análise do princípio da proveniência no desdobramento de níveis de classificação (fundo de arquivo, grupo, subgrupo e séries documentais), destaca a necessidade de elaboração do plano de classificação sem a desvinculação entre o sujeito produtor/acumulador e a prática nos arquivos (SOUSA, 2008).

Para Lopes (1996) não é possível classificar documentos de forma a permitir a sua recuperação de organizações sobre as quais pouco ou nada se sabe. (LOPES, 1996).

É preciso lembrar que as práticas classificatórias não são novas e que até o século XIX eram elaboradas sem considerar a proveniência dos arquivos. Segundo Héon (1995) a abordagem mais conhecida a esse respeito, no que se refere a documentos, é retratada pelas bibliotecas, e especialmente pelas instituições religiosas que se inspiraram na ausência de normas e formaram milhares de registros ordenados por tema.

Para Rios e Cordeiro (2010) o acesso aos livros impulsionou a classificação por assunto, resultando nos primeiros procedimentos de classificação, por exemplo, a Classificação Decimal de Dewey. De acordo com as autoras os métodos resultaram em divisões por seções, a preocupação era perpetuar a memória coletiva

social e norteou a prática na elaboração de instrumentos de pesquisa neste campo (RIOS; CORDEIRO, 2010, p. 134).

Sousa (2006) salienta que o autor Schellenberg: “[...] percebeu também que a proximidade com a Biblioteconomia poderia provocar a ‘importação’ de métodos estranhos às características e às especificidades do objeto da Arquivística.” (SOUSA, 2006, p.129).

Robert Garon (1969) considera que um arquivo é um composto orgânico em que cada elemento tem um lugar definido, refletindo a data em que teve início ou foi produzido e o papel de desempenho na administração que produziu ou armazenou. Para o autor a organicidade e unidade da estrutura devem ser criativas e refletir no plano de classificação. Ainda que estudos mostrem que essa prática não se consolida, complementa que, o princípio da proveniência oferece vantagens ao respeitar o valor probatório dos documentos facilitando o processamento intelectual e material (GARON, 1969, p. 13-14).

Como já mencionado, a elaboração de planos de classificação considera como alicerce de trabalho os princípios da proveniência e da ordem desde a definição dos níveis de divisão (disposição hierárquica) até a fixação dos objetos a classificar (documentos originados). Sousa (2008) enfatiza que tais princípios devem refletir em toda a cadeia classificatória.

Para Campos (2001), o processo de elaboração de um plano de classificação está na definição dos níveis e subníveis que constituem o sistema, esses por sua vez, refletem os fundos de arquivos em sua ordem original. O desenvolvimento desse sistema demanda estudos arquivísticos, de modo que garantam que os tipos documentais estejam sustentados por suas áreas de interlocução.

Tais esforços, voltados para a construção do plano de classificação presume a figura de um classificador, o arquivista. Esse agente classificador, precisa de formação adequada sobre as bases teóricas e metodológicas para a aplicação de tais preceitos arquivísticos, contribuindo assim, efetivamente para a organização do arquivo, seja no estabelecimento das classes documentais, seja no atendimento às exigências de extensão das operações.

De acordo com Sousa (2008), o arquivista tem a função de estabelecer os limites da estrutura de classificação e também responde pela organização dos documentos, visto que o processamento da informação é contínuo e, com isso,

muitas vezes, se faz necessário o replanejamento do sistema para inibir a ocorrência de problemas e garantir que o fluxo documental seja realizado com segurança e rapidez (SOUSA, 2008).

Ao falar dos métodos de classificação, Shellenberg (2006) indica três tipos de plano (esquema de classificação): o funcional, o organizacional e o por assunto. O autor enfatiza que o plano de classificação é o reflexo da estrutura orgânica e fornece a base para os grandes agrupamentos de documentos, em que as “classes maiores” representam os principais elementos organizacionais ou a descentralização física dos documentos (SHELLENBERG, 2006, p. 91).

Sousa (2006) sugere utilizar um único método de classificação (funcional, organizacional ou por assunto) por fundo, provendo assim, um único ponto de partida, que deve ser lido de cima para baixo e de baixo para cima, apresentando clareza e exatidão na representação de uma realidade arquivística.

O processo de elaboração de instrumento de classificação nunca foi tarefa das mais simples, uma vez que compreende não apenas a escolha do método a seguir (estrutural, funcional ou por assunto), mas também uma série de escolhas referentes ao ambiente organizacional e a forma de operacionalização do sistema, que o tornará utilizável ou não (SHELLENBERG, 2006, p. 88).

A elaboração de um plano de classificação deve estar vinculada à preocupação com sua aplicação, que é a recuperação da informação pelo usuário. Ao falar desse processo, Cruz Mundet (1994) defende o método de classificação funcional não como perfeito, porém como um caminho de riscos mínimos de confusão e interferências que levam a ambiguidade, assegurando na essência o “respeito aos fundos em continuidade” (CRUZ MUNDET, 1994).

Na hipótese de mudanças organizacionais, a classificação funcional dificilmente altera seus elementos aos quais se apoia. As funções de bases normalmente permanecem, por isso a classificação se apresenta como mais objetiva e estável.

Em relação à classificação estrutural, são estruturas que variam com mais frequência, por isso não são estáveis. Ao falar sobre classificação por assunto, o autor ressalta a instabilidade e subjetividade desse método que podem levar interpretações diferentes sobre um mesmo conteúdo documental e não recomenda para organização de arquivo (CRUZ MUNDET, 1994).

Bernardes e Delatorre (2008) ratificam que a classificação funcional é a mais duradoura e, embora seja complexa, as representações lógicas das funções, subfunções e atividade sem geral são estáveis e as mudanças de estrutura no decorrer do tempo, não impactam no método.

Para Sousa (2006), é preciso apostar em esquema classificação legítimo da área, considerando a proveniência a ordem de acumulação, evitando assim, divisões por assunto.

No Brasil, um dos primeiros estudos apresentados na organização hierárquicos dos arquivos foi o de Oliver Holms, em 1964, composto por: série, unidade de arquivamento e documentos. A título de exemplo, Santos, Innarelli e Sousa (2008) cita em sua obra *A classificação como função matricial do fazer arquivístico* os níveis de classificação encontrados na literatura arquivística.

Quadro 1 - Níveis de classificação e o princípio de classificação adotado.

NicolausGlussianus (1552 - 1684)	Nível	Corpo			Classe		Série	
	Princípio	Área geográfica			Natureza jurídica da ação		Tipo de atividade	
Roberge (1985)	Nível	Categoria	Classe	Subclasse	Divisão 1	Divisão 2	Divisão 3	Divisão 4
	Princípio	Vinculação com a missão	Função	Subfunção	Atividade	Subatividade	Subatividade	Subatividade
Heredia Herrera (1991)	Nível	Seção			Subseção		Série	
	Princípio	Estrutura			Estrutura		Tipo documental	
Conarq (1996)	Nível	Classe	Subclasse	Grupo	Subgrupo	Divisão	Subdivisão	
	Princípio	Vinculação com a missão	Função	Atividade	Tipo documental, estrutura, espécie, assunto		Tipo documental, estrutura, espécie, assunto	Tipo documental, estrutura, espécie, assunto
Héon (1999) Arquivos Correntes	Nível	Categoria	Classe	Subclasse	Divisão	Subdivisão		
	Princípio	Vinculação com a missão	Função	Subfunção	Atividade	Subatividade		
Héon (1999) Arquivos Permanentes	Nível	Série	Subsérie	Sub-subsérie	Dossiê	Peça		
	Princípio	Função	Subfunção	Subfunção	Matéria, assunto. tipo documental		Espécie do documento	
LOPES (2000)	Nível	Série			Subsérie		Dossiê	
	Princípio	Função			Atividade			
ISAD(G) 2001	Nível	Seção	Série	Subsérie	Dossiê/Processo		Espécie do documento	
	Princípio	Estrutura	Atividade	Subatividade	Assunto, atividade ou transação		Espécie do documento	
Oliveira (2001)	Nível	Grupo			Subgrupo		Série	
	Princípio	Função			Subfunção		Tipo documental	
Bellotto (2004)	Nível	Grupo ou Seção	Subgrupo ou Subseção		Série		Subsérie	
	Princípio	Estrutura	Estrutura		Tipologia documental		Tipo documental, variantes do tipo documental, espécie documental, estrutura	

Fonte: Adaptado de Santos, Innarelli e Sousa (2008, p. 89-90).

Embora existam esquemas consolidados pela arquivística para a elaboração de plano de classificação, alguns autores alegam que os mesmos não atendem às transformações sofridas pelas organizações atuais. Há uma dificuldade principalmente com as práticas de manutenção do arquivo. De acordo com Dollar (1994) é impossível determinar a proveniência das informações interorganizacionais que sustentam o ambiente contemporâneo uma vez que são várias as suas origens (DOLLAR, 1994).

Dollar (1994) chama a atenção para os “imperativos tecnológicos” que tornam a natureza da documentação mutável. As tecnologias nos conduzem a uma nova era de documentação, nas quais a natureza se altera ou modifica com frequência. Há casos em que o processamento documental é automatizado sem a interferência humana. O autor reforça a necessidade de característica de instantaneidade e rapidez nos métodos de trabalho no arquivo, somando a despenhos tecnológicos. A velocidade com que as tecnologias se desenvolvem torna um ambiente no qual as mudanças ocorrem antes que os usuários tenham compreendido e assimilado completamente a informação documental.

Para Dollar (1994, p. 10):

[...] é virtualmente impossível afirmar a proveniência de registros eletrônicos usando-se abordagens tradicionais [...] a proveniência é virtualmente não existente para as redes de informação interorganizacionais muito amplas e complexas, e ligadas através de telecomunicações.

A década de 1980 tornou extremamente comum um novo tipo de documento arquivístico nas organizações: o eletrônico, o que fez com que o registro documental pudesse estar em diferentes suportes concomitantemente, no formato impresso ou digital. Este cenário também tornou possível que o registro documental pudesse estar em diversos locais relacionados ao ambiente organizacional (LÉVY, 1996).

Do ponto de vista arquivístico, o que se percebeu nas últimas décadas é que a grande maioria dos documentos acumulados nas organizações ou em outros ambientes, não apresentam sistemas de classificação de modo a facilitar o acesso por parte dos usuários, mas critérios próprios. Daí o grande valor do arquivista, que tenta minimizar o caos, na estruturação de sistemas de classificação seguindo métodos e técnicas consolidadas no meio arquivístico.

Os “imperativos tecnológicos”, citado por Dollar (1994), trouxeram à tona os velhos princípios e métodos da diplomática para compreender melhor os processos de criação dos documentos da burocracia moderna (RONDINELLI, 2005, p. 45).

A diplomática que teve sua origem no século XVII, na França como um método para comprovar a autenticidade dos documentos, se relaciona de forma muito próxima com o verdadeiro e com a finalidade do documento. Para Bellotto (2002) a diplomática e a arquivística se dedicam ao mesmo resultado “no tratamento documental”, embora tenham aplicações diferentes.

Quadro 2 - Campo de aplicação entre diplomática e tipologia documental

Diplomática deve estabelecer/ reconhecer:	Arquivística deve estabelecer/ reconhecer:
1. Autenticidade relativamente à espécie/conteúdo/finalidade;	1. Origem/proveniência;
2. Datação;	2. Vinculação à competência, funções atividades da entidade acumuladora;
3. Origem/proveniência;	3. Associação entre espécie e o tipo documental;
4. Transmissão/tradição documental;	4. Conteúdo
5. Fixação do texto.	5. Datação

Fonte: Adaptado de Belloton (2002, p. 21).

De acordo com Bellotto (2002) a diplomática preza pela autenticidade do documento de arquivo, organizado por espécie, configurando o documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas e a arquivística configura a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou estabelecendo assim o tipo documental e a organicidade das séries documentais.

Considerando os avanços tecnológicos e a necessidade de uma adequação aos métodos de trabalho em arquivos, incluído os documentos imagéticos, incontestavelmente úteis na sociedade.

Como coloca Kossoy (1989 p. 45):

[...] toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é citá-la em pelo menos três estágios muito bem definidos que marcam a sua existência. Em primeiro lugar houve uma intenção para que ela existisse; essa pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro de origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia [...].

Na sequência o foco será a literatura arquivística que discorre sobre o documento fotográfico, demonstrando características comuns em relação aos demais registros e suportes de informações como textual, midiático etc.

4.4 A CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

Ainda que existam métodos e técnicas associados à classificação de documentos fotográficos, por ter valor informacional estes requerem cuidados especiais e olhar especializado.

Para Lopes (2000), não se pode confundir a noção de classificação intelectual com a de ordenação física. “A primeira trata-se de uma operação mental, que resulta em pós-documentos (plano de classificação) sobre os arquivos que estão sendo organizados.” (LOPES, 2000, p. 304).

A classificação não pode estar desconectada da preocupação com sua aplicação, assim, convém buscar um nível de generalidade que proporcione: simplicidade, flexibilidade e expansibilidade (GONÇALVES, 1998, p. 23-24).

As reflexões sobre a classificação arquivística não resultaram ainda no preenchimento de várias lacunas existentes no processo classificatório.

Heredia Herrera (1993) observa que ao tratar materiais fotográficos há diversas questões que necessitam de aprofundamento. Entre essas, uma das principais dificuldades no processo classificatório é o ponto de vista terminológico, qualificada por meio de termos: classe, subclasse e documentos, tornando necessário discutir as possibilidades da classificação arquivística e delimitar as questões específicas relacionadas ao documento fotográfico (HEREDIA HERRERA, 1993).

Nos casos em que as definições partem da informação veiculada pela imagem, sem qualquer tentativa de contextualização arquivística, cabe dizer que

esse tipo de organização traz sério risco, tanto de valor probatório quanto informacional (LOPEZ, 2003, 2005).

Há também a necessidade de avaliar o risco de perda de autenticidade do registro fotográfico nos processos classificatórios. Somente com respeito à proveniência e a ordem original é que toda a dimensão informativa pode ser exercida (JOLY, 1996).

De modo geral é difícil encontrar documentos classificados de acordo com os princípios arquivísticos. Os modelos regularmente se referem à ordenação cronológica, alfabética ou numérica. Tal organização não é suficiente para informar os vínculos da documentação com o seu organismo produtor (GONÇALVES, 1998, p. 13).

A teoria arquivística inibe a prática de classificação por assunto justamente por juntar diferentes origens documentais em funções de uma ordem própria ou recorte temático, e esse tema, no universo dos arquivos é indicado como exceção ou atividade complementar.

Em outras palavras, a organização do conhecimento arquivístico não se dá pelo sentido genérico da informação. Sobretudo, a classificação do documento fotográfico deve passar pelo crivo da proveniência documental, a qual se manifesta na junção da ação que originou com a sua transferência para suporte aceitável juridicamente, tornando-o um registro documental (GONÇALVES, 1998).

Embora na investigação da literatura arquivística apareça o emprego dos Princípios de Proveniência e da Ordem Original como base classificatória dos arquivos, os métodos diplomáticos demonstram influenciar no tratamento dos trâmites legais dos documentos.

Longe da tentativa de responder todas as questões procura-se, na seção seguinte, elencar os elementos verificados de transcodificação da classificação do documento fotográfico necessários para o tratamento desse material.

5 ELEMENTOS DE TRANSCODIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVISTICA

Como referencial inicial, a busca bibliográfica se deu em favor do conceito "transcodificar", explicado por Smit (1987) como "a passagem de uma linguagem para outra." Outra referência encontrada foi no dicionário *online Priberan* (TRANSCODIFICAÇÃO, 2014) que apresenta o verbete transcodificar como a "tradução em um código diferente". O dicionário apresenta também a definição de converter para uma compreensão mais ampla do conceito buscado.

O termo converter remete a uma "mudança de forma ou qualidade, sem a mudança de sua essência" de acordo com o dicionário *Priberan*. Cunha (2008) apresenta a conversão como a "modificação das formas de registro da informação, [...] objetivando a possibilidade de intercâmbio entre dois ou mais serviços ou sistemas", pois é a "tradução da informação para ser representada em um sistema diferente". Clason (1976) fala de conversão de sinais codificados em uma série de sinais em um código diferente (CLASON, 1976; CUNHA, 2008; TRANSCODIFICAÇÃO, 2014).

A fotografia, enquanto documento que guarda as imagens congeladas de um determinado momento, necessita de passar por um processo de transcodificação com o enfoque na organização, recuperação e acesso dos mesmos.

Também se encontrou proximidade de significados com a transcodificação o termo codificar, descrito por Menezes, Cunha e Heemann (2004) como a "substituição de objetos, sentimentos e ideias por signos convencionais com o propósito de comunicação". (MENEZES; CUNHA; HEEMANN, 2004).

A imagem é carregada de significados, referências e contextos que devem ser traduzindo em linguagem codificada passíveis de representar os termos de classificação em Sistemas de Organização do Conhecimento e consequentemente pelo usuário final que necessita desta imagem.

O processo de transcodificar também pode ser descrito como uma tradução, o que Cunha (2008) cita como a "mudança de uma forma de representação para outra, sem que o conteúdo seja afetado". É uma "conversão de uma linguagem para outra, geralmente de uma linguagem natural para outra linguagem natural ou artificial". Entendendo a imagem como uma forma de linguagem (imagética), há necessidade de se traduzir desde a sua chegada (matéria-prima) até a saída do

produto final (informação) por uma pessoa ou grupo de pessoas, antes inseri-la nos sistemas de classificação (CUNHA, 2008).

O Arquivo Nacional, em seu Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística traz o verbete "transcrever" como a "reprodução textual de um documento escrito ou sonoro". Nesta conceituação, há de se inserir o documento imagético, uma vez que ele é passível também de representação textual (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Buonocore (1976) entende a transcrição como um método/meio de reproduzir um documento de maneira fiel. Mas este processo de reprodução pode (e deve) atender a necessidade do usuário. O processo deve tornar (o documento) acessível e compreensivo, mesmo que para isso tenham-se pequenas alterações/diferenças com o documento original (BUONOCORE, 1976).

Observa-se que os conceitos demonstram a necessidade de transpor uma imagem, refletida em um suporte físico ou digital, de acordo com as finalidades para as quais ela foi criada, para estabelecer categorias, esquemas ou hierarquias na organização do conhecimento com vistas à classificação dos documentos, na constante tentativa de preservar o contexto arquivístico e apresentar ao usuário final condições favoráveis de recuperação destes conjuntos documentais dentro de um universo maior de imagens disponíveis.

Bellotto (2002) considera que as informações arquivísticas são aquelas produzidas no exercício das funções administrativas e de acordo com os objetivos de uma determinada entidade. Por essa razão deve-se reconhecer o caráter orgânico dessas informações, dando a elas um tratamento único (BELLOTTO, 2002).

Bellotto (2008) sistematizou o que considera os principais elementos a serem verificados na classificação arquivística. A autora considera primordial identificar as competências, as funções e as atividades dos órgãos para início da etapa de classificação nos arquivos. Além destes fatores o ambiente organizacional também deve ser considerado na eleição de um método que contemple uma classificação de fato arquivística (BELLOTTO, 2008).

Quadro 3 - Elementos da Classificação Arquivística

Fatores a considerar	Elementos para análise
1. Levantamento da evolução institucional	Toda legislação que a cria e regulamenta; os procedimentos administrativos; as funções que exerce para que se cumpra o objetivo para o qual foi criada; os documentos produzidos, cuja tipologia é adequada às operações, atividades e funções que testemunham.
2. Prospecção arqueológica da documentação a organizar	Identificação preliminar ainda que superficial, é obrigatória para identificar as relações entre documentos, funções e atividades. As razões têm haver com as lacunas causadas pelas baixas (expurgos), desfalques, má fé ou ignorância.
3. Estudo das entidades produtoras dos documentos	Dados sobre as entidades ausentes, já que podem aparecer documentos desaparecidos, como é comum acontecer.

Fonte: Adaptado de Santos, Innarelli e Sousa (2008, p. 134).

Os elementos acima, apontados por Belloto (2008), de acordo com Sousa (2008) são necessários para a definição do plano de classificação arquivística.

Sousa (2008) afirma que a proposta é uma síntese das principais indicações encontradas na literatura arquivística e se junta à necessidade de identificação das tipologias documentais.

Ao observar o processo de transcodificação que permite que os conjuntos documentais de documentos fotográficos passem de uma linguagem para outra na prática arquivística, recomenda-se estudos diplomáticos para a compreensão da fotografia como objeto documental e aplicação da tipologia, citada por diversos autores como parte integrante da classificação arquivística.

À medida que os documentos vão sendo acumulados estabelecem relações entre si criando um elo determinante para a sua razão de existirem quanto conjunto indivisível das ações intelectuais do ambiente organizacional, desta forma, o estudo diplomático do documento fotográfico poderá vir a propiciar conhecimentos peculiares no entendimento do contexto para legitimidade dos fatos para o estabelecimento tipológico.

A falta de aprofundamento diplomático na classificação arquivística, estando as informações em suportes (papel, mídia magnética ou eletrônica) também

presume o acúmulo de documento sem análise dos valores administrativos, técnicos, legais, fiscais, probatórios, culturais e históricos que possam conter.

Sendo a diplomática complementar no processo classificatório para obter respostas a questões de ordem jurídica, pois a partir das informações reveladas no próprio documento cabe entender sua dimensão.

Duranti (1994, p. 50) afirma que:

Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e conseqüências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos, deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam, relação essa que é plenamente explorada no nível teórico pela diplomática e no nível prático por numerosas leis nacionais.

A diplomática dedica-se a partes do documento. Os estudos diplomáticos dividem o documento em elementos externos e internos. Os elementos externos referem-se às características físicas do material. Os elementos internos convertem o conteúdo entre partes: o protocolo inicial, o texto e o protocolo final. Cabe destacar que nem todos os documentos representam todos os elementos internos enunciados pela autora (BELLOTTO, 2002).

Figura 1 - Elementos de Análise Diplomática

Protocolo inicial:

Artur de Sá e Menezes, Amigo, Eu, El-rei vos envio muito saudar **[direção, titulação, notificação]**.

Texto:

Havendo visto o que escreveste sobre a culpa do Padre Frei Roberto e a conta que o Provedor da Fazenda Real dessa Capitania me deu com a devassa que tirou das pessoas que faziam cunhos falsos com que arcavam e cunhavam o ouro furtado aos quintos na vila de São Paulo em que se achavam culpados o padre José Rodrigues Preto e o Padre Frei Roberto e o mais que sobre este particular avisou e os representastes a cerca [sic] da culpa destes dois sujeitos. **[exposição]**
me pareceu dizer-vos que o perdão concedido aos seculares se estende aos eclesiásticos. E assim vos ordeno que toca ao tempo passado. Se não fale mais neste delito. Nem se proceda pelas devassas tiradas até o tempo do indulto. E vos encomendo que, quando haja algum que reincida neste crime, procedais com a severidade necessária. **[dispositivo]**

Protocolo final:

escrita em Lisboa **[data tópica]**
a 20 de dezembro de 1700 **[data cronológica]**
Rei **[subscrição]**

Fonte: Adaptado de Bellotto (2002, p. 41).

No exemplo acima (Figura 1) são demonstrados os campos da análise diplomática definidos por Bellotto (2002). No documento analisado, fica evidente a configuração formal do documento conferindo legitimidade da “Carta”. A tipologia documental, submetida à análise diplomática, subsidia também a atuação voltada à avaliação de vigência, de guarda ou eliminação dos documentos em tabela de temporalidade. Sendo assim, os elementos verificados de transcodificação da classificação do documento fotográfico demandam conhecimentos arquivísticos para garantir agilidade, eficiência e desburocratização dos trâmites documentos.

Baseando-se no processo de transcodificação de documento para a Classificação Arquivística, pretende-se contribuir para modelos que guiem a organização e representação do conhecimento de uma determinada área de domínio, com a finalidade de preparar o profissional para a construção de um Sistema de Organização do Conhecimento observando-se os elementos de transcodificação que regem o processo na concepção arquivística.

Cabe observar que a informação sem o suporte não representa uma contextualização arquivística, pois considera-se que o suporte traz consigo a própria materialidade da informação. O contexto de produção liga-se às condições institucionais sob as quais o documento foi produzido e para tanto é preciso indicar: quem o criou, onde e quando isso se deu, por que foi produzido e por fim, como ocorreu esse processo. A compreensão desse contexto é fundamental para que se possa perceber os motivos pelo arquivamento e as lacunas que poderá causar caso não seja possível sua utilização posterior.

O suporte material liga as condições da ação classificatória ao permitir uma melhor inter-relação entre os atos evidenciados e as atividades que os produziram, pois os estudos documentais na área da arquivística necessitam da natureza e das partes que o definem como documento, especificidades feitas pela diplomática. Como definiu Giorgio Cencetti (1985, p. 285-286):

[...] disciplina que estuda a gênese, as formas e a transmissão de documentos arquivísticos assim como sua relação com os fatos neles representados e com seu criador, com a finalidade de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza.

Desta forma, observa-se a importância do contexto da produção documental para compreender a informação veiculada pelo documento, bem como os elementos balizadores representados no suporte.

Buscamos discutir o tema sem a pretensão de uma prospecção exaustiva, subsidiados por obras que trazem análises ou propostas de metodologia para a classificação arquivística, para tornar clara a compreensão do documento a partir da análise como informação e suporte material.

Nessa relação torna-se evidente a influência da diplomática na autenticação e validação dos tipos documentais em arquivos para fins da classificação arquivística.

Em resumo, esta seção buscou a compreensão dos elementos de transcodificação primordial na classificação arquivística.

A seção seguinte apresenta os dados colhidos com as observações realizadas no objeto de pesquisa e as interpretações a cerca do estudo.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Segundo Bardin, a análise de conteúdo é o trabalho de interpretar mensagens obscuras e mensagens de duplo sentido, cuja significação profunda pode surgir depois de uma cuidadosa observação. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar (BARDIN, 1977).

Visualizar a técnica é próprio do conhecedor ou estudioso da fotografia enquanto mecanismo de captação de imagem, olhando para dentro e apenas para esta imagem.

Visualizar o amplo de uma imagem é descrito por Tagg (2005) e Rouillé (2009) como o papel social da imagem, que é ver além do momento congelado. Se prender ao antes e ao durante deste momento é o afastar de olhos.

Para ambos os casos, há momentos em que a máquina mais parece um brinquedo, em que a manipulação intencional e a manifestação da linguagem podem deturpar os sentidos da imagem. Na contemporaneidade a fotografia é tida como ícone da representação, em muitos casos assume o papel de facilitadora aos consumidores de informação.

Na aplicação da metodologia deste trabalho, as percepções obtidas foram pautadas na proposta por Bardin (2011) e Triviños (1987).

Para Bardin, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Maria Laura P. B. Franco em seu livro *Análise de Conteúdo* de 2003, apresenta os procedimentos em 3 tarefas a serem realizadas. São elas:

- a escolha dos documentos a serem submetidos à análise;
- a formulação das hipóteses e/ou dos objetivos; e
- a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (FRANCO, 2003).

Neste trabalho, a primeira tarefa foi respondida com a leitura exploratória sobre os processos fotográficos, desde a fotografia enquanto objeto até a compreensão da fotografia como parte integrante do contexto social em que está

inserida. Bardin descreve que neste momento ocorre a "leitura flutuante", em que se buscou a compreensão da classificação.

O *corpus* criado a partir destas leituras passou pelo crivo de literaturas relacionadas a arquivística e seus autores clássicos. Quando obtido material e leituras das áreas complementares da Organização do Conhecimento estes autores apresentam ideias aderentes à temática da imagem e classificação mais abrangente, não restrita ao campo da biblioteconomia ou museologia por exemplo. Houve uma busca constante por atender as regras de exaustividade, representatividade e homogeneidade previstas por Bardin (1977) e descrita por Franco (2003, p. 45). Estas regras são constituídas de escolhas, seleções e regras aplicadas aos materiais literários encontrados.

Com estas leituras, estabeleceu-se o primeiro contato com os problemas na organização do documento fotográfico, levando a uma reflexão da condição abstrata da imagem e os métodos de classificação arquivística.

Na segunda tarefa, a formulação de hipótese, mesmo não sendo ela uma obrigação da análise de conteúdo, pois como dito por Bardin, não é obrigatório ter-se como guia um *corpus* de hipóteses, para se proceder à análise. Algumas análises efetuam-se "às cegas" e sem ideias pré-concebidas (BARDIN, 1977).

A hipótese de que **a identificação de imagem pelo usuário não se dá pelos caminhos estipulados pela ciência da informação, mas por aspectos estéticos**, é a possibilidade que se levanta quando uma simples descrição seria satisfatória a este usuário.

Após a leitura e separação do material, e antes da análise dos textos, em um exercício de experimentação empírica, foi proposta a identificação de uma imagem em dois espaços virtuais, por pessoas aleatórias.

A experimentação se deu da seguinte forma: foi compartilhada uma imagem (Apêndice A) na *timeline*⁸ pessoal do *Facebook* da pesquisadora, e também como postagem em um grupo fechado de discussão sobre fotografia, composto por amadores e profissionais, chamado "eduK | Fotografia"⁹.

A dinâmica proposta aos participantes do grupo e às pessoas ligadas ao perfil da pesquisadora foi descrever a imagem compartilhada a partir do seu olhar. A

⁸ *timeline* é uma linha cronológica, com a finalidade principal de organizar e permitir acesso às informações publicadas pelo usuário ou por pessoas a ele associadas nas mídias sociais.

⁹ <https://www.facebook.com/groups/eduKfotografia>

título de contextualização da imagem, ela retrata o reencontro da mãe da pesquisadora com o seu filho (irmão da pesquisadora) após longo período de distanciamento.

A imagem compartilhada estava desprovida de qualquer informação adicional, seja com referência a data, local, personagens, evento etc. A linguagem utilizada para a inserção do comentário é a mesma utilizada de forma padronizada dentro das redes sociais, fugindo da linguagem formal de uma pesquisa acadêmica. Esta mesma linguagem informal foi também utilizada nas respostas (Anexo B) com uso de imagens e caracteres representativos, transmitindo aos leitores uma mensagem clara da sua posição quanto a participação na experimentação.

As respostas obtidas pelo grupo de discussão sobre fotografia foram relacionadas à técnica da fotografia, seja a sua composição, a incidência de luz, da qualidade estética da imagem. As respostas obtidas no grupo foram de cunho técnico, como por exemplo enquadramento, foco, nitidez e corte da imagem. Houve inclusive uma sugestão de que a imagem fosse uma peça de arte moderna, dada a "desconstrução" apresentada por ela. Apenas em um dos comentários houve a preocupação com a data em que a imagem foi feita.

Nos comentários descritos pelos amigos e familiares da pesquisadora, observaram as mensagens de cunho subjetivo, com variações de interpretação, seja de demonstração de carinho, de amor, de compaixão, de reencontro, de saudade entre os personagens.

Outro fator importante neste experimento foi o conhecimento da situação exposta na imagem pelos familiares que responderam no perfil pessoal da pesquisadora. A importância da imagem toma outro patamar quando ela traz interferência da história do indivíduo, pois ele se reconhece na imagem, na cena, nas pessoas que estão ali retratadas ali. Houve um direcionamento dos comentários sobre o invisível, o que apenas o olhar humano é capaz de analisar a partir de suas próprias vivências: o sentimento.

A experiência feita com o uso da ferramenta de rede social *Facebook* corrobora com a hipótese apresentada para este estudo. O experimento demonstrou um desconhecimento dos métodos classificatórios em arquivo, seja como profissionais da fotografia ou não, mas todos os usuários da imagem como representação e passível de armazenamento e recuperação.

O que chama atenção é a despreocupação do usuário com a origem das informações contida nas fotografias, trazendo à tona um possível desconhecimento das práticas de organização do conhecimento e, conseqüentemente, do fator de impacto a qualquer ferramenta que auxilie a realizar pesquisas com qualidade na recuperação de informações.

Percebe-se que as interpretações e comentários realizados pelas pessoas não familiarizadas com a arquivística dão conta apenas da identificação emocional e pessoal, não demonstrando maiores preocupações com a proveniência, legitimidade e outros conceitos imprescindíveis quando o assunto é classificação arquivística.

De acordo com a Ciência da Informação os documentos devem ser organizados seguindo sua lógica de existência, origem ou contexto de produção, para identificar as relações, os documentos e as funções que o geraram (SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2008). Tal mapeamento subsidiará a recuperação das informações no seu estado original.

Nos casos em que não for possível a prospecção arqueológica da documentação, recomenda-se a aplicação de métodos diplomáticos, ou seja, o agrupamento de acordo com a espécie documental.

Bellotto (2002), com um olhar nos elementos diplomáticos, faz referência à necessidade de levantar o conteúdo do documento, apresentando o texto descritivo relacionado à datação (onde, quando e quem criou o documento), como possibilidade de validar a integridade e facilitar a recuperação do documento, uma vez que estas informações textuais podem descrever a imagem, de modo que transcodifique o contexto do documento. Ratificamos que o processo de descrição não é o foco deste trabalho.

A partir da identificação preliminar por espécie e conteúdo credível será analisada a função documental de acordo com as finalidades do documento, onde o resultado desta análise irá fazer uma segunda identificação, desta vez por tipo, o que o tornará mais fácil identificá-lo no arquivo que o compõe.

Considerando que os documentos são produtos das atividades diárias, registros de vestígios para entender a história das organizações, sejam elas públicas, privadas ou familiares, não basta a identificação do objeto, é preciso classificá-lo de maneira que este reflita a organização.

Desta forma, os indicadores apresentados a seguir foram elaborados para validar a hipótese criada:

- Identificação da origem do documento fotográfico;
- Identificação dos elementos diplomáticos;
- Identificação do tipo do documento fotográfico;
- Classificação do documento fotográfico.

Após a elaboração da hipótese nesta primeira fase da análise de conteúdo, resta a análise propriamente dita.

Desta forma, na sequência, será exposta a interpretação tirada das leituras e do experimento empírico, os quadros abaixo serão utilizados para demonstrar a **análise da transcodificação do documento fotográfico na classificação arquivística**. Os quadros foram estabelecidos tendo como referência o trabalho de Santos, Innarelli e Sousa (2008, p. 89-90), e divididos em quatro blocos para melhor visualização e discussão.

Quadro 4 - Construção do Termo

1. Termo	Transcodificação
	Conversão
	Transcrição
	Tradução
	Codificação

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima, apresenta os termos utilizados para a busca inicial (Transcodificação, Conversão, Transcrição, Tradução, e Codificação). Na análise de conteúdo, a busca qualitativa parte de pressupostos levantados através da leitura sobre o tema em questão, neste caso a classificação e o documento fotográfico. A definição destes termos guiará o restante da discussão no sentido simbólico do conceito, uma vez que os sentidos apresentados não são de único significado possibilitando algumas diferentes perspectivas.

Os termos identificados na leitura exploratória que mais se aproximavam do conceito chave deste trabalho, ou seja, o conceito de transcodificação, estão descritos no quadro 5. Cabe ressaltar que a aproximação destes não valida o termo como de igual peso no trabalho, mas tem sim o papel de aproximar e/ou simplificar o entendimento que o conceito de transcodificação não consegue exprimir no seu detalhamento teórico.

O termo "transcodificar" aparece na forma de conceito em apenas duas leituras: uma específica da área (SMIT, 1987) e em outra não especializada (TRANSCODIFICAÇÃO, 2014), demonstrando a dificuldade em estabelecer o parâmetro de análise apenas no conceito de transcodificação. Ao buscar outros conceitos por aproximação, foi natural a ampliação do entendimento e principalmente das leituras relacionadas a ele.

Quadro 5 - Construção do Conceito

2. Conceito		
Codificar	Substituição de objetos, sentimentos e ideias por signos convencionais com o propósito de comunicação.	MENEZES; CUNHA; HEEMANN, 2004
Converter	Mudança de forma ou qualidade, sem a mudança de substância, da essência.	Dicionário Online Priberan, 2013
	Modificação das formas de registro da informação, no que se refere à tradução, codificação, estrutura dos dados, etc., objetivando a possibilidade de intercâmbio entre dois ou mais serviços ou sistemas, que utilizam convenções e métodos diversos.	CUNHA, 2008
	Processo pelo qual um registro bibliográfico impresso é transformado em registro legível por máquina.	CUNHA, 2008
	Processo de tradução da informação, de um sistema de representação para outro sistema.	CUNHA, 2008
	(documentos) Transferência de um documento analógico para formato digital, por exemplo; a criação de um ficheiro de texto a partir de um documento de papel, usando um <i>scanner</i> .	SOUSA, 2008
	(código) Uma série de sinais codificados em uma série de sinais de um código diferente.	CLASON, 1976
Traduzir	(conceitos) A segunda etapa da indexação de assuntos, envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de indexação.	MENEZES; CUNHA; HEEMANN, 2004
	Mudança de uma forma de representação para outra, sem que seu conteúdo seja afetado.	CUNHA, 2008
	Conversão de uma linguagem para outra, geralmente de uma linguagem natural para outra linguagem natural ou artificial.	CUNHA, 2008
Transcodificar	Passagem de uma linguagem para outra.	SMIT, 1987
	Tradução em código diferente. Podemos nos apropriar também da definição de converter.	Dicionário Online Priberan, 2013
Transcrever	Reprodução textual de um documento escrito ou sonoro.	BRASIL, 2005
	Escrever com um sistema de carácter o que está escrito em outro.	BUONOCORE, 1976
	Método literal com o desejo de reproduzir o documento de maneira fiel. Também é possível atender as necessidades do leitor, tornando-o (o documento) acessível e compreensivo mesmo com pequenas diferenças do original.	BUONOCORE, 1976

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro 5 apresenta a visão de diferentes autores sobre os termos expostos no quadro 4. Cada autor irá apresentar uma visão para os conceitos em questão, que poderão ser convergentes em alguns momentos e divergentes em outros. Estes momentos de aproximação e distanciamento são naturais quando se tem como pressuposto as seguintes observações: a) o sentido que o autor pretende expressar para determinado conceito pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; b) o sentido do texto apresentado poderá ser diferente de acordo com cada leitor; c) o autor poderá emitir uma mensagem, e diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes; e por fim, d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente (MORAES, 1999).

A inter-relação entre os conceitos possibilitou estabelecer o processo de transcodificação e também os elementos da análise para representar o documento imagético transcodificado.

Esta inter-relação levou ao estabelecimento de um quadro (abaixo) demonstrativo para a compreensão de como se dá o processo de transcodificação.

Quadro 6 - Processo de Transcodificação de Documento Fotográfico da Classificação Arquivística

Elementos	Processo
1. Proveniência	Levantar a evolução institucional e as relações arqueológicas da documentação relativas a um fundo produtor/acumulador (uma instituição, pessoa ou família).
2. Espécie	Estabelecer a configuração do documento, de maneira que torne válido e credível o seu conteúdo.
3. Tipo documental	Estabelecer a função do conteúdo que se quer transmitir, de modo que transcodifique a natureza do documento arquivístico com o enfoque na organização, recuperação e acesso dos mesmos (construção semântica).
4. Categoria	Estabelecer a hierarquia de níveis e subníveis, apresentando a informação e o suporte documental de ordem administrativa ou jurídica num esquema que transcodifique o contexto arquivístico com o enfoque na organização, recuperação e acesso dos mesmos (construção semântica).

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro acima são apresentados os elementos da transcodificação e como se dá o processo de transcodificação.

O Princípio da Proveniência, também chamado de respeito aos fundos, é a base de todas as intervenções arquivísticas. A organização e integridade dos arquivos precedem da origem de quem cria a informação, em qual contexto se insere, qual a abrangência do cenário, como ele se divide, quais leis rege o órgão produtor, qual o volume da massa documental, quem são os envolvidos e a quem se destina o acesso informacional (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 79).

Os resultados da aplicação de tal princípio impõem-se sobre o objetivo de gerir os conjuntos documentais produzidos por um fundo ou organismo produtor. Para Belotto (2000) "os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Este princípio é derivado do princípio da proveniência" (BELOTTO, 2000, p. 24).

Mediante ao levantamento do cenário institucional e o volume de documentos associados, é necessária a contextualização dos tipos documentais vinculando-os às funções de produção e ao sentido informacional identificado no documento.

Esse momento é um dos mais críticos no processo de transcodificação dos conjuntos documentais devido a necessidade de traduzir a intencionalidade e os recursos significativos da informação, fato que muitas vezes se faz com a aplicação de elementos diplomáticos para a configuração adequada, de acordo com a natureza que o documento assume, ou seja, a Espécie.

A Espécie é a representação da natureza do documento que é decodificado a partir do método diplomático. Ela prepara o mesmo para se chegar ao tipo documental, bem como seu valor comprobatório, histórico, informativo, entre outros, junto ao organismo produtor. Essa etapa também viabiliza o vínculo que o documento assume na hierarquia de classes e subclasses da classificação arquivística.

A complexidade exposta pela imagem é ampla, e para desvendá-la utiliza-se da escrita como ferramenta para revelar a sua construção de significado, evidenciando assim a importância do Tipo Documental, que, aliado à Espécie Documental, identifica os elementos da diplomática. É imprescindível a contextualização da tipologia documental em decorrência das funções e atividades que a originou, com enfoque na organização, recuperação e acesso por parte dos usuários.

Uma vez identificado o tipo documental, depende da classificação ou da Categorização de acordo com as funções e atividades que o originou. Para Shellenberg (2006), são três os métodos de classificação de documentos (funcional, organizacional e por assuntos), devendo um deles ser escolhido para as atividades inerentes à gestão dos documentos. A vinculação à Categoria dá sentido amplo aos documentos de arquivo, viabilizando os recursos de representação na esfera da Organização do Conhecimento, espelhando o contexto e os materiais produzidos relativos a um fundo (uma instituição, pessoa ou família) (SHELLENBERG, 2006).

Quadro 7 – Relações

4. Relações da transcodificação na classificação do documento fotográfico	
Diplomática	Arquivística

Fonte: Elaborado pela autora.

As relações acima estão vinculadas à transcodificação na classificação do documento fotográfico. De um lado temos a Diplomática, que estabelece a configuração do documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas, viabilizando assim o tipo e a organicidade das séries documentais.

Do outro lado temos a Arquivística, de igual importância e que sustenta as atividades de levantamento da estrutura, forma de poder e níveis de autoridade. Ela também direciona a gestão documental em sua expansão por meio do estabelecimento de uma cadeia hierárquica que orienta a ordenação dos resultados no tratamento documental.

Tendo como premissa que os arquivos e informações são inseparáveis, o estudo buscou investigar o que fazer para torná-los disponíveis de forma adequada, independentemente dos suportes ou formatos configurados.

No âmbito da Organização do Conhecimento, a fotografia tem sido amplamente discutida no sentido documental enquanto objeto de comprovação de fatos e eventos cotidianos ou históricos.

Analisar os elementos de transcodificação para a classificação destes materiais é prover a conversão das imagens para a linguagem dos Sistemas de

Organização do Conhecimento, dando ao usuário final subsídios para uma busca efetiva e eficiente.

No próximo tópico haverá a demonstração de um plano arquivístico que permita classificar os documentos fotográficos.

7 CONTRIBUIÇÕES DA ARQUIVÍSTICA PARA A CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS

Sabendo-se que a função básica do arquivo é tornar disponíveis as informações sob sua guarda, é possível ainda refletir sobre a Classificação Arquivística, que consiste em organizar os documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividade sem uma organização de forma a constituir-se um referencial para a busca.

Afunilando um pouco mais para o ponto de interesse central dessa pesquisa, entende-se que um plano de classificação é a representação lógica da estrutura e do funcionamento da organização, como um mapa ou uma representação gráfica hierárquica dos documentos, permitindo a organização de acordo com a função, subfunção e atividade, ou de acordo com o grupo subgrupo e atividade, responsáveis por sua produção ou acumulação.

A motivação de traçar o plano de classificação é para auxiliar a recuperar com maior facilidade os documentos e tem, segundo Bernardes (2008), as seguintes vantagens:

- Organização lógica e correto arquivamento de documentos;
- Recuperação facilitada da informação e do documento;
- Preservação do contexto original de produção dos documentos;
- Visibilidade às funções, subfunções e atividades do organismo produtor;
- Padronização da denominação das funções atividade e tipos/séries documentais;
- Controle do trâmite;
- Atribuição de códigos numéricos;
- Subsídios para o trabalho de avaliação e aplicação da Tabela de Temporalidade (BERNARDES, 2008).

A classificação documental exige do arquivista, para que tenha sucesso desde o princípio, o conhecimento da origem e da natureza dos documentos, bem como da definição correta dos documentos de arquivo, uma vez que o arquivo tem finalidade funcional.

Registra-se que documentos, para a finalidade dessa pesquisa, são as imagens fotográficas as quais seja possível atribuir um conteúdo informacional, que constitua em elemento de prova ou de informação.

Valentim (2012) também descreve as atividades que deverão ser desenvolvidas pelo profissional arquivista:

- Elencar, identificar e conhecer estatutos, regimentos, regulamentos e outros reguladores;
- Identificar e mapear os processos documentais;
- Analisar funcionalmente os documentos em relação à situação organizacional e em relação à legislação vigente;
- Estabelecer política de Gestão Documental;
- Elaborar documentação objetivando reger os fluxos documentais, como por exemplo, o próprio plano de classificação;
- Gerenciar condições estruturais, normativas e tecnológicas que envolvam massa documental (VALENTIM, 2012).

Ainda de acordo com a autora, as organizações, rotineiramente, recebem e produzem inúmeros documentos, de vários tipos, que se apresentam nas mais variadas espécies, formatos, forma, gêneros e natureza.

Valentim (2012) descreve estes documentos e suas possíveis classificações de acordo com sua Espécie, Tipo, Formato, Forma, Gênero e Confidencialidade, conforme detalhado abaixo:

- Quanto a **Espécie** - Disposição e natureza das informações contidas no documento, ou seja, para verificar-se a espécie é preciso observar a partir das informações contidas no próprio documento (Exemplo: uma ata é diferente de um contrato, porém os dois são espécie documental).
- Quanto ao seu **Tipo** - De acordo com a atividade que o gerou. A tipologia é a espécie de documento mais sua atividade, então, considerando-se o exemplo anterior pode-se dizer que ata de reunião de condomínio é um tipo documental, sendo que a ata é a espécie e o fato de indicar que ela provém de uma reunião de condomínio indica sua ação, ou seja, sua tipologia.

- Quanto ao seu **Formato** - Configura-se pelo suporte ou aspecto físico do documento (Exemplo: ficha, folder, cartão, livro, caderno etc.)
- Quanto a sua **Forma** - Definida pelo estágio de preparação, produção ou de transmissão de documentos (rascunho, minuta, cópia ou original).
- Quanto ao **Gênero** - De acordo com a comunicação utilizada em seu conteúdo (Exemplos: documentos escritos ou textuais, iconográficos, sonoros, filmográficos, digitais, cartográficos, micrográficos)
- Quanto a sua **Confidencialidade**- Relacionado ao grau de sigilo dos documentos (Exemplo: sigilosos, secretos, confidenciais, reservados, ultrassecreto).

Essas definições são importantes na medida em que visam assegurar a eficiência na administração, manutenção e destinação dos documentos. Para esses casos, a classificação organizacional não é a mais indicada, uma vez que a representação é de acordo com o organograma e os vários níveis de divisão do organismo produtor. Se a atribuição de um setor for transferida para outro ou se um novo setor for criado e suas atribuições forem redistribuídas, todos os documentos deverão ser reclassificados para acompanhar a reestruturação, gerando retrabalho na nova classificação dos documentos.

O método por assunto deve ser evitado na classificação, pois ele poderá causar dificuldades ao processo de classes e subclasses. Ainda nesses casos, um mesmo tipo documental poderá ser associado a “assuntos” distintos, o que ocasionará dificuldades no momento da classificação. O método de assunto deverá subsidiar outra atividade da gestão documental¹⁰, incidindo no conteúdo informativo do documento, assim oferecerá menos riscos.

Desta forma, adentramos com esta pesquisa, observando que primeiramente é necessário estudar a estrutura e o funcionamento da organização responsável para que se possa elaborar um plano de classificação eficiente. Deve ser feito esse estudo para que, ao ser apresentado, o plano de classificação represente, o mais fielmente possível, toda a imagem da organização.

¹⁰ A gestão documental, regulamentada no Brasil pela Lei 8.159/1991, é responsável por controlar os documentos, desde sua produção até sua destinação final (BRASIL, 1991).

Tendo essa necessidade sempre em conta e a certeza da importância administrativa, científica, cultural e histórica do arquivo, na medida em que se sabe que o arquivo é fundamental para tomada de decisões, defesa de interesses administrativos, legais, jurídicos, técnicos e financeiros entre outros, e que é um testemunho da memória organizacional, é primordial observar que na classificação de documentos fotográficos a identificação "assunto" deve ser evitada, pois poderá causar dificuldade ao processo, propomos que os documentos iconográficos ou fotográficos sejam submetidos a um profissional arquivista que fará um plano de classificação.

7.1 PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

Não há pretensão de fazer aqui nenhuma recomendação conclusiva, porém considera-se adequado, após o estudo da estrutura ou funcionamento da organização, elaborar um esquema detalhado.

O primeiro passo para a elaboração de um plano de classificação eficiente será a identificação dos documentos segundo:

- O **Ciclo Vital** dos documentos, ou seja, a identificação dos documentos iconográficos como corrente, intermediário ou permanente;
- A **Valoração** dos documentos, na qual o profissional identificará se os documentos fotográficos têm valor administrativo ou histórico;
- **Prazo de guarda** dos documentos, ou seja, o tempo que os documentos ficarão arquivados e posterior eliminação.

Tendo como referência os parâmetros descritos acima, o estudo propõe a título de exemplo um plano de classificação imagética, como uma sugestão de Plano de Classificação Pessoal para a imagem utilizada no experimento descrito neste trabalho, uma vez que o foco não é a imagem fim e sim o processo de transcodificação da mesma.

Valendo-se da premissa que a imagem utilizada é parte de um arquivo maior, pessoal e particular, ainda assim cabe a estruturação para que a imagem esteja transcodificada adequadamente, dentro de um plano de classificação arquivístico que garanta a organização e autenticidade relativa ao documento, a partir dos principais elementos diplomáticos.

Quadro 8 – Plano de classificação

• ENTIDADE: Pessoa
○ FUNÇÃO: Pessoal
▪ SUBFUNÇÃO: Religiosa
▪ SUBFUNÇÃO: Prevenção e Tratamento de saúde
▪ SUBFUNÇÃO: Familiar
• TIPO DOCUMENTAL: Registro de fotografia em família
• DIPLOMÁTICA:(Conteúdo) reencontro da mãe com o seu filho após longo período de distanciamento; (Onde) em Alvorada do Sul – PR; (Quando) em 20/12/2014; (Quem) registro feito por Aline Tatiane Prado
▪ SUBFUNÇÃO: Educacional
• TIPO DOCUMENTAL: Certificado de participação de curso
• ELEMENTOS DIPLOMÁTICOS: (Conteúdo) encontros temáticos: inovação nas práticas informacionais; (Onde) promovido pelo departamento de Ciência da Informação do Centro de Educação, Comunicação e Artes - UEL; Londrina – PR; (Quando) 18/10/2013; (Quem) assinado por Cristiane Cordeiro Nascimento.
• TIPO DOCUMENTAL: Fotografias da defesa de mestrado
○ FUNÇÃO: Empresária
▪ SUBFUNÇÃO: Controle financeiro e contábil
▪ SUBFUNÇÃO: Administração de pessoal

Fonte: Adaptado de Oliveira (2001 apud SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2008, p. 89-90).

Levando-se em conta todos os benefícios citados e, sabendo da necessidade de classificar documentos fotográficos de forma a atendê-los, acredita-se que a arquivística pode ser de grande valia para projetos ou para qualquer outro tipo de classificação dos documentos fotográficos.

Sabendo-se que a estrutura da organização e o tipo dos documentos são extremamente relevantes para a escolha do plano de classificação, percebe-se que

é possível, através das análises já elencadas anteriormente, escolher um plano de atenda aos mais diversos segmentos de documentos fotográficos.

Pode-se ainda, através da transcodificação na classificação dos documentos fotográficos, apresentar subsídios para o posicionamento dos profissionais arquivistas que atuam no mercado e que se deparam com questionamentos no decorrer do seu trabalho.

Com o trabalho desenvolvido nesta pesquisa, comprova-se que a classificação pode sim contribuir para a documentação fotográfica de forma a realizar a organização lógica do arquivo, respeitando o princípio da proveniência e a ordem interna dos documentos e refletindo suas origens, bem como resultando em facilitação da localização administrativa desses documentos fotográficos.

A proposta para a organização desses passa pela classificação dos documentos e elaboração de um documento que demonstre a estruturação, levando a entendimento contextual entre os documentos. Geralmente, a classificação dos documentos fotográficos não tem nenhuma divisão que enfatize os princípios metodológicos da arquivística ou uma análise de documentos individuais baseada na diplomática. Comumente, o que se observa são práticas de julgamento pessoal do contexto, que podem acarretar na ineficiência administrativa e comprometendo a memória da organização.

A classificação arquivística preocupa-se em organizar o conhecimento através de classes, das mais gerais as mais específicas, objetivando interligar as redes de busca e acesso da informação de um domínio específico. Os estudos diplomáticos por sua vez, concentram-se nas relações com o contexto de produção do documento, feito a partir do conhecimento da história e outros elementos que o compõem, incluindo as fotografias.

Para Bellotto (2004), o contexto de produção dos documentos não é propriamente a ordem física no arquivo, mas a organicidade no sentido da vinculação que lhes dão sentido no processo de criação enquanto registros documentais arquivísticos.

Ao buscar essa essência ou dimensão histórica, acredita-se que pode ter como resultado as informações necessárias para estabelecimento dos planos de classificação arquivísticos.

8 CONSIDERAÇÕES

As discussões em torno do documento fotográfico, especialmente na classificação mostram que ainda há um terreno fértil para novas discussões e inserções. Algumas das principais preocupações referem-se às técnicas usuais, geralmente partindo das informações veiculadas pela imagem, sem por vezes, contextualizar o documento em termos arquivísticos.

Durante a construção deste trabalho foi possível observar que os usuários e sujeitos produtores do documento fotográfico ao serem submetidos à identificação de uma imagem demonstraram práticas contrárias às propostas pela Organização da Informação, mas também, e principalmente, pelos princípios arquivísticos, ainda que haja uma ou outra discussão teórica sobre o processo classificatório desses materiais. O que se percebe é que a imagem fotográfica está atrelada ao conceito de um retrato congelado da realidade, muitas vezes perdido no tempo e no espaço.

As categorias relacionadas no estudo possibilitaram o aprofundamento sobre a transcodificação da imagem para fins de classificação. Permitiram identificar os principais elementos da classificação arquivística, e a relação dos princípios arquivísticos com a diplomática para resguardar a informação comprobatória, seja para fins de informação ou de recuperação do documento.

A partir deste estudo espera-se contribuir para viabilizar a discussão caminhos para o estabelecimento de mecanismos, especialmente para a classificação de documentos fotográficos, não simplesmente pelos seus aspectos estéticos que leva a inúmeras possibilidades de leitura de uma mesma imagem.

Como contribuição, tem-se por objetivo ratificar que a fotografia é passível de ser submetida à classificação arquivística de forma objetiva, desde que seja mediada por princípios da arquivologia, o que pressupõe cuidados com a origem desta imagem, a sua identificação concreta nas espécies etipologias documentais, bem como o estabelecimento de categorias classificatórias lógicas, do ponto de vista funcional ou estrutural e construção de uma instituição (pública ou privada), que marque uma trajetória social.

Espera-se também contribuir para a classificação do documento fotográfico nos arquivos, a partir dos princípios arquivísticos e dos elementos diplomáticos. Assim haverá facilidade na localização destes registros, sempre de forma eficiente e segura por parte do usuário.

Caberá, portanto, ao arquivista, profissional habilitado para a classificação arquivística de documentos fotográficos, estar preparado para lidar com a complexidade exposta pela imagem, de modo que atenda plenamente ao usuário que necessita da recuperação e utilização destes documentos.

Hoje é comum a circulação de peças isoladas entre os meios digitais, sem qualquer tratamento de organização e procedência analítica. A identificação de uma imagem deve ser tratada como a de qualquer outro documento, mantendo seus elementos originais e construtivos de identificação, assegurando assim seu caráter funcional e probatório de existência e conservação da própria história.

Neste sentido, o presente trabalho abre portas para novos estudos, novas inferências, novas afirmações, a fim de se tornarem referências sobre o processamento e identificação da fotografia e outros documentos imagéticos. O trabalho não tem fim em si mesmo. É preciso ampliar as bases de estudos e aplicação de novos testes, pondo em prática as lições obtidas a partir das leituras, observações e análises aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AHONEN, T. T. **The annual mobile industry numbers and stats**. 2013. Disponível em: <<http://communities-dominate.blogs.com/brands/2013/03/the-annual-mobile-industry-numbers-and-stats-blog-yep-this-year-we-will-hit-the-mobile-moment.html>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- ALBUQUERQUE, A. C. **A classificação de documentos fotográficos**: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18>>. Acesso em: 15 out. 2014.
- AMARAL, L. **A importância do tratamento intelectual das fotografias visando à recuperação da imagem**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1977.
- _____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1997.
- _____. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições Setenta, 2011.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentacion. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**: textos completos do III Simpósio em Filosofia e Ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001. p. 35-60.
- BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185 p.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- _____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística:** reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer).

BERNARDES, I. P. (Coord.). **Gestão documental aplicada.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão documental aplicada.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICAD_A_leda.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

BERNARDI, A. J. Informação, comunicação, conhecimento: evolução e perspectivas. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 39-44, jan./abr. 2007. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=5617>. Acesso em: 8 jun. 2015.

BLAIR, D. C. Information retrieval and the philosophy of language. **Annual Review of Information Science and Technology**, White Plains, v. 37, p. 2-50, 2003. Disponível em <http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/34570/1440370102_ftp.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

BONI, P. C. **O discurso fotográfico:** a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo. Tese (Doutorado) - ECA, USP, São Paulo, 2000.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <[http://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89\(2008\)-1835.pdf](http://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89(2008)-1835.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BRÄSCHER, M; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios no bosque da informação:** estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 147-176. Disponível em: <<http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 7 dez. 2013.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of information Science**, Greenwood, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

BUONOCORE, D. **Diccionario de bibliotecología.** Buenos Aires: Marymar, 1976.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CENCETTI, G. La preparazione dell'archivista. In: GIUFFRIDA, R. **Antologia di scritti archivistici**. Roma: Libreria dello Stato, 1985. p. 283-313. Disponível em: <<http://151.12.58.123/dgagaeta/dga/uploads/documents/Saggi/543ba04bdab11.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CHIARELLI, T. História da arte: história da fotografia no Brasil - século XIX: algumas considerações. **Revista Ars**, [S. l.], n. 6, p. 78-87, dez. 2005.

CLASON, W. E. **Dictionary of library science, information and documetation**. Amsterdam: Elsevier, 1976.

COSTA, A. F. Classificações sociais. **Leitura**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out. 1997.

CRUZ MUNDET, J. K. M. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Tuipérez, 1994.

CUNHA, M. B. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

DAHLBERG, I. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, 1978a. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008680&dd1=079ad>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 33, n. 4, p. 11-19, 2006.

_____. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

_____. Teoria do conceito. Tradução de Astério Tavares Campos. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978b.

DOBAL, S. **Foto-evento**: entrevista com André Rouillé. 2010. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/31/2.html>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

DODEBEI, V. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 119 p.

DOLLAR, C. M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 3-38, jan./dez. 1994.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, ago. 1986.

DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FELZ, J. **A fotografia**. 2007. Disponível em: <<https://fotojornalismojf.files.wordpress.com/2013/05/a-fotografia.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**, Brasília: Plano Editora, 2003.

FURGERI, S. **Representação de informação e conhecimento**: estudo das diferentes abordagens entre a Ciência da Informação e a Ciência da Computação. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=174>. Acesso em: 15 out. 2014.

GARON, R. Le principe de provenance. **Archives**, [S. l.], v. 69, n. 2, p. 12-19, 1969.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GUARIDO, M. D. M.; MORAES, J. B. E. Análise dos elementos temáticos característicos do gênero literário crônica com vistas a sua hierarquização para fins classificatórios. **Ibersid**: Revista de Sistemas de Información y Documentación, Zaragoza, v. 3, p. 119-124, 2009. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3731/3492>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

HÉON, G. La classification. In: COUTURE, C. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'Université du Québec, 1999. p. 219.

HÉON, G. Les plans de classification en archivistique. **Archives**, [S. l.], v. 27, n. 1, 1995.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoria y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HEREDIA HERRERA, A. La fotografía e los archivos. In: FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA. JORNADAS ARCHIVISTICAS, 2., 1993, Huelva. **Actas...** Huelva: Diputación Provincial, 1993.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington: The Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/1knowledge.html>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

LACERDA, A. L. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockfeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LARA, M. G. G. Problemas da organização do conhecimento na contemporaneidade. In: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (Org.). **Estudos avançados em organização do conhecimento**. Rio de Janeiro: Isko-Brasil, 2013. p. 238-245.

LEÃO, F. C. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD (G). 2006. 81 f. Dissertação (Mestrado) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.moyak.com/papers/archival-descriptive-standards.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

LÉVY, P. **O que é virtual**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. **Organização da informação e do conhecimento**. Jandira: B4Editores, 2012a.

_____. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012b. p. 21-48.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2014.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFSCar; EDUFF, 1996.

_____. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

LOPEZ, A. P. A. Alcance da descrição arquivística e o processo de automação. **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, Indaiatuba, n. 2, p. 27-39, 2003.

_____. La clasificación archivística como actividad previa para la descripción de documentos imagéticos. In: AGUAYO, F.; ROCCA, L. (Org.). **Imágenes e investigación social**. México: Instituto Mora, 2005. (Historia social y cultural).

LUNARDELLI, R. S. A. **Preservação da face**: estratégias discursivas na fala dos alunos de Biblioteconomia da UEL, Londrina. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

MACHADO, A. Fotografia em mutação. **Revista Nicolau**, Londrina, v. 1, n. 49, p. 14-15, jul./ago. 1993. Disponível em <<http://www.uel.br/pos/fotografia/wp-content/uploads/downs-uteis-fotografia-em-mutacao.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. **La construcción teórica en archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.

MCGARRY, K. J. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos; Lauro de Freitas: Livros, 1999.

MENEZES, E. M.; CUNHA, M. V.; HEEMANN, V. M. **Glossário de análise documentária**. Londrina: AVECIN, 2004.

MIGUEL, M. L. C. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Brasília, v. 6, n. 1/2, jan./dez. 1993.

MIRANDA, M. L. C. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, 1999.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 11 mar. 2015.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603/1358>>. Acesso em: 15 out. 2014.

ORGANIZAÇÃO. In: HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

_____. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHO, F. A. Organização e representação do conhecimento. In: _____. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: UFPE, 2009. p. 16-50.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, ago. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PUPIM, E. K. **Gênese documental de álbuns fotográficos**: um estudo de caso aplicado a uma indústria de grande porte. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

RENDÓN ROJAS, M. A. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1598>>. Acesso em: 15 out. 2014.

RIBEIRO, F. A. arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/9887/5619>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

RIOS, E. R.; CORDEIRO, R. I. N. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 123-139, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/898/736>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROUILLÉ, A. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. Tradução de Constança Egrejas. São Paulo: Senac, 2009.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, maio/ago. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007> . Acesso em: 15 out. 2014.

SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 2. ed. Distrito Federal: Senac, 2008.

SCHIESSL, M.; SHINTAKU, M. Sistemas de organização do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 49-118.

SELFIE. In: OXFORD ENGLISH DICTIONARIES (online). Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/selfie>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SMIT, J. W. **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987.

SOERGEL, D. The rise of ontologies or the reinvention of classification. **Journal of the American Society of Information Science**, [S. l.], v. 50, n. 12, p. 1119-1120, 1999. Disponível em: <<http://www.dsoergel.com/cv/B70.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

SOUGEZ, M-L. **História da fotografia**. Tradução de Lourenço Pereira. Lisboa: Dinalivro, 2001.

SOUSA, B. A. **Glossário: biblioteconomia – arquivologia – comunicação e ciência da informação**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=10720>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

SOUZA, F. C. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1998.

SOUZA, J. C. C. E.; ALMEIDA, T. Análise dos princípios metodológicos adotados no vocabulário controlado da FINEP. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/09/pdf_bb19671d3a_0018726.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SOWA, J. F. **Conceptual structures: information processing in mind and machine**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1984.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundations of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

TAGG, J. **El peso de la representación**. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. A. Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012.

TAYLOR, A. G.; JOUDREY, D. N. **The organization of the information**. 2. ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004.

TENNIS, J. T. Epistemology, theory, and methodology in knowledge organization: toward a classification, metatheory, and research framework. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 35, n. 2/3, p. 102-112, 2008. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/jtennis/Publications_files/Tennis2008KOE pist.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

TRANSCODIFICAÇÃO. In: DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/transcodifica%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária, 2012.

VICKERY, B. C. Knowledge representation: a brief review. **Journal of Documentation**, London, v. 42, n. 3, p. 145-159, set. 1986.

VITAL, L. P. Taxonomia como elemento estruturante em portais corporativos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 25-40, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://polaris.bc.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/492> >. Acesso em: 11 fev. 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Análise de respostas a questão aberta

Quadro 9 - Análise de respostas à questão aberta: transcodificação do documento fotográfico**Pergunta:**

O que você vê na fotografia? Pode descrever?

**Respostas:**

- “Abraço, saudade?” (M)
- “Abraço de despedida. Algo triste.” (H)
- “Que ela está grata pela carona.” (H)
- “Um Rapaz abraçando a senhora e a senhora abraçando um rapaz.” (H)
- “Parece ser despedida.” (H)
- “Não tem muita qualidade para reparar em detalhes. Esta desfocada, mal enquadrada.” (M)
- “E uma foto sem foco nenhum.” (M)

- “Reencontro.” (M)
- “É uma foto mal tirada e tremida.” (M)
- “Emocionante o abraço, não importa a qualidade e sim o que a foto transmite.” (M)
- “Um abraço de saudade.” (M)
- “Saudades.” (H)
- “Saudade, muita emoção.” (M)
- “Um abraço dentro de um carro.” (M)
- “Abraçando emocionadamente a mãe.” (M)
- “Um reencontro.” (M)
- “Amor.” (H)
- “Parece o filho abraçando a mãe no carro, muito emocionados.” (M)
- “Foto de grande caráter emocional. Grande desfoque e bem estourada. Talvez uma peça de art. moderna.” (M)
- “Saudades.” (M)
- “A forma como ela abraça demonstra um imenso amor e carinho e um excesso de proteção.” (H)
- “Um abraço apertado num carro também apertado.” (M)
- “Alegria do reencontro.” (M)
- “Partida ou chegada, ou melhor, saudades.” (H)
- “Um reencontro ou uma despedida que envolve muitas saudades.” (M)
- “De quando é essa foto?” (M)
- “Um abraço de conforto. Parece que acabou de receber uma notícia triste. (M)
- “Reencontro.” (M)
- “Despedida.” (M)
- “Momento de pânico, onde alguém tenta proteger outra pessoa, e o nervosismo de quem registrou o momento.” (M)
- “Solidariedade, amparo, conforto numa hora de muita dor. Despedida.” (M)
- “O carro está caindo de um abismo e os dois estão se abraçando desesperadamente, pois vão morrer!” (H)
- “Despedida de mãe e filho.” (M)
- “Traduz que pintou um clima e ambos resolveram se assumir!” (H)
- “Saudades.” (H)

- "Colo de mãe." (M)
- "Inesperado de uma despedida esperada." (H)
- "Reencontro" "Saudades"."(M)
- "Reencontro, mas um reencontro quase que milagroso." (M)
- "Emoção." (H)
- "Tem muita emoção na foto. Talvez reencontro ou despedida. Mas acho q tem muito espaço nesse "carro". Talvez um veículo maior, um avião? Talvez ele prometa para ela que vai dar tudo certo e que logo eles estarão juntos novamente, tem um pouco de dor nesse abraço, se eu continuar olhando vou ver muitas coisas, coisas que pessoas sem amor no coração não veem. Só veem qualidades, focos, enquadramentos, grifes, me poupe!!!!" (M)
- "Um rapaz é o motorista do carro e abraçado a senhora (o fundo da poltrona deixa isso bem claro). Pode ser visto também os 2 para-sóis no para-brisa do carro." (M)

ANEXOS

ANEXO A
Capa do grupo eduk | fotografia

Figura 2 - Capa do Grupo eduK | Fotografia

The image shows the Facebook interface for the group 'eduK | Fotografia'. At the top, there is a search bar and navigation options for 'Andréa', 'Página inicial', and '20+'. The main header features a blue background with the word 'FOTOGRAFIA' in large white letters, followed by 'Comunidade dos alunos da eduK.com.br' and the 'eduK' logo. Below this, there are buttons for 'Entrou', 'Compartilhar', 'Notificações', and a menu icon. The group is identified as 'eduK | Fotografia' and 'Grupo fechado'. Navigation tabs for 'Discussão', 'Membros', 'Eventos', 'Fotos', and 'Arquivos' are visible, along with a search bar for the group. A post by Andréa Do Prado Souza from December 21, 2014, is shown with the text 'Essa foto traduz o que? O que você vê nessa foto? Participe e contribua com uma pesquisa fotográfica.' and a photo of a person's face. The right sidebar contains 'INFORMAÇÕES DO GRUPO' with 102,155 members (1,613 new), a search bar for adding members, and a 'Convidar por e-mail' button. Below that is the 'DESCRIÇÃO' section, which welcomes members to the group and provides the website 'www.eduk.com.br'. At the bottom of the sidebar is the 'CRIAR NOVOS GRUPOS' section with a 'Criar grupo' button.

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

ANEXO B
Imagem e pergunta instigadora

Figura 3 - Imagem e pergunta instigadora

Discussão | Membros | Eventos | Fotos | Arquivos

 **Andréa Do Prado Souza**
21 de dezembro de 2014

Essa foto traduz o que? O que você vê nessa foto? Participe e contribua com uma pesquisa fotográfica.



Curtir · Comentar

👍 15 pessoas curtiram isso.

 **Livia Brito Abraço**, saudade ?
21 de dezembro de 2014 às 14:27 · Descurtir · 👍 1

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 4 - Respostas - 01

👍 15 pessoas curtiram isso.

 **Livia Brito** Abraço, saudade ?
21 de dezembro de 2014 às 14:27 · Descurtir · 👍 1

 **Naldinho Paes** Abraço de despedida. Sei lá algo triste.
21 de dezembro de 2014 às 14:29 · Descurtir · 👍 3

 **Raphael Occhipinti** Que ela está grata pela carona...
21 de dezembro de 2014 às 14:29 · Descurtir · 👍 10

 **Mariano Cesar** Um Rapaz abraçando a senhora e a senhora abraçando um rapaz.
21 de dezembro de 2014 às 14:30 · Descurtir · 👍 2

 **Rakel RakeLuck Ben** Parece ser despedida. ...
21 de dezembro de 2014 às 14:32 · Descurtir · 👍 1

 **Ana Paula Amorim** Não tem muita qualidade para reparar em detalhes... esta defocada... mal enquadrada...
21 de dezembro de 2014 às 14:34 · Descurtir · 👍 6

 **Naldinho Paes** Pessoas viciadas em enquadramento qualidade desfoque. Perde muitas imagem por isso.
Ela só quer saber oque a foto lhe passa e não se Ta bem feita.
21 de dezembro de 2014 às 14:35 · Descurtir · 👍 13

 **Ana Paula Amorim** E uma foto sem foco nenhum da pra reparar no que??????
21 de dezembro de 2014 às 14:36 · Curtir

 **Marcele Laine** Reencontro
21 de dezembro de 2014 às 14:36 · Descurtir · 👍 2

 **Ana Paula Amorim** E como respondi .. me passa q é uma foto mal tirada .. tremida.
21 de dezembro de 2014 às 14:37 · Descurtir · 👍 3

 **Naldinho Paes** Concordo que não Ta.boa.mésimo
21 de dezembro de 2014 às 14:37 · Descurtir · 👍 1

 **Jaiane Felix** Emocionante o abraço...nao importa a qualidade e sim o que a foto transmite..
21 de dezembro de 2014 às 14:37 · Descurtir · 👍 3

 **Naldinho Paes** Mais faz uma forcinha... kkkkkkkk
21 de dezembro de 2014 às 14:37 · Descurtir · 👍 2

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 5 - Resposta - 02

 **Naldinho Paes** Mais faz uma forcinha... kkkkkkkk
21 de dezembro de 2014 às 14:37 - Descurtir -  2

 **Giselle Ramalho** Fotografias Um abraço de saudade.
21 de dezembro de 2014 às 14:37 - Descurtir -  1

 **Robson Dos Reis Santos** Saudades
21 de dezembro de 2014 às 14:37 - Descurtir -  1

 **Carol Castro** Saudade, muita emoção
21 de dezembro de 2014 às 14:39 - Descurtir -  1

 **Amora Mel** Demorei pra ver.. mas no final descobri q é um abraço dentro de um carro.
21 de dezembro de 2014 às 14:39 - Descurtir -  3

 **Gisele F. Lobo**



21 de dezembro de 2014 às 14:40 - Curtir -  4

 **Máira Roriz** Sinceramente não dá pra entender a foto direito. E pra um grupo de estudar fotografia não entendi também a pesquisa.
21 de dezembro de 2014 às 14:40 - Descurtir -  1

 **Valdirene Sarafin** Filho abraçando emocionadamente a mãe...
21 de dezembro de 2014 às 14:43 - Descurtir -  1

 **Pâm Sales** Um reencontro
21 de dezembro de 2014 às 14:46 - Descurtir -  1

 **Andréa Do Prado Souza** Máira Roriz vou compartilhar o resultado em breve. Um grupo de estudar fotografia tem tudo haver com a ideia de conversão de sentido ou leitura da imagem, com a visão técnica etc. Obrigada por contribuir.
21 de dezembro de 2014 às 14:48 - Editado - Curtir -  2

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 6 - Resposta - 03

 **Pâm Sales** Um reencontro
21 de dezembro de 2014 às 14:46 - Descurtir -  1

 **Andréa Do Prado Souza Maíra Roriz** vou compartilhar o resultado em breve. Um grupo de estudar fotografia tem tudo haver com a ideia de conversão de sentido ou leitura da imagem, com a visão técnica etc. Obrigada por contribuir.
21 de dezembro de 2014 às 14:48 - Editado - Curtir -  2

 **Maíra Roriz** Legal então.
21 de dezembro de 2014 às 14:49 - Curtir

 **Dani Pivatelli Charles** Parece o filho abraçando a mãe no carro, mt emocionados
21 de dezembro de 2014 às 14:49 - Descurtir -  1

 **Naldinho Paes** Ajudei kkkkkkkk
21 de dezembro de 2014 às 14:52 - Curtir

 **Cinthya Rumi** Ao meu ver...uma foto dessa qualidade so representa algo sentimental aos envolvidos da foto... para uma pessoa neutra olhando essa foto... com falta de corte nao podendo avaliar melhor o Abraço. .. ou a falta de nitidez nao podendo avaliar melhor o rosto ou as emoções não tras muito a avaliar...infelizmente....mas aos envolvidos da foto deve ter mto valor!
21 de dezembro de 2014 às 14:56 - Editado - Descurtir -  2

 **Gisele F. Lobo** Ok!! Foto de grande caráter emocional. Grande desfoque e bem estourada. Talvez uma peça de art. moderna.
21 de dezembro de 2014 às 14:56 - Descurtir -  1

 **Aline Nogueira** Saudades
21 de dezembro de 2014 às 14:57 - Descurtir -  2

 **Marco Alexandre** A forma como ela abraça demonstra um imenso amor e carinho e um excesso de proteção.
21 de dezembro de 2014 às 14:59 - Descurtir -  3

 **Bruno Henrique** Acho que ela queria algo emocional é
21 de dezembro de 2014 às 15:00 - Descurtir -  1

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 7 - Resposta - 04

 **Bruno Henrique** Acho que ela queria algo emocional é
21 de dezembro de 2014 às 15:00 · Descurtir ·  1

 **Ana Clara Barros**



21 de dezembro de 2014 às 15:03 · Descurtir ·  1

 **Eloah Ruggiero** Retrata minha miopia porque não entendi
21 de dezembro de 2014 às 15:03 · Descurtir ·  2

 **Cristiane Aguiar** Um abraço apertado num carro também apertado...
21 de dezembro de 2014 às 15:07 · Descurtir ·  2

 **Marília Lemos**  Stratta Alegria do reencontro
21 de dezembro de 2014 às 15:09 · Curtir

 **Karenzilah Jhones** Ou partida ou chegada. Ou melhor saudades
21 de dezembro de 2014 às 15:13 · Curtir

 **Marcela Mateus** Um reecontro ou uma despedida , que envolve muitas saudades.
21 de dezembro de 2014 às 15:29 · Curtir

 **Fátima Barros** Um abraço de conforto. Parece q acabou de receber uma noticia triste.
21 de dezembro de 2014 às 15:30 · Curtir

 **Fátima Barros** Vamos aguardar o resultado.
21 de dezembro de 2014 às 15:30 · Curtir

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 8 - Resposta - 05

Fátima Barros Vamos aguardar o resultado.
21 de dezembro de 2014 às 15:30 - Curtir

Murillo Araújo <https://www.facebook.com/groups/867830796601620/?fref=ts>

Ps & Lr Help!

Grupo fechado
67 membros

+ Participar do grupo

21 de dezembro de 2014 às 15:31 - Curtir

Karina Rodrigues Reencontro
21 de dezembro de 2014 às 15:35 - Curtir

Nádia Lira Barros despedida..
21 de dezembro de 2014 às 15:36 - Curtir

Tathiane Lemos Caxias

2013
GENTE
QUAL A NECESSIDADE
DISSO?

21 de dezembro de 2014 às 15:45 - Curtir - 1

Sabrina Alencar Momento de pânico, onde alguém tenta proteger outra pessoa, e o nervosismo de quem registrou o momento.
21 de dezembro de 2014 às 15:48 - Curtir - 1

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 9 - Resposta - 06

 **Sabrina Alencar** Momento de pânico, onde alguém tenta proteger outra pessoa, e o nervosismo de quem registrou o momento.
21 de dezembro de 2014 às 15:48 · Curtir ·  1

 **Suzana Ferreira** Solidariedade, amparo, conforto numa hora de muita dor. Despedida.
21 de dezembro de 2014 às 16:01 · Curtir

 **Daniel Soares** o carro está caindo de um abismo e os dois estão se abraçando desesperadamente pois vão morrer!
21 de dezembro de 2014 às 16:07 · Curtir ·  4

 **Ana Clara Barros**

[Desver](#) · [Comentar](#) · [Compartilhar](#)

Desvisto · [Comentar](#) · [Compartilhar](#)

 **Você desviu Isso**

21 de dezembro de 2014 às 16:12 · Curtir ·  1

 **Bruno Rocha Barbosa**



21 de dezembro de 2014 às 16:16 · Curtir ·  1

 **Sonia Hinode Pereira** despedida de mãe e filho...   3

 **Otavio Sena** Traduz que pintou um clima e ambos resolveram se assumir!
21 de dezembro de 2014 às 16:33 · Curtir

 **Gircei Souza** Saudades
21 de dezembro de 2014 às 16:35 · Curtir

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 10 - Resposta - 07



Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 11 - Resposta - 08

 **G N Rose Magalhães** Tem muita emoção na foto. Talvez reencontro ou despedida. Mas acho q tem muito espaço nesse "carro". Talvez um veiculo maior...um aviao?? Talvez ele prometa para ela q vai dar tudo certo e q logo eles estarão juntos novamente.....tem um pouco de dor n... Ver mais
21 de dezembro de 2014 às 17:18 · Descurtir -  3

 **Marina Belle** nesta foto consigo visualizar que o rapaz é o motorista do carro e abraçado a senhora (o fundo da poltrona deixa isso bem claro). Pode ser visto também os 2 para-sóis no para-brisa do carro.
21 de dezembro de 2014 às 18:15 · Editado · Descurtir -  2

 **Fernanda Almeida Grassano** Saudade, perdão...
23 de dezembro de 2014 às 01:09 · Descurtir -  3

 **Eliza Machado Reze Brasil** Saudade, amor, distância, reencontro, perdão... Essa foto tem muita emoção junta, sabe fiquei olhando pra ela e me deu uma vontade de chorar.
23 de dezembro de 2014 às 09:25 · Curtir -  1

 **Dani Pivatelli Charles** E cadê a resposta?
23 de dezembro de 2014 às 10:23 · Curtir -  2

 **Cintia Medeiros Amor**
23 de dezembro de 2014 às 11:09 · Descurtir -  1

 **Aeny Larissa** abraço, daqueles que a gente não fala nada.
23 de dezembro de 2014 às 12:44 · Descurtir -  1

 **Cinthya Rumi** Essa foi a pesquisa? 😊
23 de dezembro de 2014 às 14:22 · Descurtir -  1

 **Fabio A. Garcia** uma foto
23 de dezembro de 2014 às 14:24 · Descurtir -  1

 **Andréa Do Prado Souza** Cinthya Rumi a pesquisa é maior, junta se a outros dados e outras imagens, aqui foi só um resumo da interação social para captar a conversão desta foto por críticos, amadores, poetas etc.
23 de dezembro de 2014 às 15:56 · Editado · Curtir -  1

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil do Grupo eduK | Fotografia.

Figura 12 - Resposta - 09

A screenshot of a Facebook post and its comments. The post is by Andréa Do Prado Souza, asking for interpretations of a photo. The comments are from Gilson Alves da Silva, Hellen Kamylla Prado Franco, and Claudio Rodrigues Do Prado, with various responses and reactions.

Andréa Do Prado Souza
Essa foto traduz o que? O que você vê nessa foto? Participe e contribua com uma pesquisa fotográfica.
Curtir · Comentar · Parar notificações · Compartilhar · Editar · 21 de dezembro de 2014

Gilson Alves da Silva, Claudécir Prado e outras 8 pessoas curtiram isso.

Hellen Kamylla Prado Franco De quando é essa foto?
21 de dezembro de 2014 às 14:43 · Curtir

Andréa Do Prado Souza Poderá deduzir, considerando que o autor não expressou data.
21 de dezembro de 2014 às 15:20 · Curtir

Claudio Rodrigues Do Prado Muito Amor mesmo na adversidade Deus abençoe tia e primo.
21 de dezembro de 2014 às 15:29 · Descurtir · 1


Hellen Kamylla Prado Franco De ontem 😞
21 de dezembro de 2014 às 15:31 · Descurtir · 1

Claudio Rodrigues Do Prado A paz do Senhor Jesus que transcende todo o entendimento esteja com vcs.
21 de dezembro de 2014 às 22:15 · Editado · Descurtir · 1

Andréa Do Prado Souza Resumo da obra pelos grupos de avaliação "amantes da foto":

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil Pessoal da autora.

Figura 13 - Resposta - 10

 **Andréa Do Prado Souza** Resumo da obra pelos grupos de avaliação "amantes da foto":

Quem ou o que é? Um rapaz abraçando a senhora e a senhora abraçando um rapaz, abraço, um abraço dentro de um carro.

Do que se trata? Qual é o contexto?
saudade, algo triste, reencontro, muita emoção, filho abraçando emocionadamente a mãe, amor, peça de art. moderna, amor e carinho e um excesso de proteção, um abraço apertado num carro também apertado, alegria do reencontro, partida ou chegada, despedida, abraço de conforto, momento de pânico, solidariedade, amparo, conforto numa hora de muita dor, o carro está caindo de um abismo e os dois estão se abraçando desesperadamente pois vão morrer! Momento de pânico, onde alguém tenta proteger outra pessoa, e o nervosismo de quem registrou o momento, um clima e ambos resolveram se assumir! colo de mãe, afogagem no carro, um reencontro quase que milagroso, muito amor mesmo na adversidade, muita emoção na foto, tem muito espaço nesse "carro". Talvez um veículo maior....um avião?? Talvez ele prometa para ela q vai dar tudo certo e q logo eles estarão juntos novamente.....tem um pouco de dor nesse abraço.

Domínio de uso? Envolvidos na foto.


Técnica fotográfica? Desfocada, mal enquadrada, tremida, falta de nitidez, bem estourada.

Quando? De ontem.

Autor? Aline Tatiane.


Título da foto (pelo autor)? Amor eterno.



Descrição da foto (pelo autor)? Em apenas um abraço pode se perceber um amor incondicional.


21 de dezembro de 2014 às 19:47 · Editado · Curtir ·  2



Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil Pessoal da autora.

Figura 14 - Resposta - 11


Descrição da foto (pelo autor)? Em apenas um abraço pode se perceber um amor incondicional.
21 de dezembro de 2014 às 19:47 · Editado · Curtir ·  2

 **Hellen Kamylla Prado Franco** NOSSA!!!!!!
21 de dezembro de 2014 às 17:50 · Descurtir ·  1

 **Andréa Do Prado Souza** "Só se existe no e pelo olhar do outro". A fotografia permite ser, não ser ou parecer.
21 de dezembro de 2014 às 19:14 · Editado · Curtir

 **Andréa Do Prado Souza** De uma foto sem contexto se cria um documento fotográfico. Isso é organização da informação e do conhecimento! No mundo dos vivos é o que eu sei fazer.
21 de dezembro de 2014 às 21:02 · Editado · Curtir ·  2

 **Claudemar Valéria Prado** Sem palavras...desata um grande nó que se forma com sua ausência que logo começa a se formar novamente, mas Deus é grande, ela voltará..
21 de dezembro de 2014 às 22:51 · Descurtir ·  3

 **Andréa Do Prado Souza** Nem desistir, nem tentar..... Torcendo para que acabe bem.
22 de dezembro de 2014 às 00:04 · Curtir ·  2

Fonte: Imagem retirada do Facebook - Perfil Pessoal da autora.